



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Letícia Teles de Sousa

**Os ditos e não ditos das violências: práticas e discursos sobre as
crianças e suas infâncias no Brasil**

Florianópolis, SC
2023

Letícia Teles de Sousa

**Os ditos e não ditos das violências: práticas e discursos sobre as
crianças e suas infâncias no Brasil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof.a Mériti de Souza, Dr.(a)

Florianópolis, SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Leticia Teles de
Os ditos e não ditos das violências: práticas e
discursos sobre as crianças e suas infâncias no Brasil /
Leticia Teles de Sousa ; orientadora, Mériti de Souza, 2023.
163 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Infâncias. 3. Violências. 4.
Cartografia. 5. Práticas Discursivas. I. Souza, Mériti de.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. III. Título.

Letícia Teles de Sousa

Os ditos e não ditos das violências: práticas e discursos sobre as crianças e suas infâncias no Brasil

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em [03] de [maio] de [2023], pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Mara Coelho de Souza Lago, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Anna Paula Uziel, Dr.(a)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Psicologia

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a) Mériti de Souza, Dr.(a)
Orientadora

Florianópolis, 2023

Às crianças brasileiras, suas histórias e potências.

AGRADECIMENTOS

O percurso acadêmico é um processo que produz deslocamentos, descentramentos. Ele amplia, aperta, convida, questiona, apresenta, convoca e implica aquela(e) que pesquisa a viver encontros que remexam a vida em certo plano de problematização. Transitar por esse plano foi intenso. Solavancou meu corpo e produziu efeitos em meu pensamento, em minha escrita e, fundamentalmente, na minha vida. Nesse momento, estou outra e vibro por esse processo vivido. Para estar aqui – outra – deixo um agradecimento a tantas pessoas marcantes que já estiveram ou estão comigo nesse percurso.

Aos meus pais, Ana Paula e Fernando, as palavras faltam. Agradeço profundamente por serem lar que apoia, incentiva e acompanha os meus passos. Certamente, chego aqui, porque vocês estão ao meu lado. Chego aqui com vocês!

À minha irmã, Laís, por dividir a infância e a vida comigo. Por sempre escutar as minhas angústias e saltos. Pelo amor compartilhado!

Aos meus avôs Otávio (*In memoriam*), Pedro, Fátima e Ana por tantas histórias sobre suas infâncias, por todo olhar de cuidado que tiveram e ainda têm comigo. Amor é muito!

Agradeço ao Vinícius, companheiro desde criança e que se apresenta, hoje, mais perto nas trilhas do afeto e das intensidades.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha trajetória. O fazer de um(a) professor(a) é de uma grandeza sem medidas, e todos produziram circuitos que acionaram as minhas potências; que encorajaram a minha chegada até aqui. Agradeço, em especial, à Zuleica Pretto por me despertar o brilho de estar com as crianças; à Marcele Emerim pelo incentivo de perspectivar o mestrado; à Gisely Pereira Botega pela potência e por acompanhar o meu percurso sinuoso do trabalho de conclusão de curso da graduação; aos professores Daniel Kerry e Rogério Machado Rosa por me apresentarem a Filosofia da Diferença e fazerem, de fato, a diferença no modo como tenho construído as minhas perspectivas teóricas. Agradeço, sobretudo, ao Rogério por, além de me apresentar Deleuze e Guattari, se tornar um amigo que dança na mesma frequência que o devir-criança.

Por falar em existência, agradeço à Duda e à Fê por serem amizade-irmandade! É bonito demais tudo o que já construímos e as nossas an-danças pela via do afeto e das trilhas das infâncias. É bonita toda a nossa partilha. Lhes agradeço por todo amor e revolução!

Agradeço, também, pela amizade de Ricardo e todo encontro partilhado. Essa amizade me levou à comunidade Frei Damião, às crianças que lá estão e à vontade de problematizar esses enlaces entre infâncias e violências. Não tenho palavras para expressar a grandeza desses encontros. Muito obrigada!

Agradeço, imensamente, à professora Mériti por acompanhar o meu percurso, por embarcar de forma tão significativa na minha expedição cartográfica. Deixo, aqui, o registro da minha profunda admiração e agradecimento por sua existência!

Agradeço, fundamentalmente, ao meu grupo de orientação, aos meus colegas Pedro, Laura, Mônica, Gustavo, Vinícius, Fernanda, Rosana e Marina por todas as trocas e por emprestarem tanto de si para a construção deste trabalho. Certamente, há muito deles e do que partilhamos neste texto.

Agradeço, sobremaneira, ao meu tio Ematuir Teles de Sousa por ser uma pessoa admirável, por compartilhar comigo muito além de um sobrenome, por me apresentar caminhos de potência e por ser potência em minha vida. A você, todo o meu amor!

Agradeço à FAPESC que contemplou o incentivo financeiro necessário para o seguimento da produção acadêmica desta dissertação de mestrado.

Por fim, agradeço a todas as crianças e a suas potências de ontem, hoje e amanhã! Que o aprendizado sobre suas histórias dimensione trilhas de existência mais arteiras, curiosas e afetivas.

Eu queria usar palavras de ave para escrever.

Onde a gente morava era um lugar imensamente e sem nomeação. Ali a gente brincava de brincar com palavras tipo assim: Hoje eu vi uma formiga ajoelhada na pedra!

A Mãe que ouvira a brincadeira falou:

Já vem você com suas visões!

Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis

e nem há pedras de sacristias por aqui;

Isso é traquinagem da sua imaginação.

O menino tinha no olhar um silêncio de chão

e na sua voz uma candura de Fontes.

O Pai achava que a gente queria desver o mundo

para encontrar nas palavras novas coisas de ver

assim: eu via a manhã pousada sobre as margens do

rio do mesmo modo que uma garça aberta na solidão de uma pedra.

Eram novidades que os meninos criavam com as suas palavras. (Manoel de

Barros, 2015).

RESUMO

Interessada em problematizar como as tramas das violências produzem efeitos na experiência das crianças brasileiras, transitei pelas práticas discursivas presentes nos dispositivos que se capilarizam na experiência das infâncias e implicam ressonâncias nos modos de subjetivar. A partir das provocações cartográficas e do aporte teórico baseados em autores pós-estruturalistas, como Gilles Deleuze e Félix Guattari, mapeei um conjunto de produções cinematográficas, fotográficas, jornalísticas, literárias e artísticas que possibilitasse tecer um plano estético que problematizasse tais práticas na intercambialidade dos elementos históricos, políticos, econômicos, estéticos e culturais do plano social brasileiro. Diante dos materiais encontrados, transitei pelas linhas que costuram a história das crianças no Brasil contemporâneo com a intenção de habitar os jogos de força e poder que operam tanto molaridades como molecularidades para as infâncias. Dessa forma, as práticas discursivas denotam as regularidades históricas, políticas e culturais que perpassam as disputas de saber e poder que se desenrolam nos dispositivos, ou seja, as lógicas e racionalidades que sedimentam os modos de relação e de subjetivação das crianças. Essas lógicas retratam os domínios de verdade compartilhados pelas diversas áreas do conhecimento que vem contornando uma imagem universal de criança e que legitimam a hegemonia do paradigma moderno da razão. É importante destacar que, no plano social brasileiro, a história das crianças é marcada pela coexistência de molaridades e molecularidades, ou seja, por movimentos que apresentam as contradições e resistências criadas. Por linhas que submetem as crianças em racionalidades maturacionais, desenvolvimentistas, tutelares e idealizadoras da infância como uma etapa já determinada e por aquelas que deflagram o devir-minoritário como potencializador das resistências infantis. Nisso, o plano estético habitado mobilizou outras análises sobre a interface das violências nas infâncias contemporâneas promovendo análises sobre o processo de entrada das crianças no plano brasileiro, os movimentos que apontam as denúncias às violências que estão entranhadas na rede social, econômica, jurídica e cultural brasileira; as lógicas adultocêntricas, coloniais, neoliberais, e racistas que reverberam em seus modos de subjetivar e, sobretudo, as potências infantis que se desdobram pelas brechas. Nesse trânsito, encontrei na perspectiva de Ética em Deleuze uma pista para arejar os modos de encontro estabelecidos pelos dispositivos de atenção às infâncias brasileiras, tendo como proposta uma análise que aciona questões sobre aquilo que potencializa ou despotencializa a existência. Isso significa dizer que os próprios dispositivos podem questionar as suas práticas discursivas para que reconheçam como os seus modos de relação se sustentam em lógicas que pretendem universalizar as crianças e as suas infâncias. Assim, a provocação deleuziana é propositiva de um desafiador exercício de descentramento e ação para as diversas áreas do conhecimento que se relacionam com as crianças e suas infâncias no Brasil contemporâneo, para acionar devires ativadores de outras estéticas de existência.

Palavras-chave: Infâncias; Violências; Cartografia; Práticas discursivas.

ABSTRACT

Interested in problematizing how the plots of violence produce effects on the experience of Brazilian children, I transited through the discursive practices present in the devices that capillarize in the childhood experience and imply resonances in the modes of subjectivation. From cartographic provocations and theoretical support based on post-structuralist authors, such as Gilles Deleuze and Félix Guattari, I mapped a set of cinematographic, photographic, journalistic, literary and artistic productions that would make it possible to weave an aesthetic plan that would problematize such practices in the interchangeability of historical, political, economic, aesthetic and cultural elements of the Brazilian social plan. Faced with the materials found, I walked along the lines that weave the history of children in contemporary Brazil with the intention of inhabiting the games of strength and power that operate both molarities and molecularities for childhood. In this way, the discursive practices denote the historical, political and cultural regularities that permeate the disputes of knowledge and power that unfold in the devices, that is, the logics and rationalities that sediment the children's modes of relationship and subjectivation. These logics portray the domains of truth shared by the various areas of knowledge that have been circumventing a universal image of children and that legitimize the hegemony of the modern paradigm of reason. It is important to emphasize that, in the Brazilian social sphere, the history of children is marked by the coexistence of molarities and molecularities, that is, by movements that present the contradictions and resistance created. Along lines that subject children to maturational, developmental, tutelary and idealizing rationales of childhood as an already determined stage and also along those lines that trigger the becoming-minority as a potentiator of children's resistance. In this regard, the inhabited aesthetic plan mobilized other analyzes on the interface of violence in contemporary childhood, promoting analyzes on the process of entry of children into the Brazilian plan, the movements that point to the denunciations of violence that are embedded in the social, economic, legal and cultural network. Brazilian; the adult-centric, colonial, neoliberal, and racist logics that reverberate in their ways of subjectivating and, above all, the infantile powers that unfold through the gaps. In this transit, I found in the perspective of Ethics in Deleuze a clue to air the modes of encounter established by the devices of attention to Brazilian childhoods, having as a proposal an analysis that triggers questions about what enhances or de-potentializes existence. This means that the devices themselves can question their discursive practices so that they recognize how their modes of relationship are based on logics that intend to universalize children and their childhoods. Thus, Deleuzian provocation proposes a challenging exercise of decentering and action for the different areas of knowledge that are related to children and their childhoods in contemporary Brazil, in order to activate becomings that activate other aesthetics of existence.

Keywords: Childhood; Violence; Cartography; Discursive practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Mapa de Satélite da Comunidade Frei Damião</i>	16
Figura 2 – <i>Mapa: áreas do conhecimento que forjam a figura “criança” e suas infâncias</i>	43
Figura 3 – <i>Mapa: tramas que forjam a figura “criança” e suas infâncias</i>	44
Figura 4 – <i>Folha de rosto presente na minha Caderneta de Saúde Infantil</i>	78
Figura 5 – <i>Propaganda da certidão de nascimento</i>	81
Figura 6 – <i>Produções mapeadas: trânsitos de uma cartografia</i>	89
Figura 7 – <i>Obra de arte “Desenhando mãos”</i>	93
Figura 8 – <i>A criança vista de cima pelo adulto</i>	98
Figura 9 – <i>Cabideiro de crianças</i>	103
Figura 10 – <i>A socialização das crianças no meio dos adultos</i>	105
Figura 11 – <i>Crianças acompanhando a exposição Histórias da Infância (2016)</i>	109
Figura 12 – <i>Cena 1: Eu acho que eu trabalho porque não tem jeito mesmo”</i>	114
Figura 13 – <i>Cena 2: “Estudar muito para aprender a ler e a escrever e sair daqui”</i>	117
Figura 14 – <i>Aloísio e sua infância</i>	121
Figura 15 – <i>As experiências das infâncias da Favela da Maré</i>	129
Figura 16 – <i>Cena final: a pipa que escapa</i>	132
Figura 17 – <i>A menina e a maçã do amor</i>	135
Figura 18 – <i>“Eu acho que eu sou criança ainda”</i>	137
Figura 19 – <i>Logo ali</i>	138
Figura 20 – <i>Aqui estamos! Para onde vamos?</i>	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ONU	Organização das Nações Unidas
COVID-19	Significa em inglês: Coronavirus Disease 19
SARS-CoV-2	Significa em inglês: coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave
SUS	Sistema Único de Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: EMARANHADO DE LINHAS, DESEJOS E CONEXÕES	14
2 AS LINHAS ARTEIRAS: OUTRAS POSSIBILIDADES DE LER O PLANO SOCIAL, AS VIOLÊNCIAS E AS INFÂNCIAS DAS CRIANÇAS	30
2.1 O PENSAMENTO COMO LINHA DE CRIAÇÃO.....	30
2.2 AS INFÂNCIAS DAS CRIANÇAS: DO UNIVERSAL AO DEVIR MINORITÁRIO.	35
2.2.1 A brecha do devir minoritário e suas conexões com as infâncias.	49
2.3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS.....	52
2.4 DIAGRAMAS DAS VIOLÊNCIAS E SUAS REVERBERAÇÕES NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	62
3 CARTOGRAFIA COMO HORIZONTE PARA FAZER MAPAS	74
3.1 A CARTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DESLOCAMENTO	82
3.2 CARTOGRAFANDO UM TERRENO DE ENTRELACES: AS INFÂNCIAS E AS VIOLÊNCIAS.....	85
3.3 IDAS E VINDAS: ANÁLISES CAMBIÁVEIS	91
4 ANÁLISES DESCONTÍNUAS, EXPANSORAS.....	95
4.1 VIOLÊNCIAS QUE AGENCIAM E APRISIONAM FLUXOS DE EXISTÊNCIA	96
4.2 DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS: NOTAS DAS MOLARIDADES E MOLECULARIDADES	107
4.3 ATIVAR DEVIRES MINORITÁRIOS, APOSTAR NAS LINHAS DE FUGA.....	133
4.4 AS ZONAS DE INTENSIDADES, OUTROS MODOS DE ENCONTRO COM AS INFÂNCIAS	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FECHAMENTOS PROVISÓRIOS, LINHAS DESEJANTES DE ESCAPE.....	149
REFERÊNCIAS.....	155

1 INTRODUÇÃO: EMARANHADO DE LINHAS, DESEJOS E CONEXÕES

Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar e cartografar,
mesmo que sejam regiões ainda por vir.
(Deleuze & Guattari, 1995a, p.19)

Como se cria o texto de uma dissertação?

Certamente, brincando com as palavras, guiando-se pelos desejos, encontrando interlocutores; sendo afetada pelos trânsitos envoltos nesta experiência e afetando outros tantos. No texto de uma dissertação, cabem a multiplicidade e a poesia. Coexistem movimentos descontínuos, encruzilhadas e novidades. Quiçá o que se cria é um emaranhado de linhas inquietas que traçou mapas para tatear certo plano de problematização.

Na tentativa de desenrolar o emaranhado de linhas que me trouxe para a experiência do mestrado, faço um convite a você que embarca nesta leitura: passeie pelos lugares, reverberações e perguntas saltitantes de algumas vivências ocorridas no meu percurso de graduação em Psicologia. São passagens que me permitiram habitar o terreno da produção de conhecimento e criar um ritmo para passear por essas experiências. Na estilística que adoto, minha escrita se singulariza e acontece a partir dos encontros com autores pós-estruturalistas, da ousadia dos poetas e, fundamentalmente, da maneira como as crianças exploram as trilhas da existência. Esses rastros mobilizaram aquilo que pôde se transformar em palavra e me encorajaram a sacudir as formas já contornadas pela ciência moderna sobre o que envolve o ato de pesquisar.

Nesse caminho, o sensível da experiência importa, portanto, de saída, procuro romper com as premissas da lógica moderna lockeana e cartesiana, que tendem a desconsiderar os afetos na produção de subjetividades e, sobremaneira, na produção de conhecimento quando os representam como subprodutos da existência humana, perturbadores da razão. Assim, coaduno com a aposta defendida pelos autores Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995ab, 1997) no que diz respeito ao afeto e ao sensível comporem a experiência e constituírem linguagem, conhecimento e realidade. Os fluxos afetivos são fontes de conhecimento e lançam incontáveis possibilidades para inventar a vida no encontro da diferença, isto é, para se fazer outro a partir daquilo

que se pode criar de forma singular. Nessa perspectiva, desafiar a tradição hegemônica da lógica formal e da inibição dos afetos é uma empreitada complexa carregada de armadilhas e, também, de brechas que podem ser trilhadas.

Diante do sensível de minhas experiências acadêmicas advindas da graduação encontrei no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), na área de Psicologia Social e Cultura e na linha de Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades um lugar para desenrolar problematizações sobre a figura da criança e da experiência de sua infância no Brasil atravessadas por um enredo, substancialmente, presente em seu processo histórico: as violências.

Uma parte importante desse passeio se refere a como eu fui alargando as compreensões sobre o processo das violências. Nisso, o encontro com a comunidade Frei Damião, circunscrita na cidade de Palhoça-SC, no bairro ao lado da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), onde fiz o meu percurso de graduação em Psicologia, abriu horizontes para visar os diagramas que entrecruzam a produção da vida nesses espaços de periferia, em geral, marcados pelas desigualdades sociais. Assim, a Frei Damião entra na minha trajetória a partir do contato com o Ricardo, o qual realizava ações na comunidade pelo Projeto Social Dorcas¹. Em suas narrativas, Ricardo não desconsiderava os vestígios dos processos de violação de direitos² na comunidade, que é considerada a maior favela do estado de Santa Catarina, mas, em contrapartida, enfatizava a potência da vida que lá habitava e a sua capacidade de recriação.

Ricardo tornou-se, para mim, um grande amigo e colega de profissão, e, da maneira que me afetava escutar sobre esse lugar, fui percebendo como esse espaço, popularmente conhecido como uma favela, era diferente de outras existentes no próprio estado de Santa Catarina bem como em determinadas regiões do Brasil (a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo). Assim, ao circunscrever-se em uma geografia plana, essa comunidade não era vista como nos grandes morros e nas fronteiras com os demais bairros da cidade, tinha como limite simbólico partilhado pela

¹ Uma Organização não Governamental (ONG) que tem por objetivo assistir crianças e jovens em situação de vulnerabilidade na comunidade Frei Damião no município de Palhoça-SC, oferecendo, no contraturno escolar, atividades culturais e educativas, como reforço escolar, oficinas de arte, esportes etc.

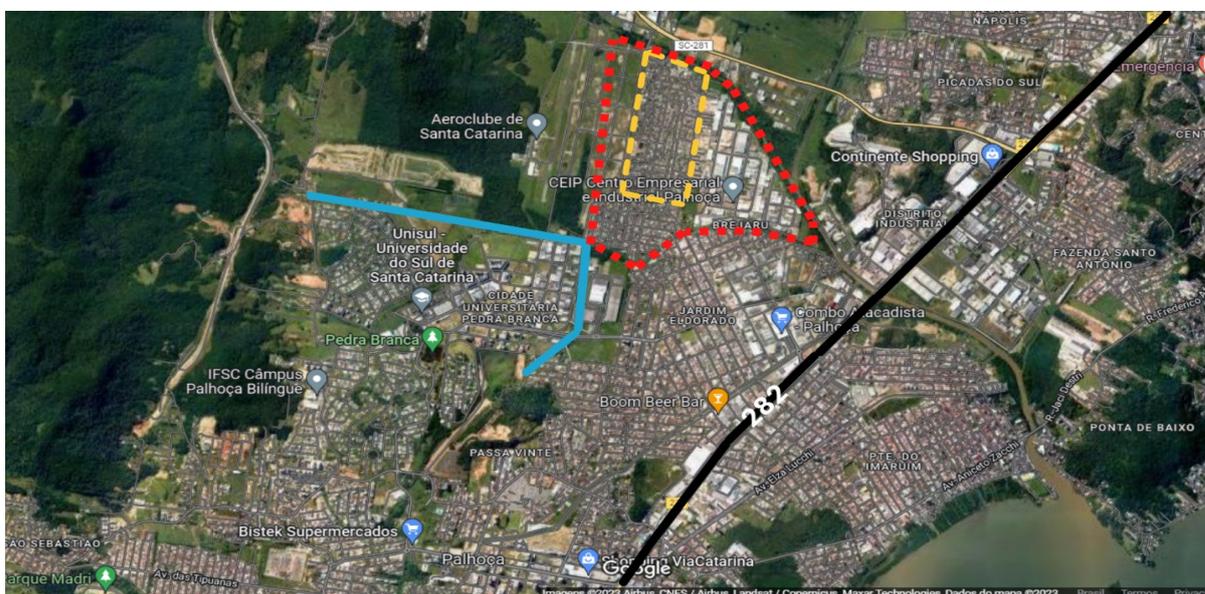
² “Violação ou transgressão de direitos é aquilo que viola a vida e a liberdade de vivê-la em sua plenitude e pode ainda gerar prejuízos e causar sofrimento, uma vez que atinge o direito de ser diferente, de ter liberdade, de ter suas próprias crenças, de não sofrer discriminação em virtude de cor, condição etária ou orientação sexual. A violação dos direitos humanos é muito mais frequente entre aqueles que são excluídos socialmente ou pertencem a minorias étnicas, religiosas ou sexuais” (Assis et al., 2018, p.64).

região a imagem das violências: como se ali começasse e dali saísse. Tal arquétipo me produzia estranhamento, especialmente, pela contraposição de segurança e bem viver colocada no bairro ao lado, onde se localizava a universidade.

A fim de evidenciar essa geografia, apresento, na Figura 1, uma captura feita no *Google Maps*, com destaques aos limites aproximados entre o bairro da universidade (linha azul) e o bairro Brejaru (linha tracejada vermelha), onde se encontra a comunidade Frei Damião (linha tracejada amarela) presente no município de Palhoça em Santa Catarina:

Figura 1

Mapa de Satélite da Comunidade Frei Damião



Nota. Adaptado pela pesquisadora, enfatizando as fronteiras geográficas da Comunidade Frei Damião. *Fonte.* Google Maps (2023).

Transitar entre as fronteiras desse plano possibilitou-me descentrar as representações totalizadoras coladas às comunidades periféricas do Brasil, sobretudo, entendendo-as como um produto operacionalizado por uma lógica hegemônica neoliberal, colonial e violenta que sustenta os abismos sociais e acaba por se ramificar em diversos lugares do Brasil. Isso significa dizer que essa imagem alocada à comunidade Frei Damião não é exclusiva dela, portanto, os efeitos dos processos das violências estratificam os territórios de periferia brasileiros, partindo do pressuposto de que esses espaços são portadores de um mal a se combater, um lugar onde a violência está e é disseminada para outros espaços.

Essa retórica presente na história brasileira me convoca a problematizar a violência como um modo de relação que atropela a alteridade quando estabelece suas próprias condições e parâmetros para o outro. Dialogando com as construções da filósofa Marilena Chauí (2003, 2019), compreendo como a violência evoca um movimento de oposição à ética, pois tem uma premissa feroz de tornar o outro, por ser outro, uma coisa. A autora enfatiza que, no território brasileiro, esse processo da violência se propaga pelos mecanismos de exclusão, os quais evidenciam como as tramas do Estado produzem tecnologias que operacionalizam formas de coerção, vigilância e, especialmente, de controle dos corpos, dos territórios e da subjetividade (Foucault, 2002). São tecnologias que deflagram a violência e, portanto, se opõem à democracia e à ética. Nisso, quais são os corpos colocados sob constante vigilância? Quais espaços onde o Estado legitima ações impetuosas em prol de sua concepção de segurança? Quem é o público que recebe a segurança? E quais as possibilidades de existência que ficam para a vida nesses espaços?

Na interlocução com a filósofa Chauí (2003, 2019), converso, nesta dissertação, com as suas construções acerca das violências para colocar sob análise esse fenômeno presente no plano brasileiro. A autora defende a existência de um mito fundador que se articula como “suporte de ideologias”, o qual se estabelece para explicar uma ideia de origem das violências, mas que não se sabe quando, por qual motivo e por quem foi feito (Chauí, 2019, p. 14). Chauí (2003, 2019) evidencia ser esse o “mito da não violência brasileira”, sendo que, sob a égide de uma autoimagem brasileira de pacificidade, cordialidade, mestiçagem e hospitalidade às diferenças (étnicas e sociais), o mito justifica, fabrica e nega, historicamente, as violências. Em outras palavras, essa concepção cristaliza crenças que invisibilizam a realidade existente e fixa uma imagem comum, estática e imutável que constata as violências, ao passo que as nega a partir de mecanismos contundentes de conservação do mito.

A partir dessa ideia mitológica, encontro no mecanismo ideológico de exclusão uma pista indicativa de como o Estado democrático, que deveria pautar-se na ética dos direitos humanos, na garantia da vida, da liberdade e na equidade, investe em uma política de invisibilidade das necessidades, das dores e da vida nas comunidades marginalizadas no Brasil. Esse mecanismo fundamenta a justificativa de que há um “eles” (não-brasileiros-violentos) que não faz parte de um “nós” (brasileiros-não-violentos). Desse modo, “eles”, via de regra, é representativo da população pobre, periférica e, sobremaneira, negra do Brasil. Um contingente que recebe a força da

opressão, das assimetrias sociais e está enredado em um Estado que se exime de atuar na desnaturalização das relações de poder, de exclusão e de violência para com a população pobre.

Os trânsitos vividos nessa comunidade conduziram experiências intensivas que atravessaram o meu processo de formação em Psicologia. Naquilo que carrego como registros sensoriais e afetivos, entrego, para a trilha do mestrado, essas nuances que compõem uma cartografia, isto é, um plano de forças de investigação que me interpelaram a ampliar os seus desenhos nesta pesquisa. Nisso, as experiências da minha trajetória acadêmica são passagens acionadoras de fluxos a se conhecer e problematizar. Elas evocam a memória curta, a qual, para além dos atributos cognitivos e temporais modernos, pode ser entendida como uma experiência que “pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade” (Deleuze e Guattari, 1995a, p. 35).

Na condição de que esses eventos voltam e provocam sensações, revivo os passeios com a Kombi do Projeto Dorcas pela comunidade, junto com Ricardo. Revivo a sensação dos solavancos sentidos pelo corpo ao passar pelas ruas esburacadas de chão batido. Relembro como o asfalto acabava quando os limites geográficos da comunidade Frei Damião começavam. Retomo como aqueles buracos me faziam sentir as discrepâncias sociais em que essa localidade vivia e me convidavam a olhar essa imagem cheia de furos a partir dos processos de resistência e criação que a vida pode produzir.

Na época, esses passeios fizeram parte de uma experiência de intervenção em Psicologia Social que teve como compromisso andar pela comunidade com a intenção de acompanhar os itinerários vividos pelas crianças e os sentidos que elas atribuíam à realidade. Os discursos das crianças anunciavam uma implicação crítica em relação às cenas do cotidiano, isto é, não estavam alheias aos processos de opressão e violências, por exemplo. O corpo no mundo daquelas crianças já recebia os efeitos das políticas que chegavam (ou não) no contexto da comunidade, e, a partir da linguagem que davam conta, expressavam, para além dos abismos, a força dos encontros que potencializam a existência. Essa experiência ressoava (e ainda ressoa) questões como: o que fica para as crianças diante das violências institucionais de falta de acesso às condições básicas de vida? O que chega a elas? Quais caminhos de vida as crianças conseguem criar nesse contexto?

Daquilo que acompanhei com as crianças dessa comunidade, percebo que essa mensuração seria violenta, posto que os poderes, como indica o filósofo Michel Foucault (2006b), coexistem, e essas crianças, assim como essa comunidade, detinham suas formas de desassossegar a constância dos dispositivos pedagógicos, jurídicos, médicos, religiosos, familiares etc. que atuavam em suas vidas. Daquelas crianças, peguei emprestada a urgência de denunciar os poderes instituídos, de romper o programado e de explodir linhas de fuga sobre aquilo que limita sua circulação, deslegitima sua voz e encurta suas experiências singulares.

Arrebatada por essa experiência, propus, como tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, uma pesquisa com inspiração etnográfica, interessada em escutar os sentidos atribuídos pelas crianças às violências no contexto da escola pública daquela comunidade. Naquela ocasião, tinha como perspectiva problematizar as possíveis violências referidas pelas crianças e as naturalizações amalgamadas na comunidade. Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, os encaminhamentos ao Comitê de Ética da universidade foram necessários. No entanto, recebi como resposta a desaprovação do projeto com a justificativa de que, por se tratar de crianças que viviam em condições de vulnerabilidade, a pesquisa lhes traria mais riscos do que benefícios, considerando a mobilização que poderia gerar nessas crianças ao falarem sobre as violências que sofriam.

Naquele momento, mesmo com a réplica tentada junto ao comitê, a pesquisa precisou tomar outros rumos³. Como pesquisadora, o impedimento da pesquisa para o TCC se fez fluxo intenso para eu seguir outros canais e, no mestrado, produzir novos enunciados sobre os teoremas postos para a infância das crianças. Fundamentalmente, a construção do mestrado foi uma forma de elaborar esse impedimento para não abandonar os afetos que me mobilizam a questionar os processos das violências. Para, assim fazer mapas com as inquietações de cada passo.

Essas movimentações foram conectando desejos profissionais que reverberam na maneira como percebo e escuto os ditos e não ditos das violências no processo de

³ Com a desaprovação pelo Comitê de Ética, a pesquisa teve seu seguimento com a análise de um documentário que colocava em cena a vivência das crianças na comunidade Frei Damião. Esse documentário foi produzido por uma aluna de cinema da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e foi campo para concluir o trabalho e ampliar discussões sobre a infância no bairro. A produção da pesquisa resultou em um artigo publicado com o título: “Um documentário me disse: a vida como obra de arte das crianças de uma comunidade” (Sousa & Botega, 2021).

subjetivação das crianças brasileiras. Sobremaneira, conhecer como os referenciais de Deleuze e Guattari (1997) compreendem a criança proporcionou-me traçar novas maneiras de pensar a relação entre o adulto e a criança, tendo como base o conceito de devir-criança. De acordo com Deleuze e Guattari (1997), a noção de devir-criança rompe a noção cronológica do viver, a qual compartimenta a vida em fases do desenvolvimento que devem ser superadas para a chegada à maturidade da pessoa enquanto adulta. Para isso, os autores apresentam a noção de devir como um fluxo que habita o plano social e pode ser mobilizado a qualquer tempo ou idade que se pautar nessa lógica formal e cronológica. Isso significa dizer que o devir-criança está para o modo de acionar a multiplicidade e as molecularidades que permeiam o modo de desbravar o movimento de subjetivação e, assim, criar a existência (Deleuze & Guattari, 1997; Kohan, 2004).

A partir dessa concepção, mobilizo, nesta dissertação, uma análise que busca traçar as linhas que fazem parte das vivências das crianças e de sua infância e como elas agenciam o investimento ou o desinvestimento do devir-minoritário das crianças. Dessa forma, persigo essa trilha com a perspectiva de evidenciar as linhas que têm enredado o processo de subjetivação da criança no mapa da história das crianças brasileiras com a hipótese de que essas linhas manifestam certas lógicas em torno do que se entende sobre o ser criança e, por consequência, configuram normas sobre como as crianças devem viver o momento de suas infâncias.

Chego nesse lugar após elaborar o incômodo gerado pela justificativa do Comitê de Ética, pois habitar as inquietações me permitiu perceber que há certa lógica que fundamenta esse raciocínio posto, ou seja, há certa racionalidade operante entre os espaços institucionais que se relacionam com as crianças. Isso significa dizer que existem lógicas e racionalidades que se ramificam nos dispositivos presentes no plano social e atuam tanto para veredas da proteção da criança como da massificação da relação para com elas. Em última instância, os dispositivos empreendem uma série de práticas e discursos que se desdobram nos modos de subjetivar.

O dispositivo, segundo Foucault (2004, p. 244), “[...] engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos de um dispositivo”. Em outras palavras, os dispositivos carregam linhas que enfatizam determinados atributos reguladores do funcionamento social. As psicólogas e pesquisadoras Maria Luiza Marques Cardoso

e Roberta Carvalho Romagnoli (2019) salientam que os efeitos dos dispositivos também os transformam, pois, as práticas que incidem sobre a vida também os atualizam e os expandem. Em diálogo com a noção de dispositivo em Deleuze (1996), as autoras evidenciam como as linhas “são vetores que estabelecem um certo funcionamento, certas relações, certos modos de existência no dispositivo, a cada momento histórico” (Cardoso & Romagnoli, 2019, p. 11).

Entendendo que os dispositivos compõem o plano de imanência, a articulação de suas linhas cria redes enunciativas, relações de poder e posições a serem ocupadas por aqueles que recebem os efeitos de suas forças. A criança, nessa rede, tem uma vivência de infância forjada por discursos, instituições e práticas pedagógicas, psicológicas, sanitárias, governamentais, assistenciais, jurídicas e econômicas que sistematizam o que se entende por criança e ditam os atributos essenciais para o seu desenvolvimento e formação.

Diante disso, os dispositivos em sua rede de linhas formam um diagrama que pode atuar no investimento ou desinvestimento de certas formas das crianças viverem. Nesse diagrama, me é possível visualizar as teorias, as leis, as políticas públicas, os espaços institucionais (escolas, abrigos, creches, centros de saúde e de convivência), os agentes sociais (professoras, psicólogas, assistentes sociais, merendeiras, médicos, educadores etc.) e, especialmente, as tecnologias (educacionais, culturais, assistenciais e políticas) que fundamentam e sustentam a invenção da subjetivação das crianças.

Nesse sentido, cabe dizer que compreendo a subjetivação como um processo de expansão, de insurgência e que se faz em devir. Para Deleuze e Guattari (1997, p. 20), “devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a ‘parecer’, nem ‘ser’, nem ‘equivaler’, nem ‘produzir’”, ele é uma ação de constante abertura para ser outro, para escapar dos ideais que totalizam e massificam a capacidade de inventar-se. Esse processo, enquanto devir, compreende que a subjetividade não é uma substância feita na dicotomia interior/exterior; ela será uma experiência de singularização diante de uma geografia existencial compartilhada na imanência. Isso significa pensar que a subjetividade é produzida pelos agenciamentos no campo de existência, portanto, como possibilitar que as crianças experienciem um processo de subjetivação que não as capturem como entidades a serem coladas como um verbo “ser” e dependente de um “dever ser” já atribuído antes dos seus primeiros passos no mundo?

Considero essa problematização relevante, posto que os dispositivos que versam sobre a vida das crianças institucionalizam saberes, poderes e práticas que, historicamente, estratificam certas lógicas para com ela e acabam por materializar o que é a figura da criança e como será a produção da sua subjetividade. Perspectivando as definições que se tem sobre a criança, dada a história do pensamento ocidental moderno, encontro representações como: um ser imaturo biológica e cognitivamente, sem conhecimento, dependente, que não pode ocupar todos os espaços e, então, deve ser observado, ensaiado e produzido para alcançar a conduta e a racionalidade esperadas para a vida adulta.

Ainda, cabe-me considerar que a história das crianças no Brasil é feita de inúmeros mecanismos operacionalizadores de racionalidades de inferiorização e desconsideração de suas vivências. As lógicas que pautaram um lugar para a criança enquanto sujeito de direitos são recentes em sua história e desembocaram tanto em jurisdições em prol do cuidado com as crianças e sua infância como em dispositivos fincados em uma racionalidade de “superproteção” constitucional dela.

Faço essa ponderação com a perspectiva de problematizar como os dispositivos, com a intenção de tramarem práticas de proteção integral e do melhor interesse em relação à criança defendidas pela atual jurisdição de atenção às crianças – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, podem escorregar, novamente, naquelas racionalidades que inferiorizam as vivências e a participação social da criança por considerá-la menor, sem formação o suficiente para expressar visões de mundo, dependente por completo e, sobremaneira, fixá-la como representante da ingenuidade, imaturidade e vulnerabilidade. Compreendo que as jurisdições são necessárias em uma sociedade democrática e de direitos, mas considero relevante pensar como tendemos a submeter as crianças nesse lugar de submissão ao adulto a partir da lei, sendo este o responsável por contornar todas as verdades sobre as suas necessidades de atenção, cuidado e formação.

Em geral, o parâmetro a ser utilizado é o do adulto. Nesse sentido, encontro nos estudos da Sociologia da Infância o termo “adultocentrismo”, que pode ser um balizador para analisar esses diagramas de saber e poder que enredam os dispositivos e suas práticas para com as crianças. Esse conceito leva em consideração como a sociedade ocidental se organiza pela figura da pessoa adulta e de seus próprios pressupostos de moral e vida comunitária e como o parâmetro

utilizado define as normativas e as idealizações que as crianças devem alcançar (Cavalcante, 2021).

Diante dessas trilhas que faço a partir dos rastros deixados pela minha experiência na comunidade Frei Damião e com o Comitê de Ética da universidade que realizei minha graduação, encontro, na experiência do mestrado, uma oportunidade para problematizar como o destino de um “lugar a se combater”, comumente atrelado às comunidades de periferia, salienta a supressão dos direitos humanos e deixa nítida a ausência do Estado. Especialmente, encontro lugar para produzir uma tentativa de resposta às prerrogativas que embasaram o retorno do comitê, sendo que o discurso defendido também diz respeito a uma violência institucional para com aquelas crianças.

Faço essa aposta sob a análise de que aquele parecer imprime uma versão idealizada sobre as crianças e suas infâncias, mascarada na ideia protecionista delas, uma vez que os dispositivos tendem a tramar uma forma de relação com as crianças que escorregam na consideração delas como um ser que não tem experiência da violência, não tem subjetividade imbricada no tecido social e encontram-se sem condições de falar sobre aquilo que vivem ou de lidar com aquilo que às afligem e afetam.

Além disso, a justificativa sobre a vulnerabilidade das crianças também pode ser uma discursividade presente nos dispositivos que, porventura, não escutam o sujeito e, como afirma Butler (2020), não veem o seu rosto. Nesse ponto, cabe problematizar como essa justificativa evidencia uma racionalidade vigente no cenário contemporâneo que atribui essa suscetibilidade da criança como uma consequência da falta de razão que constitui a sua existência na infância. É importante pensar que a razão é um pressuposto fundante da modernidade que definiu para o sujeito uma capacidade cognoscente que o torna capaz de conhecer a realidade e a si mesmo bem como analisar e agir sobre essa realidade. Nisso, a razão se coloca como um atributo universal e inventa a própria ideia de ser humano como um sujeito universal cognoscente que detém condições de discernir, escolher, pensar e agir segundo ordenamentos sociais.

Dessa forma, o uso dessa racionalidade pelo Comitê de Ética deflagra que a adoção da concepção do sujeito cognoscente como universal, por vezes, desconsidera as crianças como dotadas desse atributo pela idealização de que se alcança esse estatuto prioritariamente na chegada à fase adulta. Assim, por estar

enredada em uma condição de não estar apta para responder às suas percepções de realidade, os dispositivos tendem a submetê-la nesse lugar de alguém que ainda não é capaz de discernir de acordo com os princípios ideais da lógica formal e empreendem uma série de práticas entendidas como cuidado e proteção dessa condição fundamentada pela lógica moderna e regulada pelos adultos.

Nessa análise, compreendo que, em nome de certas lógicas e racionalidades pensadas para a pesquisa com crianças e, sobretudo, na relação que os dispositivos estabelecem com elas, existem diagramas que contribuem para que histórias não sejam contadas e violências sejam escamoteadas. Isso, segundo Deleuze e Guattari (1995a, p. 31), neutraliza “as multiplicidades segundo eixos de significância e de subjetivação”, pois, em nome da concepção de vulnerabilidade na infância, se sedimenta uma engrenagem que deslegitima a experiência e as conexões singulares de uma criança, independentemente do cenário e condição em que vive. Esta engrenagem coloca-a, sobretudo, em um lugar menor, ingênuo, de incapacidade e, substancialmente, romantizado. Esse raciocínio, então, torna evidente as expectativas adultocentradas que se colam à lógica moderna do sujeito cognoscente e implica como esse pressuposto também pode ser violento às existências das crianças.

Diante disso, essas nuances me levam a questionar: quem suporta escutar as crianças falando das violências que vivem? Ou melhor, quem as escuta? Como se escuta e o que se faz com isso? Sobretudo, questiono o que acontece quando as instituições de bioética (mas não só) se calam diante da produção de um conhecimento denso como a interface da violência na infância das crianças. Entendo esse silenciamento presente em aparelhos institucionais como reforçados pelas relações de poder que atravessam os dispositivos que compõem a história das crianças brasileiras e, fundamentalmente, a realidade contemporânea das crianças no Brasil. Ainda que avanços tenham sido feitos na garantia dos direitos das crianças, destaco que as experiências nos vários recantos da vida delas, ainda, são forjadas na trama das violências, no apequenamento de suas experiências. E, nesse prisma, a discussão sobre essas tramas é essencial de ser (re)pensada pelos dispositivos que se relacionam com as infâncias.

A título de exemplo, a Unicef Brasil, no ano de 2021, publicou uma matéria destacando que “nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil” (Unicef, 2021). De acordo com uma matéria da Fundação Roberto Marinho (2023) divulgada em outubro de 2022, “em 2020, foram

registradas 95,2 mil denúncias contra crianças e adolescentes no Brasil” e “1 em cada 4 denúncias do Disque 100 são de violências contra crianças”. Esses dados evidenciam que as violências (físicas, psicológicas, sexuais, letais etc.) fazem parte da história de crianças brasileiras e são presentes na sua vivência contemporânea. Além disso, indicam como a legislação brasileira de garantia de direitos dessa população apresenta furos que desdobram a urgência de tensionar esse fenômeno.

É importante salientar que o ECA, apesar de ser uma conquista, é uma legislação recente na história brasileira da infância e da adolescência, e sua efetividade se altera com a fragmentação da democracia e da sustentação das políticas públicas de combate aos indicadores de pobreza e violência, os quais, se não investidos, desestabilizam a organização das redes de proteção das infâncias brasileiras. Dessa forma, o cenário contemporâneo no Brasil demonstra diversos desinvestimentos em políticas que atuam nas dimensões da infância, o que me leva a questionar: Quais crianças e adolescentes são assistidos pela jurisdição e órgãos tidos como competentes? Como a legislação tem operado? Punindo e reiterando determinado modelo de cuidado parental? Como a legislação tem sido considerada pelo Estado brasileiro? É interesse e interessante para o Estado e a sociedade atualizar práticas de cuidado e de proteção à infância? Nessa conjuntura, tornam-se fundamentais as ações de revisão do modo como esses processos legais ocorrem para que assim haja um mapeamento de como a violência contra as crianças se capilariza e, proporcionalmente, quais lógicas e racionalidades estão imbuídas nas ações de atenção às crianças nos dispositivos brasileiros que estão em contato com elas.

Dessa forma, minha entrada no mestrado possibilitou-me conectar novas perguntas sobre os fragmentos das violências e direcionou o desejo de pesquisar com as crianças que viviam na comunidade Frei Damião. Entretanto, as imprevisibilidades advindas pelo contexto da pandemia de COVID-19 no ano de 2020⁴, gerada pelo vírus SARS-CoV-2, provocaram a necessidade de repensar os rumos da pesquisa no campo acadêmico. Esse contexto convidou-me a refletir sobre os compromissos com a produção de conhecimento em um momento histórico no Brasil que chegou a marcar

⁴ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS, declarou estado de emergência em saúde pública com patamar de uma pandemia. Após 3 anos de combate a doença, com inúmeras mortes e o sistema de vacinação criado, a OMS anunciou no dia 05 de maio de 2023, o fim da emergência em saúde pública causado pela doença de COVID-19 em nível global. No entanto, ainda ressalta a importância das medidas de prevenção e cuidado (OPAS, 2023).

um quantitativo de, aproximadamente, 700 mil mortes⁵ pela doença de COVID-19. Mortes produzidas, em grande medida, pela negligência do governo até então em exercício e de seu modo de gerenciar as políticas de seguridade social.

Nesse cenário, não há dúvidas de que a pandemia foi um acontecimento que modificou a relação com o tempo e o espaço. Desestabilizou a ação e suspendeu as compreensões mais certeiras sobre a realidade. O filósofo Jacques Derrida (2001) aborda que o acontecimento tem ímpeto vertical e interrompe a lógica da previsibilidade pautada pela ciência moderna ocidental que captura a subjetividade em uma certa ideia de organização de realidade. Como aquilo que chega como indecível, a pandemia provocou um susto desorganizador da linearidade cronológica e neoliberal da vida e fez um desvio ao palpável tornando necessário habitar o descontínuo. Nessa vereda, se a vida em coletivo precisou lidar com esse ocorrido, o seguimento desta pesquisa também necessitou forjar novos horizontes.

Isso significa dizer que a opção inicial de trabalhar em grupos com as crianças e escutá-las na comunidade onde viviam, no momento de plena vigência da pandemia da COVID-19, foi questionada e abandonada, considerando a insegurança sanitária advinda da falta de vacinas e a ampla transmissão do vírus, que acontecia no momento das definições iniciais da pesquisa. Dessa forma, interessada em desnovelar as linhas presentes nos dispositivos envolvidos com as crianças, busquei cartografar esses vetores enunciadores de lógicas e racionalidades que se enredam com tal força de verdade na vivência da infância das crianças a partir de um plano estético de investigação. Em outras palavras, circulei por diversas produções fotográficas, cinematográficas, jornalísticas e literárias, a fim de problematizar os discursos e as práticas que emergissem dessas produções e ampliassem o debate sobre a infância e as violências.

Portanto, tendo a cartografia como estratégia de produção de conhecimento, busquei transitar pelas linhas estratificadas, duras e arborescentes que sustentam certas violências no processo de subjetivação das crianças e, especialmente, circular pelas linhas de fuga que desterritorializam outras vertentes sobre as violências no plano social do Brasil contemporâneo; que abrem outras linhas de possibilidades para os modos de subjetivação das crianças brasileiras. Como defendem Cardoso e Romagnoli (2019, p.10), a cartografia desenrola “um plano de indagação que

⁵ Dados do Painel Coronavírus (2023).

provoque o pensar, uma dobra sobre si mesmo que agencie a vida [...] interrogando os conhecimentos que se impõem como verdade”, pois tais conhecimentos modelizam a vida segundo critérios próprios de identidade.

A partir de minha leitura de Foucault (1995), destaco como essas linhas, em última instância, dizem respeito a um conjunto de discursos, de redes enunciativas e, sobremaneira, de modelos de subjetivação das crianças. Foucault (1995, p. 43) elabora que os discursos são “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Nisso, a sua operacionalidade sedimenta lógicas e racionalidades sobre os elementos que envolvem a vida na linguagem e impacta, significativamente, as relações do plano social. Os discursos se aliam com as práticas e organizam, então, práticas discursivas, as quais reúnem “elementos tanto da fabricação e ajuste dos discursos – compostos por uma unidade de enunciados – quanto da aplicação e produção destes, nas instituições e nas relações sociais, definindo assim um saber, além de determinar funções e formas de comportamento numa época” (Azevedo, 2013, p. 156).

Segundo o pesquisador Alexandre Magno Teixeira de Carvalho (2001, p. 64), as práticas discursivas precisam ser pensadas como “uma composição complexa de forças em conflito; em uma conformação mais ligada à imagem de rede do que à de espiral”, pois, ao comporem as linhas de um dispositivo, elas estabelecem suas próprias regras sobre diferentes fenômenos sociais. Assim, as práticas discursivas se sustentam na ordem do discurso, porque carregam regularidades historicamente criadas, implicando a representação de suas lógicas e produzindo efeitos de suas materializações na vida das crianças. Isso posto, cabe pensarmos como são inventadas as lógicas e racionalidades enunciadas nas práticas discursivas sobre a figura da criança e o que tais invenções produzem na vivência de suas experiências de infância.

Nesse sentido, as práticas discursivas que rondam os dispositivos presentes no que compreendo ser uma geografia das infâncias das crianças brasileiras, me convocam a fazer mapas dos efeitos que elas solavancam no processo de subjetivação. Já que o mapa “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”

(Deleuze & Guattari, 1995a, p. 30), tive como horizonte acompanhar as linhas que produzem domínios de poder e saber nos dispositivos que gerenciam a vida das crianças na intercambialidade entre os elementos históricos, políticos, econômicos, estéticos e culturais do plano social brasileiro.

Ainda, apostei em transitar por essas linhas para escutar as materialidades dos ditos e não ditos das violências na experiência da infância das crianças brasileiras para, quiçá, propor furos que façam eclodir novas infâncias, novos devires. Para isso, utilizei alguns conceitos de autores como Foucault, Deleuze e Guattari, Derrida, teóricos da Sociologia da Infância e da Psicologia para compor ampliações que questionassem como os dispositivos visibilizam ou invisibilizam, desqualificam ou qualificam, afirmam ou negam e, então, potencializam ou despotencializam a vida das crianças.

Assim, no trajeto desta pesquisa, investi na potencialidade de mapear as práticas discursivas presentes na produção subjetiva das crianças brasileiras contemporâneas e os efeitos de violências que elas possivelmente desdobram a partir de um plano estético de investigação. Para isso, apresentei algumas práticas discursivas presentes nessa trama, problematizei os seus desdobramentos na produção de subjetividades das crianças, analisei o ECA considerando as concepções normativas de criança e de violência que capilarizam no tecido social e, por fim, problematizei a escuta possível de ser oferecida às infâncias brasileiras. Assim, o trajeto desta produção de conhecimento perseguiu outras entradas, buscando pelo meio, criar um pensamento rizomático anunciador de outras formas de encontro com as infâncias das crianças.

Dessa forma, apresento o primeiro capítulo de fundamentação teórica com o título “2. As linhas arteiras: outras possibilidades de ler o plano social, as violências e a infância das crianças”, no qual abordei pontos como “2.1 O pensamento como linha de criação”, destacando os fundamentos de Deleuze e Guattari que anunciam uma específica compreensão sobre o pensamento e os principais conceitos que serviram para a composição dessa produção; em “2.2 A infância das crianças: do universal ao devir minoritário”, salientei os elementos constitutivos da historiografia da criança no Ocidente; no item “2.2.1 A brecha do devir minoritário e suas conexões com as infâncias”, desenrolei outras possibilidades de pensar o processo de subjetivação e as vivências das crianças; em “2.3 Alguns apontamentos sobre a história das crianças brasileiras”, evidenciei os movimentos políticos, econômicos, culturais e estéticos que

fundamentam as práticas discursivas em torno das concepções sobre a criança e a sua infância no Brasil; por fim, no item “2.4 Diagramas das violências e suas reverberações nos processos de subjetivação”, apresentei algumas conceituações sobre a violência como uma produção que estabelece relações de poder nos modos de subjetivar a partir de autores como Chauí (2003, 2009), Foucault (2006b) e, sobremaneira, apresento novas veredas que faço sobre esse conceito a partir da leitura em Deleuze (2009), entendendo esse conceito como um intercessor capaz de forçar o pensamento a criar.

No capítulo “3. Cartografia como horizonte para fazer mapas”, há três itens abrangendo: “3.1 A cartografia como estratégia de produção de conhecimento e deslocamentos”, “3.2 Cartografando um terreno de entrelaces: as infâncias e as violências”, o qual indica o plano estético de problematização e “3.3 Idas e vindas, análises cambiáveis, plano de forças que se desenrolam”, discorri sobre as possibilidades de habitar e analisar esse plano produzido.

A partir do plano estético, o capítulo de análise, denominado “4. Análises descontínuas, expansoras”, apresenta quatro frentes de análise, as quais abarcam os itens: “4.1 Violências que agenciam e aprisionam fluxos de existência”, no qual apresento discussões sobre as lógicas que organizam as concepções de violência; no item “4.2 Desdobramentos na produção de subjetividades de crianças brasileiras: notas das molaridades e molecularidades”, em que busquei mapear a produção de subjetividades das crianças brasileiras no contemporâneo; em “4.3 Ativar devires-minoritários, apostar nas linhas de fuga”, perspectivei as resistências às linhas endurecidas; e por fim, no item “4.4 As zonas de intensidades, outros modos de encontro”, apresentei pistas de como analisar o entrelace entre infâncias e violências na intenção de transitar por outros modos de escuta e, fundamentalmente, de encontro com às crianças.

Enfim, na tentativa de concluir essa cartografia, apresento, no capítulo “5. Considerações finais: fechamentos provisórios, linhas que querem escapar”, apontamentos de contorno às bordas alargadas nesta dissertação.

Desejo, assim, que a leitura lhe traga bons encontros!

2 AS LINHAS ARTEIRAS: OUTRAS POSSIBILIDADES DE LER O PLANO SOCIAL, AS VIOLÊNCIAS E AS INFÂNCIAS DAS CRIANÇAS

2.1 O PENSAMENTO COMO LINHA DE CRIAÇÃO

Encontro em Deleuze e Guattari (2010) o anúncio de outra perspectiva sobre a criação do pensamento. Deleuze (2009), em seus trabalhos anteriores ao encontro com Guattari, já apontava que o pensamento moderno e, então, a filosofia moderna impulsionaram certas coordenadas determinantes ao pensamento. Ambos os pensadores destacaram que essa vertente fomentou a concepção de uma imagem para o conhecimento e para as possibilidades de pensar. Deleuze (2009), a partir de sua leitura sobre a cultura ocidental, sustentou que a imagem do pensamento é moral e constituidora de um modelo de representação do pensamento que tange a verdade e o verdadeiro.

Segundo Deleuze (2009), esse modelo de representação do pensamento investe em verdades universais e atemporais, tal qual defendido pela filosofia platônica. Para o autor, essa premissa busca chegar na identidade e, para isso, desenvolve o pensamento como uma reconhecimento, isto é, “conhecer nada mais é do que reconhecer aquilo que permanece idêntico a si mesmo ao longo do tempo e espaço” (Maurício & Mangueira, 2011, p. 294). Para Deleuze (2009), esse modelo do pensamento é dogmático, pois se enreda na constante tentativa de construir uma representação universal do pensamento e das coisas.

Dessa forma, juntamente de Guattari, Deleuze amplia suas problematizações relativas ao modelo de pensamento utilizado na filosofia e constitui as bases das principais construções sobre a perspectiva de uma Filosofia da Diferença – a Esquizoanálise. Essa vertente pode ser compreendida como uma caixa de ferramentas, pois não pretende ocupar a posição de uma teoria ou abordagem psicológica, mas sim busca ser um conjunto de recursos conceituais que se conecta com as dimensões políticas, institucionais e do desejo e potencializa análises sobre os modos de vida. De acordo com Hur (2018, p. 09):

a esquizoanálise é um conjunto de saberes contemporâneo, multifacetado, plural e heterogêneo - um campo teórico-político criado pelos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari após as agitações do maio de 1968 francês e que é a expressão filosófica desse acontecimento. Trata-se de uma análise micropolítica dos agenciamentos, investimentos desejantes e de poder que propõe uma cartografia das relações clínicas, institucionais, sociais e políticas.

Na tentativa de apresentar outros caminhos para a construção do pensamento, Deleuze e Guattari (1995a), no livro *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia 2 (vol 1)*, apresentam o rizoma como outra organização do modo de conhecer e pensar. Emprestado da botânica, esse conceito contrapõe-se ao pensamento arbóreo⁶ amplamente difundido no campo da filosofia e dominante na ciência moderna. O rizoma como raiz é produzido horizontalmente e não cresce como as raízes bifurcadas de uma árvore, mas sim se expande por meio das várias conexões. Portanto, para os autores, o rizoma é um sistema de pensamento permeado pelo princípio de conexão e heterogeneidade, e suas múltiplas conexões não cessam de conectar as cadeias de poder e as diversas ocorrências do mundo. Ele não preza pelo princípio de gênese, sobretudo, não tem origem nem final, mas fluxos (Idem, 1995a). Assim:

o rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 48).

O pensamento rizomático, portanto, subverte a trama do pensamento linear e dogmático pelos entremeios, expandindo, alargando e deixando escapar a multiplicidade existente nas cadeias de poder que tendem a capturar e modelizar a vida a partir do modelo representacional. Deleuze e Guattari (1995a) indicam que o rizoma, quando aciona as multiplicidades, prolifera no plano de imanência regiões de

⁶ Descartes foi um pensador que estabeleceu esta relação arbórea para o pensamento filosófico. A filosofia análoga à árvore, teria a raiz como a metafísica – sua origem, o caule como a física e a copa como a ética; numa condição de crescimento linear e vertical. Nesta perspectiva, há uma verdade (na raiz) que levaria à multiplicidade (à copa).

intensidades conhecidas como platôs. O platô, sendo “uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma”, torna possível a circulação de diferentes grandezas e dimensões que crescem sem se deixar sobrecodificar pelos poderes (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 44).

Segundo Deleuze e Guattari (1995a, p. 25), “as multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras”. Isso indica que um plano de existência é, também, preenchido por um rizoma, pois este se organiza como um veiculador de linhas uma vez que nele “existem somente linhas” (Idem, 1995a, p. 24). Nesse sentido, as linhas do rizoma são sistemas que se entrelaçam “a esta ou àquela dimensão das multiplicidades (estratos, cadeias moleculares, linhas de fuga ou de ruptura, círculos de convergência, etc.)” (Idem, 1995a, p. 45). Essas linhas se entrecruzam e habitam concomitantemente um rizoma, ramificando-se tanto em linhas de segmentariedade – organizadoras de um plano estratificado, territorializado e endurecido com base em significados totalizantes – como em “linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”, isto é, que escapam do paradigma moderno e agenciam a diferença, o novo (Idem, 1995a, p.25).

No rizoma, também atua o princípio da ruptura assignificante, a qual indica que a sua rede de conexões pode ser quebrada sem que haja prejuízos em sua ramificação. Essa premissa aponta para como o rizoma é envolto por múltiplas velocidades, diversas linhas e platôs que abrem entrelaces de acordo com o plano de forças social, coletivo e singular. É importante apontar que as linhas que rompem um rizoma não deixam de o constituir, pois são “linhas segmentares [que] explodem numa linha de fuga” (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 26). Essa fuga, em última instância, abre as viscosidades e encontra brechas para inaugurar agenciamentos que se desviam da lógica binária, linear e constituidora de uma identidade. Em outras palavras, as linhas de fuga aumentam a potência de criação a partir da quebra daquilo que captura o devir.

A ruptura feita por uma linha de fuga pode tanto estar para os movimentos de desterritorialização como para processos de reterritorialização, uma vez que essas conexões ora estão maleáveis e em diálogo com o devir, ora passam a estar endurecidas por reencontrarem “organizações que reestratificam o conjunto, [...] atribuições que reconstituem um sujeito” (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 26). O que a linha de fuga expressa é a explosão da heterogeneidade, fundamentalmente, a

circulação das intensidades que não se submetem ao significante, à descendência e estendem-se em múltiplas dimensões.

É importante salientar que Deleuze e Guattari (1995a) compreendem que os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização constituem as capacidades cambiantes na geografia do pensamento, bem como do plano de imanência em que os afetos, a singularização das subjetividades e as conexões com a vida ocorrem. Tais movimentos estão tanto para as capturas como para as viscosidades que as relações sociais e os processos de subjetivação ramificam no plano de forças da sociedade. Assim, ao passo que algo se rompe como linha de fuga, desterritorializando o programado, é possível que por fluxos de acoplamentos reterritorialize e segmente a novidade criada. Nesse horizonte, cabe considerar que esses movimentos não podem ser analisados por parâmetros de valor moral, mas sim éticos, posto que, em maior ou menor grau, eles compõem a produção de um tecido móvel de forças coletivas e singulares em que coexistem as diversas velocidades de existência. Ou seja, as múltiplas formas de subjetivar e singularizar na imanência (Deleuze & Guattari, 1995a).

Nisso, o rizoma se abre como um mapa e não decalque, foge de toda tradução que fixa uma imagem (desenho, fotografia e competência) e afirma-se nas suas múltiplas entradas, sem estratificar-se ou voltar-se para um estado inicial. Expande-se, portanto, “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 30). Dessa forma, o que Deleuze e Guattari (1995a, p. 45) propõem com o rizoma é a tessitura de “agenciamentos maquínicos de desejo, assim como os agenciamentos coletivos de anunciação”, buscando romper com as premissas científicas modernas que vão amalgamando-se no tecido social. Esses agenciamentos trabalham sobre os fluxos materiais, sociais e semióticos com a intenção de acionar a multiplicidade e a diferença, especialmente, apostando que a diferença não é um sinônimo de diversidade, mas um impulso ao devir.

Segundo Deleuze e Parnet (1988, p. 3), “devir é jamais imitar, nem fazer como, nem se ajustar a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam”. O devir é um bloco móvel, uma explosão, uma criação de outro mundo singular, coletivo e implicado. Ele se faz no infinitivo, pois está para a ação, para o movimento. Diante disso, o pensamento, enquanto rizoma, se funde com o devir para conjugar a filosofia com a ciência, com a arte e com a literatura na busca de espiralar

as infinitudes de uma vida; sem a intenção de substantivar, fabricar um modelo ou tornar um pensamento replicável como verdade num tempo contínuo-linear.

Como afirmam Deleuze e Parnet (1988, p. 2), “os devires são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas” e proporcionam que a circulação feita em um plano de intensidades abra picadas e produza mapas que superem as lógicas arborescentes e dogmáticas do pensamento. Deleuze e Guattari (1995a, p. 46) destacam como a implicação de acompanhar os processos presentes na rede de forças proporciona fazer mapas que levem a “perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para a direita ou inversamente”. Isso aponta para a relevância de conectar as linhas e as forças que habitam os processos históricos, políticos, culturais e estéticos do plano de imanência para, assim, transitar pelas molaridades e molecularidades existentes nele.

Os conceitos de molar e molecular tramados por Deleuze e Guattari (1996), tem inspiração nas relações com as propriedades químicas da matéria e são pensados pelos autores como dois fluxos, duas processualidades que coexistem e dão vazão a tendências segmentares ou de fuga. Nisso, o molar diz respeito à tendência que o pensamento e os aparelhos sociais possuem em unificar, representar, estratificar e categorizar em uma identidade a multiplicidade, pois busca “unificar/molarizar o que é múltiplo” (Martins, 2020, p.70). Em contrapartida, o molecular evidencia a multiplicidade, isto é, a heterogeneidade presente nas propriedades de uma substância e, então, as diferenças que eclodem e constituem os movimentos coletivos e singulares. Em síntese, as linhas que atuam em um rizoma, indicam fluxos ligados às molaridades e às molecularidades, visto que ambas coabitam o plano de imanência e articulam conexões produtoras de diversos modos de subjetivar.

Assim, a proposta do pensamento como criação apresentada pela filosofia de Deleuze e Guattari (1995ab, 1996) deflagra a possibilidade de analisar o plano social a partir de outras referências que não as pautadas pela ciência moderna. A filosofia que forjam, denuncia a hegemonia do pensamento moderno na produção de conhecimento e, fundamentalmente, na produção de subjetividades pelo crivo do sujeito cognoscente e anuncia modalidades de conexão que persigam as trilhas do devir para encontrar aquilo que escapa como novidade.

Diante disso, os conceitos presentes na proposta disruptiva da criação do pensamento apresentada na Filosofia da Diferença, tornaram-se ferramentas essenciais para ampliar as análises presentes nesta dissertação.

2.2 AS INFÂNCIAS DAS CRIANÇAS: DO UNIVERSAL AO DEVIR MINORITÁRIO

A criança e a vivência de sua infância, tal qual cunha a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), demonstram o produto conceitual que a sociedade brasileira, diante da história mundial, compõe sobre sua existência na contemporaneidade. No entanto, é válido pensar como a compreensão sobre o que é a criança e sua experiência enquanto infante têm uma trajetória histórica marcada por diversos atravessamentos políticos, culturais e sociais que moldaram as preocupações e as expectativas sobre elas.

Com vistas a mapear elementos históricos e conceituais que remontam à maneira como a sociedade se relaciona com as crianças e suas infâncias na contemporaneidade, destaco que diversas são as áreas e os autores que se debruçaram na produção dessa figura e de sua condição. Suas posições deixaram rastros teóricos, simbólicos e materiais na invenção dos modos de subjetivar das crianças, evidenciando a construção de diversas lógicas epistemológicas, comportamentais, pedagógicas e legais que compõem denominações para a existência da infância. Dessa forma, este capítulo pretende transitar pelos elementos sociais e culturais que fundamentam e sustentam certos modos de se relacionar com as crianças, pois estes são compositores das práticas discursivas em vigor na própria historiografia das crianças.

Portanto, a dimensão social e histórica da criança e de sua infância proporciona uma leitura no modo como ela se torna interesse da sociedade e quais as formas de relação para com ela. Como referência pioneira sobre a história da criança no Ocidente, temos o historiador francês Philippe Ariès (1981) e seu livro chamado *História social da criança e da família*, o qual apura dados sobre a realidade social europeia, substancialmente de uma classe nobre, representativa, entre os séculos XII ao XIX. Sua obra é icônica, pois torna evidente como a constituição da ideia de criança está ligada à processualidade da história e da cultura. Além disso, o autor enfatiza o encadeamento de um sentimento da infância que é produzido na sociedade, no

entanto, como afirma o também historiador Colin Heywood (2004), é preciso retificar a perspectiva progressista e universalizante sobre a construção desse sentimento. Isso significa dizer que não há um sentimento padrão nem uma linearidade que sai do polo da indiferença no contexto da Idade Média, para um interesse e uma atenção substantivos na relação com as crianças na modernidade.

Essa observação de Heywood (2004) alude a uma tomada de diferentes concepções de infância e, conseqüentemente, de criança. Essa pluralidade é indicativa dos diferentes recortes culturais, de gênero, classe social, raça, geração e modos de tratamento das crianças que possam fazer parte dos mais diversos contextos e experiências infantis ao longo da história da humanidade. Nesse sentido, demarco que, a cada tempo histórico, diversas infâncias vão se modelando, e, nesse curso, as características e classificações que recaem sobre essa experiência das crianças podem ser transformadas e reatualizadas em caráter de coexistência e descontinuidade. Cada elemento definidor proposto para as crianças e suas infâncias produz ressonâncias que, como ondas do mar, vão e voltam, se arrebatam e se ampliam para tornar evidente o diverso que constitui essa experiência, ainda que faça parte do mesmo oceano.

Assim, no diálogo com os escritos de Ariès (1981) busco evidenciar as produções conceituais possíveis de captar das circunstâncias que compuseram esses momentos históricos. São compilados possíveis diante da versão feita por esse autor e de outras pontes de diálogo que também anunciam outras ênfases. Reunir esses elementos permitiu mapear os fundamentos criadores de práticas discursivas presentes na história das crianças e como elas sustentam os modos de relação com suas infâncias.

Dessa forma, é possível compreender que Ariès (1981) coloca a criança como objeto de estudo da História e reúne um compilado de informações sobre a relação com a sua infância a partir do estilo das vestimentas e dos vestígios que encontra em diários familiares, fotografias, inscrições em lápides, pinturas religiosas e familiares, certidões de batismo, obituários, cartas, livros e objetos presentes nos modos de vida característicos dos cenários medievais até aqueles que chegam à Modernidade. Sua pesquisa enfatizou como o surgimento das organizações familiares alinhadas mais às redes afetivas do que àquelas baseadas em interesses sociais cria uma dinâmica capaz de notar a presença das crianças a partir de outras formas de tratamento.

O autor evidencia que, em geral, as crianças eram reconhecidas no convívio social e familiar a partir dos sete anos de idade, pois, anteriormente a essa idade, viviam enredadas por uma condição de fragilidade e insegurança, dados os extremos índices de mortalidade infantil (Ariès, 1981; Cavalcante, 2021). A partir dessa condição de expectativa de vida baixa, a mentalidade predominante no contexto europeu demonstrava um desapego à figura da criança ao mesmo tempo em que buscava aproveitar o seu curto período de vida usufruindo de sua força de trabalho. Não à toa, Ariès (1981) representa como as crianças, a partir da época medieval, eram vistas como “adultos em miniatura”, pois se conferia a entrada das crianças na família e na sociedade a partir de sua personificação das características dos adultos (como as práticas de trabalho, os objetos e as vestimentas), ainda que tivessem uma composição corporal diferente.

A obra do historiador permite perceber que, à medida que o cenário demográfico e o sanitário recebem transformações no contexto europeu, o sentimento de apego para com as crianças passa a ser articulado. Isso significa dizer que, à medida que as crianças vingavam enquanto corpo no mundo, elas ganhavam uma condição de pertencimento no convívio com outras crianças e adultos. Nesse enredo, teremos os preceitos morais e benevolentes defendidos pela Igreja Católica, como aqueles que reverberaram na dinâmica familiar e, posteriormente, em ênfases pedagógicas e formativas que se detiveram em endossar outras experiências de infância(s) para as crianças.

Segundo o historiador brasileiro Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante (2021, pp. 205-206), a Igreja Católica foi uma das responsáveis por empreender ações de combate ao infanticídio e por “identificar nas crianças um campo fértil para o aprendizado e para a formação de adultos tidos como ideais”. Dessa forma, o crescimento das cidades, os processos industriais e de urbanização vão consolidando a chegada da Modernidade no contexto europeu. A partir das constatações que a Igreja Católica já evidenciava sobre a necessidade de formar as crianças, essa época inaugurou as premissas pedagógicas articuladas pelos reformistas, os quais acreditavam na necessidade de preparar essa figura – criança – para viver como um adulto. Nesse sentido, fica evidente a presença da família, do trabalho e da igreja na produção subjetiva das crianças e a anuência de uma nova ordem social.

A formação dessa nova ordem social apresenta a consolidação da sociedade moderna burguesa, em que a figura da criança passou a ter uma condição social

diferente da do adulto. Sendo ela considerada a origem do adulto, nasce nos embalos do movimento Iluminista a necessidade de transformá-la em um sujeito racional, obediente aos valores morais, científicos e higienistas. Para isso, terá o espaço da família como o lugar da disciplina com a finalidade de adaptar-se às normas e regras sociais. E, paralelamente, terá a escola como o lugar de aprender o modelo do conhecimento hegemônico.

De acordo com a psicóloga Zuleica Pretto (2015), a separação da vivência das crianças daquela tida com os adultos contribuiu para o surgimento e/ou a consolidação de instituições, supervisionadas por adultos, preocupadas com controlar, disciplinar e educar as crianças tanto nos espaços privados como nos públicos (Ariès, 1981; Pretto, 2015). Segundo os seus estudos da historiografia de Ariès (1981), a autora enfatiza que “a escola funda a própria noção de infância desde a modernidade”, pois será o primeiro espaço conferido como obrigatório para a experiência das crianças (Pretto, 2015). De acordo com Pretto (2015. p. 43), “para compreender a noção de infância moderna é preciso reconhecer que há uma continuidade entre a educação formal/escolar e a educação na família”, e isso sistematiza uma lógica conceitual para com as crianças e as colocam em caráter de incompletude e dependente do contexto educacional e formativo para civilizar-se.

A abordagem de Ariès (1981) enfatiza a infância de um contexto econômico e social privilegiado diante da realidade europeia da época, tanto que aborda as situações em que as crianças eram paparicadas, mimadas e, por fim, escolarizadas. Mas esse foco não é representativo da vivência de todas as crianças europeias, visto que, enquanto havia crianças rodeadas de regalias e farturas, também existia a infância das crianças pobres, camponesas e trabalhadoras. Isso demonstra como há outras infâncias que ainda não foram contempladas ou tão evidenciadas nos materiais referentes à história das crianças no Ocidente.

Ainda, é notório destacarmos que, no bojo dos pressupostos modernos, um padrão de sociedade se consolida. Combinando um modelo de ciência calcado na supremacia dos conhecimentos médicos, em instrumentos de controle demográfico e no liberalismo econômico, a sociedade passa a ser organizada a partir de novos estatutos de verdade para aquilo que se considerava natureza humana e a vida privada e coletiva. Nesse ponto, cabe destacar que o projeto científico e, também, filosófico em pauta na modernidade margeou uma forma de explicar como funciona tal natureza na modalidade do indivíduo. Ancorado na ideia da substância, o

pensamento ocidental moderno fundamentou uma concepção de subjetividade na dicotomia entre exterior/interior, corpo/mente e razão/afeto e empreendeu marcas nos modos de subjetivar. O legado moderno aponta para a supremacia da consciência como representante da racionalidade e o enredamento dos modos de vida em instrumentos e condições que levem a humanidade a atingir o ideal de sujeito cognoscente (Foucault, 2006a; Lira & Marcos, 2018).

É importante destacar como essas perspectivas tornaram-se discursos de verdade na sociedade do século XIX (Foucault, 2003; 2006a) e se consolidaram, especialmente, pela contribuição de disciplinas do saber como a Psicologia, a Antropologia, a Pedagogia e a Biologia que atuaram a partir de premissas positivistas, legitimando perspectivas essencialistas, individualistas, meritocráticas e justificadoras dos abismos sociais. Assim, a ascensão da racionalidade científica, ao fundamentar a noção de “homem”, respingou na própria concepção de criança. Isso permite considerar que os significados e as concepções atribuídos às crianças e às suas infâncias, na modernidade, são reveladoras das relações de poder e dos interesses governados pelas instâncias do Estado, Igreja Católica e Ciência Moderna.

Essas manifestações demarcam modelos hegemônicos feitos, impreterivelmente, pelos adultos. Segundo o historiador Cavalcante (2021), a criança considerada como um sujeito que ainda não é adulto, não alcançou o exercício da razão esperado e nem é independente, passa a receber o lugar social de menoridade e, conseqüentemente, fica sujeita a práticas de submissão e tutela. De acordo com o autor, o modelo adulto é “construído e pautado a partir de teorias biológicas e psicologizantes que servem de referência para a constituição de um paradigma de infância único” (Cavalcante, 2021, p. 201).

Desse modo, a historiografia das crianças evidencia que, ao passo que se torna um sujeito possível de apego, também fica sujeita à movimentos que a excluem de participar de processos que dizem respeito a sua vida, posto que sua capacidade de agência colada na comparação com as capacidades do adulto se inferioriza e se invisibiliza. Com essa lógica, o lugar social cabível às crianças será o da docilidade, da disciplina e do controle do adulto. Esse contexto moderno fundamenta o critério geracional como classificador das diferenças entre adultos e crianças, sustentando assim a premissa biológica, etária e cognoscente como definidora dos modos de tratar as crianças. Esse crivo que se realiza como estatuto essencialista também tonifica lógicas de déficits das crianças, como a “imaturidade psicológica, dependência das

crianças e adolescentes em relação aos adultos, inocência e alheamento diante do mundo social” (Cavalcante, 2021, p. 201). Isso significa dizer que a modernidade empreendeu uma lógica que hierarquiza a relação com as crianças, pois naturaliza a classificação por idade como um fator de subordinação de suas infâncias.

Esses pressupostos defendidos com a chegada da modernidade endossa um terreno fértil para que o paradigma que envolve as concepções de criança e de infância seja adulto e, portanto, adultocêntrico. Cavalcante (2021, p. 201) elabora esse fenômeno como “um processo que invisibiliza crianças e adolescentes enquanto sujeitos históricos de lutas e transformações sociais, que promove o apagamento da especificidade de suas vidas, na medida em que as concebe como ‘protótipos de adultos’”. Essa ênfase é indicativa de como a sociedade civil estabelece um poder à figura do adulto e aos saberes produzidos por ele na ceara da ciência moderna que balizam os modos de subjetivar das crianças.

De acordo com Cavalcante (2021, p. 203), “a infância produzida pela perspectiva adultocêntrica é universal, padronizada, deficitária e carente de tutela”. Em síntese, o pensamento moderno cria saberes hegemônicos sobre o que se entende por criança, e a experiência de sua infância fica enredada em instituições reguladoras de sua condição, como a família, a escola, os centros de saúde, as igrejas, as tecnologias de consumo, as mídias, os espaços jurídicos e as teorias psicológicas e pedagógicas que vão submetendo-a nesse lugar de incompletude, fragilidade, docilidade e desenvolvimento.

Assim, ressalto que a herança do trabalho de Ariès (1981) reside nas constatações que demonstram como o ocidente europeu, no curso histórico, foi percebendo e reconhecendo suas crianças. Seu estudo evidencia como as crianças e a experiência de infância passam a ser valoradas como existência passível de cuidado e atenção, justamente, pelas mudanças na gestão populacional, a qual foi deflagrada pela expansão das cidades, pelo fortalecimento da experiência familiar e pela organização do trabalho. Além disso, é importante destacar como esse processo histórico, cultural, econômico e político, que assentou a ciência moderna como fundamento para todas as dimensões da vida, consolidou uma lógica evolutiva e linear para a existência humana. Isso significa dizer que as infâncias das crianças passam a ser uma fase da vida em que, à medida que é superada pelo processo de crescimento, permite, na escala do desenvolvimento, a chegada à vida adulta (Ferreira, 2015).

Segundo o psicólogo Marcelo Santana Ferreira (2015), os conhecimentos científicos modernos balanceados pelo saber médico e, também psicológico, forjaram teorias psicológicas e pedagógicas que reforçaram parâmetros universais em relação à experiência da infância. Nessa perspectiva, a Psicologia que ganhou evidência foi aquela que abordava o desenvolvimento humano. Essa área serviu, junto de seus representantes, para complexificar as características que envolvem o desenvolvimento das crianças e fundamentou as ênfases fisiológicas de compartimentação do desenvolvimento em fases que se sucedem. Segundo Ferreira (2015, p. 401), “a perspectiva evolucionista garante uma apropriação da infância e uma reestruturação da experiência educacional”, o que significa dizer que as definições da Psicologia sobre as capacidades intelectuais retroalimentaram as perspectivas pedagógicas que buscam escolarizar as crianças e pensá-la a partir de suas funções cognitivas, comportamentais e, portanto, maturacionais.

Esses pressupostos formularam a ideia de que, à medida que as crianças apreendem os elementos da cultura, elas se humanizam, e o momento do desenvolvimento em que isso acontece será a infância. A socióloga Jucirema Quinteiro (2019, p. 734), estudiosa da noção da infância no curso civilizatório, conceitua a infância como “o tempo em que a criança deve se introduzir na riqueza da cultura humana histórica e socialmente criada, reproduzindo para si qualidades especificamente humanas”. Além disso, acresce que o sujeito criança pode ser entendida como “um ser humano de pouca idade, capaz de participar da cultura e de tomar decisões sobre assuntos de seu próprio interesse, estabelecendo interações com outras crianças, com adultos e com os artefatos humanos, sejam eles materiais ou simbólicos” (Idem, 2019, p. 730).

A compreensão da autora torna evidente como a infância, na contemporaneidade, é entendida a partir do discurso da civilidade, o qual sistematiza a lógica de que, para esse momento da existência, se reserva a apreensão das condições existentes na máquina social para vir a ser atuante nela. O caráter etário também é figurativo como critério definidor da noção de criança, e, ainda que a autora defenda a capacidade de agência das crianças na *pólis*, é sabido que as práticas que desde a modernidade incidem sobre a geografia das infâncias das crianças tendem a fabricar mecanismos normativos para enquadrar essa experiência em lugares de tutela, ensino e disciplina. Como destaca Quinteiro (2019, p. 734) a área da Sociologia compreende “a infância como condição social de ser criança, resultado do processo

civilizatório”. Nesse sentido, se torna fundamental analisar as práticas discursivas que vão se desenhando nesse processo da experiência da infância e como elas também podem escorregar em perspectivas naturalizantes da figura da criança, submetendo-as, novamente, a um lugar menor e de pouca mobilidade social.

Em suma, esses atravessamentos históricos inventam a infância como uma fase em que as crianças estarão envolvidas por uma série de políticas morais, pedagógicas, legislativas, sociológicas e desenvolvimentistas que estão sedimentadas por pressupostos cronológicos, lineares, evolutivos e adultocentrados forjadores de uma identidade para elas. Sendo a criança um sujeito moderno de interesse da civilização, produziu-se uma compartimentação de áreas do saber dispostas a tomarem as crianças e suas infâncias como objetos de estudo e a formarem as interpretações sobre os ideais de desenvolvimento.

Nesse quesito, a ascensão de teorias sobre o desenvolvimento das crianças na área da Medicina, Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Antropologia e Direito e, também, a organização de instâncias governamentais que iniciavam a compreensão sobre os direitos e a dignidade humana das crianças culminaram no marco da visada das crianças como sujeitos de direitos. Nisso, em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral das Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a qual denota os princípios basilares quanto à proteção das crianças e quanto à definição de direitos a elas (Unicef Brasil, 2022).

Diante da história universal das crianças, essa declaração serviu de documento base para os países – inclusive o Brasil – perspectivarem as crianças como sujeitos com direitos que deve gozar de condições de dignidade e proteção. Essa declaração, como instrumento universal, serviu para fundamentar a noção da criança como um sujeito que deve ser cuidado, pois ocupa a posição de imaturidade intelectual e física. Dessa forma, no conjunto dos pressupostos até então levantados, teremos essa geografia das crianças perpassada por diversas tramas discursivas que demarcam tanto as lógicas de cuidado afetivo-parental como as da disciplina, da formação pedagógica e do desenvolvimento biológico.

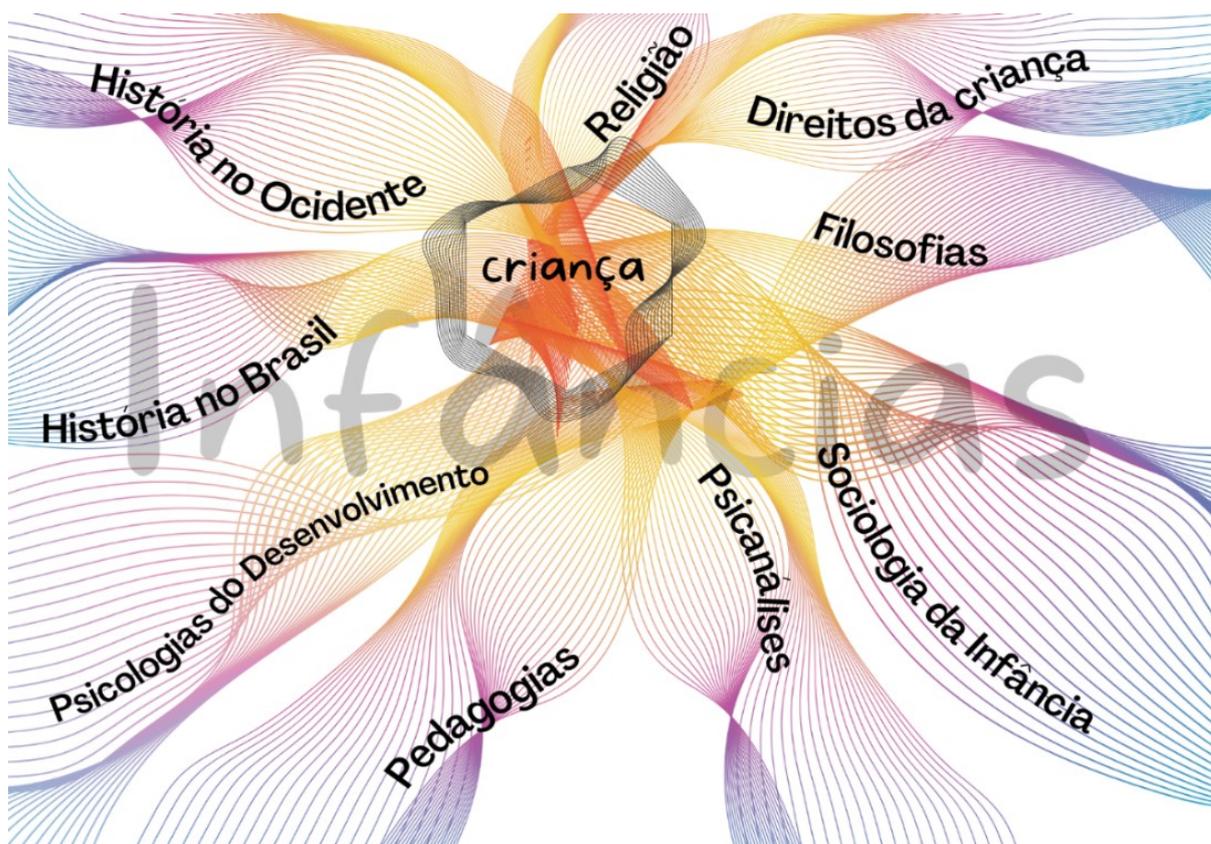
Diante disso, com a intenção de mapear parte dessas áreas que tomaram as crianças (seu corpo, seu intelecto, seu comportamento e seus desejos) e inventaram a vivência de suas infâncias como um atributo a ser preparado e moldado para a máquina social adulta, organizo as Figuras 2 e 3 como forma de demarcar quais as

linhas discursivas e suas ênfases envolvidas na história das crianças. A estética das figuras privilegia a composição de um mapa, o qual evidencia como essas linhas não operam separadas ou foram feitas de maneira independente.

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que concentram grandes ênfases a partir das áreas do conhecimento (Figura 2), essas linhas se interpõem e coexistem com outras vertentes que versam sobre as crianças. As figuras demonstram uma rede de fluxos capaz de conter agenciamentos da ordem das produções teóricas, das ênfases nas diversas áreas do conhecimento e de expoentes marcantes os quais narraram a criança e sua infância ao longo da história (Figura 3). Dessa forma, a Figura 2 a seguir aborda, de forma mais específica, as áreas do conhecimento que imprimem nuances significativas no modo como as infâncias são escritas:

Figura 2

Mapa: áreas do conhecimento que forjam a figura “criança” e suas infâncias



Nota. Figura elaborada pela pesquisadora, 2023.

Destaco que o conteúdo presente na Figura 2 e na Figura 3 diz respeito aos materiais bibliográficos que compõem a minha trajetória acadêmica até então e que produzem um mapa. Assim, o que se apresenta é uma cartografia móvel, a qual

produzindo ecos nos modos de subjetivar do plano social. Em outras palavras, os expoentes e as obras presentes nessas ênfases contornam lugares sociais para as crianças e a experiência de suas infâncias ao passo que legitimam os processos de sociabilidade de que as crianças vão se apropriando ao longo das suas experiências.

Nesse fluxo, o lado superior esquerdo do mapa anuncia as ênfases históricas. Como já destacado, são expoentes reconhecidos os autores Philippe Ariès (1981) e Colin Heywood (2004), sendo o primeiro aquele que apresentou uma historicidade processual sobre a construção de um sentimento de infância da Idade Média até a Modernidade, e o segundo um autor que tece críticas ao aporte deixado por Ariès (1981) e amplia dados dessa história até a contemporaneidade com as pesquisas que fez em países europeus e norte-americanos. Na cena brasileira, destaca-se a historiadora Mary Del Priore (1999/2021), que abarca uma série de informações sobre as circunstâncias da vida das crianças na época das embarcações, no Brasil Colônia e Império até chegar aos retratos do processo de industrialização das cidades brasileiras. Irene Rizzini e Francisco Pilloti (2011), por outro lado, fazem um esforço analítico das políticas sociais que vigoraram na história das crianças brasileiras, retratando os elementos que criam práticas de assistência à infância e os modelos de governar crianças no Brasil.

Abaixo da ênfase histórica aparece o concentrado de interlocutores da área da Psicologia, particularmente, a especialidade do Desenvolvimento Humano, o qual evidencia os pressupostos modernos operantes nas construções sobre o crescimento de um sujeito. Jean Piaget e Bärbel Inhelder (1966/2003), por exemplo, são expoentes que defenderam premissas maturacionais no desenvolvimento humano, compreendendo períodos para esse processo ocorrer e definindo a idade correspondente a certas fases. Diane Papalia e Ruth Feldman (2013), autoras mais contemporâneas, preservam os pressupostos organicistas e sistematizam um material repleto de informações sobre como funciona o desenvolvimento com base em aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a cronologia. Assim, a obra *Desenvolvimento humano* é um retrato da força da neurociência nas narrativas sobre as crianças na contemporaneidade. Outro autor importante foi Lev Vygotsky (1999), o qual ampliou a visão sobre o desenvolvimento, trazendo uma abordagem dialética e cultural para o papel do meio e da linguagem nos processos de apropriação da realidade e da formação da mente. Mais um autor que flertou com ambas as Psicologias (biologicista e histórico-cultural) foi Henry Wallon (1998), o qual

buscou aproximações entre ambas as perspectivas, destacando o papel da afetividade diante das interações com o meio. Essas construções criaram ideários na Psicologia, mas, sobremaneira, fundamentaram as noções pedagógicas no que diz respeito às concepções sobre a condição psicológica de aprendizagem das crianças.

Na parte inferior, é possível notarmos as diversas Pedagogias que articularam a dimensão formativa das crianças com estratégias que desenvolvessem sua capacidade racional para atuarem como adultos na máquina social do trabalho e do consumo. As práticas discursivas decorrentes dessas perspectivas versam tanto sobre uma compreensão estrutural da cognição e do comportamento (as abordagens baseadas em Piaget e Skinner) como também aquelas que perspectivaram o modo como acontece a formação de conceitos, colocando em evidência o papel daquele que ensina e daquele que aprende. Nesse quesito, as abordagens construtivistas como também a abordagem de Vygotsky e a de Paulo Freire, buscaram tensionar os moldes de domínio das crianças emancipando-as como também construtoras e criadoras do próprio aprender. Cabe-nos lembrar que essas indicações não esgotam toda a complexidade envolvida nessa dimensão pedagógica, mas evidenciam como a sociedade civil vem fabricando meios de encaixar a experiência da infância nos moldes escolarizantes de reprodução de conceitos.

Ao lado da ênfase pedagógica, encontra-se a revolução da Psicanálise com a proposição do inconsciente e a elaboração de que há uma sexualidade infantil perverso-polimorfa. A teoria disruptiva de Freud (1920/1989) colocou em xeque a natureza pura e inocente das crianças defendida pela ciência e pela moral vitoriana do século XIX e, especialmente, questionou esse lugar da infância calcado em processos maturacionais homogêneos e plácidos, pois compreendia que esse momento da vida é marcado pela composição nada tranquila da estrutura egóica. Ainda, os pesquisadores Dione de Medeiros Lula Zavaroni, Terezinha de Camargo Viana e Luiz Augusto Monnerat Celes (2007, p. 66) destacam que “a infância refere-se a um tempo da realidade histórica, [e] o infantil é atemporal e está remetido a conceitos como pulsão, recalque e inconsciente”, demarcando que o infantil diz respeito ao modo particular de trabalhar a infância em análise. Assim, a infância ganha destaque pelo terreno fértil de constituição subjetiva que deflagra e, também, pela possibilidade de acompanhar o infantil no adulto. A partir de Freud, surgem outras teorias psicanalíticas e outros expoentes que desbravaram leituras sobre a constituição das crianças e de suas infâncias, sobretudo, perspectivando conceitos e

modulações de análise para elas. Donald Winnicott (1982) e Françoise Dolto (1988), por exemplo, trouxeram inúmeras contribuições para a relação da análise com as crianças.

Outra área importante foi a Sociologia, com as novas perspectivas em Sociologia da Infância. Essa ênfase tem afirmado a necessidade de distanciar-se das visões biologicistas e psicologizantes sobre o desenvolvimento das crianças para pensar esse processo interligado à história e à cultura. Essa área do conhecimento buscou resgatar a infância das imagens prontas colocadas sobre ela, apostando na capacidade de agência das crianças enquanto autor social que apresenta modos de participar em sociedade diferentes do modelo do adulto. Nessa área, temos os autores Jens Qvortrup (1994), Chris Jenks (2002) e Manoel Jacinto Sarmiento (2005) como expoentes marcantes de novas problematizações sobre as infâncias das crianças, demarcando a infância como uma construção social não apenas determinada pela biologia (Marques, 2017).

Seguindo as perspectivas que desassossegam os cânones do desenvolvimento maturacional e preparatório das crianças, encontro, na filosofia de Nietzsche (1983/2011), uma frente que problematizou os ideais estruturantes da sociedade postos no século XIX e, sobretudo, apostou na noção de devir para problematizar as lógicas de liberdade condicionada pelo sistema neoliberal. O filósofo defendia a perspectiva de que a criança é uma potência na criação do seu próprio mundo e apontava para interpelações sobre como, diante das normas sociais, é preciso criar outras formas de autonomia e liberdade para a sua experiência que fujam das noções clássicas postas (Santos, 2014).

Outros autores que seguiram por essa mesma vereda de problematização dos moldes instituídos foram Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997, 2010). Tanto de forma independente como em coautoria, esses expoentes marcam a história da Filosofia e, sobretudo, das ênfases sobre as crianças em suas construções sobre o devir, o devir-criança e os processos de subjetivação. Suas entradas abarcam a análise dos maquinários sociais que incide sobre a produção de subjetividades e como as relações de saber e poder territorializam e desterritorializam lugares para a ativação do devir minoritário. Um autor contemporâneo que amplia reflexões a partir do aporte teórico de Deleuze e Guattari é o filósofo Walter Kohan (2004).

Outra ênfase importante diz respeito à área do Direito da criança, como demonstrado no canto superior direito. Perspectivando o reconhecimento da criança

como sujeito de direitos a nível mundial, temos a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1989) como um marco fundamental que enfatizou princípios de cuidado, proteção e cidadania a todas as crianças. Esse marco configurou uma visada para uma infância que possa gozar de direitos fundamentais e que seja garantida por medidas legislativas. No Brasil, depois de inúmeros marcos regulamentadores, teremos a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) como uma jurisdição que retrata a concepção de proteção integral ao menor e o papel do Estado nessa garantia de direitos básicos.

Como última ênfase nessa rede de fluxos mapeados, destaco a presença da Igreja Católica na geografia das infâncias das crianças, pois suas formulações sobre a benevolência, a justiça e a vida em sociedade empreenderam uma série de visões sobre a criança e essa experiência de infância. Como a historiografia de Àries (1981) evidencia, é inegável o papel da Igreja Católica na proteção da vida das crianças com as medidas de combate à mortalidade infantil. Em contrapartida, noções como a da inocência e da fragilidade das crianças e práticas assistencialistas e doutrinadoras que se alastram ao longo do tempo, também, receberam a sustentação dessa instituição.

Isso aponta para como a igreja Católica, ao representar as crianças como puras, pequenos anjos e carentes de instrução para viverem uma vida sem pecados, sustentou diversas matrizes idealizadoras da infância como um momento de preparação para a vida em sociedade, enquadrando as crianças como sujeitos de tutela e necessitadas de aprender os ordenamentos morais definidores do certo e errado dentro da organização social. Importante destacar que a Igreja Católica teve e têm um lugar de influência nos modos de subjetivar das crianças no curso da história, mas também outras matrizes religiosas foram ganhando espaço e força no que diz respeito as premissas moralizantes que incidem na vivência das infâncias no Brasil e no mundo. A depender do contexto, da região e da época, se faz necessário localizar as ênfases institucionais religiosas em vigor.

Dessa forma, as tramas que compõem representações sobre a criança também formam uma imagem em movimento, pois, indicam tanto os pressupostos como a generalidade, a linearidade e a universalidade que enraízam saberes nos modos de subjetivar, como também o devir das crianças que escapa, tensiona e desestabiliza as perspectivas de cuidado e atenção normativos que a humanidade tem sedimentado ao longo do tempo. Nisso, as tramas que apresentei nesse mapa salientam os

filamentos que seguem inventando ou reforçando práticas discursivas presentes na geografia contemporânea das infâncias, sobretudo, deflagram como a história das crianças e das infâncias não está dada e pronta, mas, sim, em contínuo movimento e com diversas lacunas a se conhecer e analisar.

Além disso, esse mapa baliza como essa geografia está enredada por tentativas de estabelecer, *a priori*, uma regra pronta e estática para quem deve ser a criança e como ela deve subjetivar-se. Isso significa dizer que as regras postas com maior intensidade a partir da modernidade são invenções dos adultos da lei, da moral e da biologia que visam modular subjetividades na sujeição às verdades hegemônicas e na restrição de outros modos das crianças singularizarem a sua existência. Nesse ponto, dialogo com os autores Deleuze e Guattari (1997) e coaduno com a aposta que fazem de acionar outros elementos como o singular, o descontínuo, o devir e a potência constituidores do plano social imanente, para expandir a investigação das linhas que capturam as infâncias em amarras totalizantes e inventar outros modos de compor a essa experiência junto das crianças.

2.2.1 A brecha do devir minoritário e suas conexões com as infâncias

Para pensar outras conexões sobre as infâncias das crianças, compreendo como necessário abordar a noção de subjetividade a partir dos autores que fundamentam esta dissertação. Nesse sentido, a noção de subjetividade enquanto substância, inegavelmente, é um dos principais legados da modernidade. O paradigma científico criado nesse período imprimiu, para a subjetividade, a representação de uma zona localizável e estável a ponto de desembocar em uma identidade. De acordo com Lira e Marcos (2018), a Psicologia que ganhou hegemonia na modernidade endossou a lógica da cientificidade para a subjetividade, contornando-a na ideia de inteligibilidade e de processos mentais determinados pela consciência.

Esse paradigma ganhou outras dimensões a partir dos efeitos posteriores às guerras mundiais também produzidas pelas alianças científicas, abrindo campo fértil para novas perspectivas que pautaram a subjetividade como um processo inseparável dos atravessamentos políticos, sociais e históricos. Como apontam Lira e Marcos (2018), em meados do final do século XX, as novas ênfases no campo das ciências humanas tensionavam a racionalidade de oposição da subjetividade (interior/exterior,

mente/corpo), apresentando interlocuções como: a Psicologia Social, a qual observou os efeitos sociológicos na produção subjetiva, a Psicanálise com as suas articulações sobre o inconsciente e o imbricamento entre sujeito e sociedade, a máxima de Foucault sobre a noção de processo de subjetivação e os apontamentos de Deleuze e Guattari sobre o processo de subjetivação configurar a produção de territórios marcados pelo devir.

Partindo das provocações dos teóricos Deleuze e Guattari (1997), percebo que a subjetividade é produzida entre zonas de heterogeneidades, isto é, entre agenciamentos maquínicos, os quais deflagram tanto as certezas identitárias defendidas pela modernidade como a transitoriedade e o devir que levam a novos territórios e permitem a criação de outras realidades pela produção desejanante (Lira & Marcos, 2018). Para Deleuze e Guattari (1997), a composição desses territórios está sujeita a forças que desterritorializam e reterritorializam, evidenciando uma multiplicidade de agenciamentos que produzem modos de singularização. Nessa tessitura de territórios existenciais imanentes, Guattari e Rolnik (2013) demarcam como o processo de subjetivação também diz respeito a um processo de singularização. Essa consideração aponta para a recusa das individualidades como produto massificante da ideia de sujeito universal e, sobretudo, a recusa dos “modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular” (Idem, 2013, p. 22).

Nessa atmosfera, os modos de subjetivar ocorrem em potência de conectar a multiplicidade, a fim de engendrar “modos de existir mais singularizantes em meio aos apelos avassaladores da massificação capitalista que insiste em manufaturar o desejo” (Lira & Marcos, 2018, p. 17). Dessa forma, os processos de subjetivação e de singularização encontram no devir uma passagem de borda das teias representacionais e identitárias, aumentando a potência de “outrar-se”. A proposta do devir alude à potência de escapar do crivo evolutivo do “homem” definido para o desenvolvimento humano, ativando o menor dos estados, isto é, o devir-minoritário com suas linhagens de devir-criança, devir-animal, devir-intenso, devir-mulher etc. Assim, na direção contrária da lógica moderna, se chega na ideia de “eu” como: “apenas um limiar, uma porta, um devir entre duas multiplicidades” (Deleuze & Guattari, 1997, pp. 34-35).

Nessa perspectiva, na geografia subjetiva das crianças, quais as forças que dão vazão ao devir? Como não recrudescer a subjetivação delas em certezas universais? Como permitir às infâncias zonas de heterogeneidade e criação sem fechá-las na vertente evolucionista? São questionamentos que não se esgotam e não cessam de interrogar os poderes presentes no plano de imanência, sobretudo, pela observância das diversas constatações que se esparramam nas formas de conhecer e subjetivar das crianças. Como apontam Deleuze e Parnet (1998, p. 30), “só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada”, e, nesse ponto, aposto que a produção de conhecimento na contemporaneidade pode tecer novas aberturas para os territórios das infâncias.

Nesse sentido, encontro, no filósofo Walter Kohan (2003, 2007), estudioso das obras de Deleuze e Guattari, pontes que levam a novas percepções sobre a infância. Interessado em atravessar as perspectivas generalizadoras e universalizantes que contornam as crianças, o autor indica dois caminhos para se transitar pelas trilhas das infâncias, nomeando-as como majoritária e minoritária. De acordo com o autor, a infância majoritária refere-se, justamente, às caracterizações categóricas que fixam as crianças em etapas do desenvolvimento, nos parâmetros de educação, nos estatutos legislativos, nas instituições escolares e nas políticas públicas (Kohan, 2003, 2004, 2007). Ao problematizar essas linhas que determinam a experiência das crianças, o autor anuncia a infância minoritária que habita a imanência com a “vontade de expansão”, desejante de acionar o devir-minoritário e, então, de se fazer “como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação” (Kohan, 2003, p. 63).

O devir-minoritário, agenciado para a experiência das infâncias, indica a imersão de uma geografia molecular das intensidades (Kohan, 2003), a qual estimula, pelos encontros com a multiplicidade, outros circuitos para subjetivar. Em outras palavras, é possível dizer que o devir-minoritário das crianças é incalculável e, ao circular por zonas que fogem das amarras dos dispositivos, singulariza outros mapas existenciais de resistência ao programado; inventores de novas linhas de desenvolvimento para além das normatizadas nos esquemas cognoscentes. Nesse sentido, Kohan (2003, 2007) expande as possibilidades de fabular as infâncias, permitindo acessar, nas práticas discursivas e nos dispositivos, analisadores potencializadores de problematizações sobre as relações de poder que interpelam essa experiência e recrudescem o devir-criança.

Cabe lembrarmos que o devir-criança, como apontam os autores Ricardo Ceccim e Analice Palombini (2009, p. 308), “é uma atividade cartográfica, produto das potências de afetar e ser afetado, mesclar ‘real’ e ‘imaginário’ como realidade atual”. Para ativar esse devir, é preciso acionar a curiosidade impulsionadora de experimentações criadoras de mapas, pois esse movimento leva a outras formas de cognição e desenvolvimento distantes das hegemônicas. Assim, para analisar as infâncias majoritárias e minoritárias, precisamos considerar os diferentes contextos (políticos, sociais, estéticos e históricos) que contornam suas vivências e os efeitos que os dispositivos empreendem nas suas realidades, localizando as interseccionalidades e, sobremaneira, suas potências – modos de circular, pertencer, acontecer, ser acolhida e legitimada diante do plano de imanência. Essa abertura direciona para outros modos de subjetivar e, portanto, para os processos de singularização das infâncias.

2.3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS

Neste subcapítulo, aterrisso em solo brasileiro para percorrer as dinâmicas históricas, culturais e políticas que enfocam a vida das crianças. De partida, destaco que as considerações históricas sobre a experiência da infância das crianças retratadas pelo historiador Àries (1981), ainda que detalhem a realidade eurocêntrica, apresentam filamentos que se desdobram no cenário da América Latina e, sobretudo, do Brasil. Em outras palavras, as práticas de inferioridade, de tutela, de controle e de disciplina das crianças também chegam com os processos de colonização das terras latinas. Fundamentalmente, chegam como o saber e o fazer verdadeiro na relação com a crianças.

Esse recorte inicial alude a pensar como a história das crianças brasileiras é tracejada pela história da colonização, da exploração e extermínio dos povos originários, da escravização dos negros, do trabalho dos imigrantes, dos processos de urbanização e das nuances políticas que o Estado brasileiro estabeleceu ao longo do tempo. Essas linhas estão imbricadas e remontam a como a materialidade da vida das crianças brasileiras é perpassada por violências, exploração de seus corpos (a sexual e o trabalho infantil, por exemplo), por anonimatos, desamparos do Estado,

índices de mortalidade e miséria, mas, também, por atos de zelo e cuidado (Priore, 1999/2021).

A historiadora Mary Del Priore (1999/2021, p. 12) enfatiza a importância de fazermos uma análise crítica da realidade brasileira, entendendo-a como “uma sociedade certamente injusta na distribuição de suas riquezas, avara com o acesso à educação para todos e vinculada pelas marcas do escravismo”. Isso evidencia como a história das crianças, pautada por historiadores internacionais, não pode servir de guia mestre para a realidade brasileira, posto que, para analisá-la, é necessário entendermos que os processos de desigualdades sociais, políticas e econômicas ofereceram a maior parcela das crianças brasileiras uma condição precária de vida, distante das romantizações modernas.

A fim de desenrolar apontamentos sobre essa história, apesar das lacunas que ainda fazem parte dela, encontro, na obra *História das crianças no Brasil*, organizada pela historiadora Mary Del Priore (1999/2021), um compilado de informações advindas da reunião de fontes, como cartas de viajantes, pinturas, fotografias, textos jornalísticos, aportes legislativos e censos estatísticos que foram utilizados por diversos autores na produção de dados sobre as histórias das crianças nas embarcações, nas catequeses jesuítas, nos tempos de Brasil Império, nos canaviais, nas cidades industriais, nas ênfases assistencialistas do Estado, entre outros fatos. Nessa obra, a autora anuncia os lugares sociais que as crianças foram ocupando na sociedade brasileira, a qual é múltipla e complexa, a depender de marcadores regionais, de classe social, de raça/etnia e de gênero que compuseram a suas experiências no plano social. Segundo a autora:

a história sobre a criança feita no Brasil assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa. O mundo que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquela onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive. (Del Priore, 1999/2021, p. 08)

Isso significa que a história das crianças no Brasil, a partir dos rastros da modernidade, também tentou pintar um modelo de criança que esteja mais associado aos ideais de uma infância feliz, livre de ameaças e repleto de amparo. No entanto,

como suscita a autora, os abismos revelam a necessidade de habitar essa trama histórica para que se possa reconhecer as posições a que as crianças têm sido submetidas. Nesse ponto, a provocação da autora denota como no curso da humanidade as crianças foram sendo reconhecidas em caráter de sujeito pelas instâncias internacionais e governamentais, mas que a realidade contemporânea demarca como elas “são enfaticamente orientadas para o trabalho, para o ensino, para o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente a ela está associada: do riso e da brincadeira” (Del Priore, 1999/2021, p. 08). De forma específica, temos que a história dela no plano brasileiro aponta, predominantemente, para as violências, a insegurança alimentar, a pobreza, as práticas de trabalho, a catequização, a escolarização, a criminalização de certos hábitos na cidade até a chegada aos direitos básicos.

Diante desse cenário, a história das crianças brasileiras alude para como a experiência de suas infâncias foi construída em uma trama geopolítica. Isso significa apontar que, na dimensão de um território “descoberto” e colonizado, as relações de poder impostas entre os territórios empreenderam formas de organização política, social e cultural dessa realidade, partindo dos fundamentos ocidentais. Não à toa se exportaram a língua, os costumes, a lógica religiosa, os precedentes morais e educacionais e, sobremaneira, os modos de relação que fortificaram o domínio do homem branco, cristão e atuante dos costumes europeus. Assim, sendo a dimensão das infâncias das crianças, também um território, percebo como este está enredado em práticas discursivas de dominação.

Segundo a historiadora Del Priore (1999/2021), a história das crianças no Brasil apresenta várias roupagens, isto é, diversas condições e realidades que marcaram sua aparição. Dessa forma, sua obra apresenta múltiplas estórias e histórias, como as crianças advindas nas embarcações portuguesas no século XVI, as quais subiam a bordo na figura de pajens, grumetes, acompanhantes de parentes adultos ou órfãos do rei que sofreram com as condições precárias e os conflitos entre o universo adulto e o infantil (Ramos, 1999/2021). Com a chegada das embarcações e dos padres jesuítas, teremos um exaustivo processo de catequização dos povos indígenas, em especial, das crianças. Assim como na Europa, a instituição Igreja Católica foi responsável por afirmar o sentimento e a consideração para com as crianças, reconhecendo nelas o receptáculo do ideal do “homem”, impreterivelmente, do “homem” branco. A missão jesuíta, em terras brasileiras, perspectivava a inscrição da

língua de Portugal, a doutrina cristã e os bons costumes, nas crianças indígenas. Nisso, a presença dos jesuítas no Brasil endossou não só a evangelização, mas organizou modos de educar tanto as crianças indígenas como as brancas e imigrantes advindas do traslado marítimo (Chambouleyron, 1999/2021).

De acordo com Del Priore (1999/2021, p. 84), entre o Brasil Colônia e Império, as crianças eram definidas como “meúdos”, e, nesse sentido, “na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição”. Nessa época desenrolaram-se muitos costumes de cuidado e zelo para com as crianças, e, sobretudo, a sociedade brasileira já se organizava entre senhores e escravos. Dessa forma, existiam as crianças livres rodeadas de cuidados, de preocupações educacionais e vivências como miniadultos, pois personificavam a figura do adulto nobre. Mas também faziam parte dessa realidade as crianças negras, filhas de escravizados, que eram submetidas à certas condição de cuidado e figuravam a parcela que recebia o contato com os adultos brancos na condição de “animaizinhos de estimação” (Del Priore, 1999/2021, p. 96).

Esse ponto evidencia como as hierarquias sociais no Brasil vão se sedimentando e enredando as experiências das infâncias nas condições correlativas às classes sociais que se distinguem. Além disso, na intersecção com os marcadores sociais de classe social, raça/etnia e gênero, as infâncias são condicionadas em relações de poder bem demarcadas. Isso aponta para as infâncias que vivem na pobreza e na riqueza, no trabalho ou na escolarização, nas guerras ou no conforto do lar, nos reformatórios ou em condições de liberdade, na posição de mandar e na posição de obedecer, na possibilidade de brincar e na possibilidade de assumir responsabilidades. Esse ponto versa sobre como as crianças e as vivências de suas infâncias de forma categórica, desde o Brasil Oitocentista, são ordenadas pelo mundo do adulto. Nesse sentido, ao passo que a história brasileira se desenrola, os entendimentos de quem é a criança e o que é a infância vão sendo nomeados, vão ganhando estatuto de verdade.

Isso significa dizer que a definição da infância no Brasil, também, apegou-se à noção desenvolvimentista e etária, correspondendo à primeira idade da vida. Este, então, se resume a um momento em que o desenvolvimento físico é diferente do intelectual, mas que até as crianças chegarem ao juízo de um adulto, elas têm condições de desempenhar funções no convívio social (Mauad, 1999/2021). Dessa forma, a sociedade brasileira, em suas nuances políticas e econômicas, empreendeu

diversas artimanhas para capturar a condição física das crianças, até chegar ao ponto de julgá-las pelos seus atos considerados desajuizados e infratores. Isso me leva a trilhar para dois caminhos, ou seja, a picada que sistematizou a necessidade de pedagogização das crianças como também aquela que marca a exploração de seus corpos.

Portanto, as preocupações pedagógicas, alinhadas ao ensino dos preceitos morais e religiosos, buscavam a garantia de uma formação e preparação intelectuais para a vida adulta. Lembrando que, inicialmente, as práticas educativas e escolarizantes já tinham maior destaque na realidade de crianças pertencentes à classe alta e à condição de liberdade. A escola, como um lugar essencial para o desenvolvimento da maior parte das crianças, só começa a ser entendida como necessidade pelo Estado em meados do século XX. Para as demais infâncias, os lugares para onde eram destinadas, em geral, forçavam o uso de suas condições físicas.

Como demarca Del Priore (1999/2021), há diversos registros do aproveitamento da habilidade física das crianças pela sociedade brasileira, como a figura das crianças trabalhadoras dos canaviais e engenhos de Pernambuco, as crianças operárias que trabalhavam nas fábricas, aquelas que foram recrutadas para as batalhas marítimas e a Guerra do Paraguai no século XIX, e aquelas que eram destinadas aos trabalhos agrícolas e domésticos. Nesse cenário, aquelas que viviam em condições de rua e perambulavam pelas cidades de forma solta eram consideradas desordeiras da lógica do crescimento urbano e, fundamentalmente, do trabalho como edificante do futuro nacional. Dessa forma, no final do século XIX e início do século XX, as crianças que circulavam pelas ruas remontavam a um novo lugar social para as crianças brasileiras, passando a ocupar a condição de marginalidade.

No processo de crescimento populacional nos anos de 1870, agigantado pela industrialização das cidades e pela transição na instauração da República, iniciou-se a fundamentação de uma infância criminosa. Essa imagem foi produzida diante das condições de desigualdade advindas das hierarquias sociais e por um Estado que defendia ideais eugenistas, de educação cívica nas escolas e com tendência a práticas hostis com relação àqueles que não seguiam a ordem social. Diante dos abismos sociais e da expansão de práticas de controle e vigilância, aumentaram os índices demonstrativos de crimes, e, com os meninos nas ruas, quem foi

responsabilizado em grande medida pelos aparelhos do Estado foram os considerados gatunos, vagabundos, menores e rebeldes em relação à ordem oficial do trabalho e da honestidade, ou seja, em geral, meninos negros, mestiços, imigrantes e de classes inferiores (Santos, 1999/2021).

De acordo com Santos (1999/2021), a infância era prometida como a “semente do futuro”, no entanto, diante dos elevados registros de criminalidade, surge na época a responsabilização dessa infância (e também da juventude) como origem do problema social, isto é, a infância negra, indígena e pobre recrutada para causar a desordem e amplificar o mal. Segundo o autor, no auge do regime republicano, os juristas estabelecem a relação de menoridade com criminalidade e elaboram o Código Penal da República de 1890, instituindo a punição de recolhimento a instituições disciplinares e industriais para os menores entre 9 e 14 anos que cometiam atos infratores em pleno discernimento. Esse mecanismo de controle configurava a correção pela disciplina do trabalho para regenerar os delinquentes, tornando-os produtivos. Irene Rizzini e Francisco Pilotti (2011), importantes interlocutores no campo da Sociologia, enfatizam como esse período engendra as políticas que prevalecem na relação com as maneiras de governar a infância. Destacam, ainda, como no Brasil prevalece “a ‘necessidade’ de controle da população pobre, vista como perigosa” (Idem, p. 16).

De acordo com Rizzini e Pilotti (2011), as crianças brasileiras estiveram sob as mãos de diversas instituições, como as dos jesuítas, dos senhores, dos asilos de menores, dos higienistas, dos tribunais, da polícia, dos patrões, da família, dos militares, dos juízes de menores, das escolas e da sociedade civil, e isso revela como vão se construindo “propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza” (Idem, p. 17). Nesse sentido, a história das crianças brasileiras evidencia como elas não se distinguem, substancialmente, do adulto, pois eram pequenos corpos que estavam submetidos à servidão, à punição e às violências de seus senhores, pais e patrões com alguns lampejos de trocas de afetividade nas relações familiares (Del Priore 1999/2021).

Dessa forma, a trama geopolítica das infâncias das crianças brasileiras é perpassada por diferenças regionais, de condição social e de amplitude estética. Como salientam Del Priore (1999/2021) e os autores Rizzini e Pilotti (2011), o modelo

da criança ideal, sedimentado para a sociedade civil brasileira, sustenta-se em práticas discursivas reveladoras da lógica da disciplina e da invisibilidade de suas compreensões sobre da realidade que vive. Assim, ao longo do século XX, vão se endossando perspectivas que idealizam um lugar de promessa para as crianças, isto é, que seja “saudável, obediente e sem vícios. A criança que é, uma promessa de virtudes” (Del Priore, 1999/2021, p. 15). Esse ideal será fundamentado por médicos, padres, professores, juristas e legisladores, os quais preocupavam-se com cumprir a expectativa de que as crianças eram a promessa do futuro, isto é, de garantia da civilidade, da produtividade e da prosperidade nacional.

Não à toa, desde o Brasil Colônia, organizaram-se maneiras de interceder pelas crianças órfãs e expostas, abandonadas à própria sorte, para que pudessem valer na nação que se criava. Segundo Del Priore (1999/2021), no Brasil Império (1822 e 1899) e no Brasil República (a partir de 1889), foram se estabelecendo as primeiras medidas legislativas que atendessem as crianças e adolescentes abandonados e, também, aqueles considerados infratores. No Brasil República, a aliança entre Estado e Igreja Católica fortaleceu ações em duas frentes: o viés caritativo oferecido pelas entidades assistenciais-religiosas aos expostos e as medidas higienistas fabricantes de casas de infratores, reformatórios e prisões que almejavam o recolhimento dos considerados delinquentes (Vilas-Bôas, 2012).

Se faz relevante apontar para como a presença da Igreja Católica regulou e regula premissas morais, benevolentes e de idealização das crianças e do cuidado familiar para com elas, no entanto, este papel no contemporâneo tem se concentrado com maior ênfase no controle moral sobre a infância e a família, pelas Igrejas de matrizes Evangélicas e Pentecostais em proliferação no Brasil. Isso denota para como a superioridade dos saberes religiosos fazem parte da história das crianças e das infâncias e precisam ser problematizadas.

Diante disso, as construções em termos de jurisdição em torno da infância culminarão na arte de governar o seu acesso e sua mobilidade pelo espaço social. Isso significa dizer que as definições feitas pelo aparelho jurídico brasileiro passaram a definir as infâncias marginais e as infâncias dóceis na nova ordem social. Os documentos conhecidos por definir tais estatutos, foram nomeados como o Código Penal no Brasil República 1890 e, posteriormente, como Código de Menores de 1929. O Código Penal, por exemplo, inaugurou na cena brasileira uma medida punitivista e disciplinadora das crianças e adolescentes que cometiam infrações e delitos,

culpabilizando as ações individuais e distanciando a responsabilidade do Estado nessa produção social. Na virada do século XX, o Sistema de Justiça brasileiro empreendeu ações de resgate e reeducação dos menores infratores, pois, como ressaltam Rizzini e Pilotti (2011, p. 22), “Na década de 1920, consolidou-se a fórmula da Justiça e Assistência para os menores viciosos e delinquentes. Estes eram objetos de vigilância por parte do Juízo de Menores e da Polícia [...] encaminhados para as casas de correção ou as colônias correccionais”.

Assim, o Código de Menores de 1929, como aponta Vilas-Bôas (2012, s/p.), visou “trazer as diretrizes para o trato dos menores considerados excluídos, regulamentando questões como o trabalho do menor, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada”. Esse código permaneceu em vigor até 1979 e apoderou o Estado, na figura do juiz de menores, na manutenção de uma imagem estereotipada da infância, isto é, como potencialmente perigosa para o convívio social. No tempo de sua validade, foi criada a Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, estabelecida como a organização assistencial-jurídica à infância dos menores abandonados, carentes e irregulares, a qual tinha como prática a internação.

Mesmo com a substituição desse código pelo Novo Código de Menores (1979), a visão de minoridade permaneceu empreendendo práticas de assistencialismo e repressão com outras roupagens. Com o uso da Medicina aliada ao Direito, criaram-se estratégias para patologizar a potencial conduta moral desviante das crianças e adolescentes, sendo que a circulação desse público nos espaços das cidades, apenas, denunciava a condição degradante e desigual a qual estavam sujeitos. Esse código cunhou a expressão “menor em situação irregular” como balizador da forma de tratamento das crianças que viviam em condições de marginalidade. Rizzini e Pilotti (2011), enfatizam que a realidade da época apresentava um contingente populacional de crianças abandonadas, de aproximadamente 30 milhões. Este dado alude a como a maior parte da população de crianças e adolescentes brasileiros, de 0 a 17 anos, eram designados com *status* de irregularidade para o aparelho jurídico. Uma condição emergente da situação das crianças no Brasil.

Nesse contexto, cabe pontuar como a jurisdição brasileira reforçava a hegemonia do discurso oficial de ordem social, individualizando e culpabilizando, prioritariamente, a infância pobre, negra e mestiça. Del Priore (1999/2021) ainda endossa como as “instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e as posteriores Febens e Funabens, a legislação e o próprio sistema econômico, fizeram com que

milhares de crianças se transformassem precocemente em gente grande”. A autora enfatiza que as visões de responsabilidade dos adultos em relação às disparidades a que a infância estava envolvida no Brasil são tardias, posto que o cenário social da infância no Brasil sofre transformações consideráveis no que tange ao reconhecimento dos direitos das crianças apenas no final do século XX.

Rizzini e Pilotti (2011) evidenciam que, na década de 1980, as estatísticas em torno da condição social das crianças e dos adolescentes no Brasil eram alarmantes, revelando que metade da população de 0 a 17 anos enfrentava situações de pobreza, miséria, abandono e marginalidade. Diante dessa conjuntura, uma frente em prol dos direitos de crianças e adolescentes foi mobilizada para questionar a realidade violenta a que a maior parte da população de crianças e adolescentes estava sujeita. A partir da mobilização popular, de progressistas, órgãos governamentais e ONG’s, um amplo movimento democrático se capilarizou em território brasileiro, reivindicando respostas governamentais e jurídicas sobre a justificativa falaciosa referente a essa realidade corresponder a uma minoria populacional infanto-juvenil.

As reivindicações culminaram em marcos legais importantes na história brasileira, como por exemplo, a proclamação da Constituição Federativa da República do Brasil em 1988, a qual, em seu artigo 227, demarcou a legitimidade do Estado, família e sociedade civil em assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente. E, sobretudo, em decorrência da efervescência dos princípios defendidos pela Convenção dos Direitos Universais da Criança em 1989, o Estado brasileiro, em 13 de julho de 1990, promulgou a Lei 8.069, estabelecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o maior registro de direitos da população infanto-juvenil em território nacional (Brasil, 1990). Essa legislação, segundo Rizzini e Pilotti (2011, p. 29), estabeleceu um novo “paradigma jurídico, político e administrativo, destinado à resolução da problemática da infância e da juventude no Brasil, nos termos de uma sociedade democrática e participativa”.

No campo social brasileiro, essa legislação é considerada um marco legal importante, pois reservou ao Estado o dever de garantir e manter os direitos e a dignidade humana das crianças. O ECA (Brasil, 1990) estabeleceu uma definição para a criança, circunscrita ao fator etário, como aquela pertencente às idades de 0 a 12 anos e, fundamentalmente, operacionalizou órgãos e políticas sociais nos âmbitos da educação, saúde, cultura e seguridade social com o intuito de resguardar o cumprimento dessa jurisdição. Na história do Brasil, essa lei foi um divisor de

realidades para a vivência das infâncias das crianças, mas, como destacam Rizzini e Pilotti (2011), ela enfrentou e tem enfrentado dilemas para a sua implementação em amplo território nacional. Além disso, essa jurisdição é entendida no mundo como vanguardista em termos de reconhecimento da condição de cidadania das crianças e de assistência às infâncias, no entanto, os entraves nas conjunturas políticas partidárias, associadas à lógica de tutela e correção advindas do legado jurídico-judiciário brasileiro, fazem com que a situação das infâncias e das juventudes estejam envolvidas em um diagrama paradoxal (Rizzini & Pilotti, 2011).

A persistência desse diagrama coloca em evidência a necessidade de a sociedade reconhecer que a história das crianças é marcada por desamparos, pela invisibilização de suas singularidades, por violências explícitas e anônimas bem como pelo descaso com os enredos que vivem. Mesmo para aqueles que se indignam com essa realidade, apenas as legislações como o ECA (Brasil, 1990) e a própria Declaração dos Direitos Universais da Criança (1989), que dão legitimidade ao lugar de cidadania das crianças e do adolescente, não são suficientes. Isso significa problematizar como as lógicas que permanecem nas práticas discursivas presentes nos dispositivos que acolhem as crianças ainda almejam o controle e o domínio da infância. Nesse ponto, a pesquisadora Quinteiro (2000, p. 5) provoca a problematização do que temos feito com essa legislação no Brasil, ou seja, qual o lugar que as crianças têm ocupado perante a jurisdição:

Ainda que tenha sido proclamada, há [60] anos, a Declaração dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas e há [30] anos da aprovação da Convenção dos Direitos da Criança e, especificamente no caso brasileiro, da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente, a situação da criança não é animadora sob nenhum aspecto. Embora tenham conquistado para si um conjunto de direitos fundamentais, próprios e inalienáveis, aos quais se associaram praticamente todos os países do mundo, isto não foi e não está sendo suficiente para que as crianças e adolescentes obtivessem, nas últimas quatro décadas, uma melhoria substancial nas suas condições de vida e de existência. Muito pelo contrário, pesquisas mostram que o aprofundamento das desigualdades sociais faz das crianças o grupo etário onde há explícitos indicadores de pobreza e de violência.

A partir deste panorama que apresento, evidencio como a história das crianças brasileiras é difícil de ser digerida e, sobremaneira, rememorada. Nisso, habitar essa geografia não é uma tarefa fácil e não foi um exercício confortável. Mas, esse trânsito me impulsiona a reconhecer a corpulenta presença dos adultos e dos aparelhos jurídicos no processo de subjetivação das crianças brasileiras. Especialmente, coloca em destaque a necessária problematização desse paradigma jurídico e político que são operacionalizados nas práticas discursivas em vigor nos dispositivos de atenção às crianças no Brasil.

2.4 DIAGRAMAS DAS VIOLÊNCIAS E SUAS REVERBERAÇÕES NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Ao longo do tempo, diversas áreas do conhecimento e autores versaram sobre a violência. Da Filosofia à Psicanálise, de Hannah Arendt à Marilena Chauí, as ponderações perpassam pelo desafiador exercício de problematizar e criar sentidos sobre a anuência desse fenômeno no tecido social e nos modos de subjetivar. Diante disso, este capítulo buscou reunir algumas perspectivas em torno da complexidade das violências que indicassem os seus efeitos sociais e singulares na realidade brasileira e nos territórios psíquicos. Nesse sentido, este texto apresenta duas óticas de compreensão sobre as violências: a primeira analisa os elementos que constroem esse fenômeno na materialidade da imanência brasileira, e a segunda perspectiva apresenta como a sua ação pode contribuir para a abertura de novos horizontes de linguagem e de produção de realidade. Nesta segunda ênfase, têm-se a violência como um elemento que força o pensamento ampliando a criação de novos modos de pensar que não estejam calcados na hegemônica ciência moderna. Para isso, autores como Chauí (2003, 2019), Souza (2018), Foucault (2006b), Deleuze e Guattari (2010) são interlocutores essenciais.

Em perspectiva de analisar a violência como um fenômeno social que, em geral, propaga costumeiramente nuances arrebatadoras na relação com o outro, cabe considerarmos como ela dimensiona a constituição do humano ao longo do tempo. Desde Freud, temos que a expressão da agressividade faz parte da constituição psíquica, seja na vereda de destruir, dominar ou como um modo de defesa. Entretanto, como salienta a psicóloga e pesquisadora Mériti de Souza (2018), esse fato não retira

a aversão a essas ações que ceifam a alteridade e fazem sofrer, mas, também, evidencia como a sociedade cria suas artimanhas para contornar essa ação. Segundo Souza (2018, p. 472), o paradigma da violência revela “que o humano no plano coletivo e no plano singular necessita recorrer a valores éticos (filosóficos, culturais, religiosos) e mesmo a sanções e punições, para controlar e cercear seus impulsos violentos e destrutivos”.

A noção sobre aquilo que destrói o outro ou avilta suas possibilidades de existir nem sempre foi tomada por uma racionalidade dos valores éticos, haja vista os inúmeros acontecimentos na história da humanidade que retratam cenas de horror, como: a caça às bruxas da Idade Média, as guerras mundiais, os processos de colonização das Américas e da África e as ditaduras militares. A preocupação com o alcance das violências na vida comunitária ganha tons com as ênfases modernas, as quais buscaram sedimentar a noção de uma subjetividade cognoscente apaziguadora do *phátos* e, sobremaneira, a partir da necessidade de tratados humanitários universais que se sucederam pelos resultados desastrosos das guerras mundiais.

Diante disso, devemos pensar como temos subjetivado os modos de extravasar a agressividade como elemento constitutivo da vida psíquica e, sobretudo, como as cenas históricas também produzem uma noção paradoxal sobre a violência, pois, ao passo que a ciência moderna remonta esse fenômeno como desestabilizador da subjetividade civilizada, ela contribuiu com a produção de inúmeras cenas de invasão, de dominação do corpo e de destruição da diferença, demarcando sua face perversa. Nessa perspectiva, considero pertinente problematizar como o plano social brasileiro dimensiona esse fenômeno na constituição da sua história e quais as possibilidades de compreendê-lo na contemporaneidade.

Para mapear a violência no Brasil, recorro às considerações da filósofa Marilena Chauí (2003) tanto sobre a definição que estabelece, como à densa análise que realiza sobre as representações feitas para o povo brasileiro. Segundo Chauí (2003, pp. 41-42), a violência pode ser entendida como “um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror”. De acordo com a autora, a violência se realiza quando coisifica e objetifica o outro em sua alteridade e expressão. Por seu turno, se processa como oposição à ética, pois atua

enredada em ordenamentos morais hegemônicos que, por vezes, naturalizam esse fenômeno como responsabilidade de outro.

No cenário brasileiro, a filósofa indica que a violência recebe interpretações a partir da ideia de um mito, o qual nomeia como o “mito da não-violência”, essencial dos brasileiros (Chauí, 2003, 2009). Sua tese sugere que o mito existe para contar como surgem as violências, sem que realmente exista uma gênese. Por consequência, engendra uma narrativa formadora da imagem do povo brasileiro como “generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais etc.” (Chauí, 2003, p. 47). Com base na autora, considero como a ideia desse mito sustenta uma determinada forma de organização social que abafa a realidade das violências que mortificam a alteridade presente no Brasil e, fundamentalmente, resguardam nos subterrâneos os acontecimentos históricos e sociais violentos para com a população brasileira, tais como o histórico colonizador e escravista.

Essa perspectiva evidencia como o mito da não violência se dissemina de forma silenciosa no tecido social. Pautado na imagem da passividade à brasileira, o mito, ao longo do tempo, escamoteia a produção histórica, política e econômica que segregou, marginalizou e aniquilou a população brasileira, marcadamente, as indígenas, negras e pobres. Sobretudo, as mulheres, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiências, os considerados loucos e a pluralidade de gênero e sexualidades. Esse fenômeno, de cunho mitológico, se realiza por se ancorar na ideologia liberal, a qual arrebatava uma modalidade individual de responsabilidade do próprio sujeito (a partir das legislações e da mídia). A engrenagem que se revela com o mito, deixa evidente a isenção da responsabilidade do Estado nessa produção e, sobretudo, escamoteia as raízes neoliberais que determinam as redes de poder no plano social (Chauí, 2003, 2019; Safatle, Silva Jr, Dunker, 2021).

Em outras palavras, percebo a existência de uma discursividade defensora da passividade do(a) brasileiro(a) e da história brasileira. Como aponta Souza (2018, p. 469), “a história oficial sobre o país produz leituras sobre a constituição da nação, como a Independência, a Proclamação da República, a abolição da escravatura, por exemplo, como transições pacíficas, efetivadas por líderes com características de heróis”. Essa personificação lança uma história “oficial” que escamoteia os processos de dominação, violência e poder também articulados pelo Estado e, especialmente,

camufla como ele têm produzido subterfúgios que tanto abominam como criminalizam os atos traduzidos como violentos na intenção de conservar a noção mitológica.

Analisando com os recursos conceituais Dos teóricos Deleuze e Guattari (2010), encontraremos, nessa ação do Estado, uma forma de estratificar todo o plano social no fundamento mitológico, ou seja, uma ofensiva molar que interrompe os fluxos da multiplicidade reveladores de outras formas de habitar e singularizar-se no plano social para a manutenção da identidade nacional calcada na idealização do “homem” cognoscente, cristão, hétero, trabalhador e defensor da moral e dos bons costumes. As práticas discursivas nesse maquinismo, conforme pauta Souza (2018, p. 469), “sustentam ideais sociais que organizam modalidades de organização societária, bem como, estruturam modelos identificatórios produtores de específicas subjetividades”. Assim, o discurso fundado no mito operacionaliza a naturalização da lógica ordeira e faz com que “a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida” (Chauí, 2019, p. 17). Diante disso, o cenário brasileiro produz um modo de subjetivar paradoxal e, ainda, um modo ambíguo de lidar com a violência. Souza (2018, pp. 476-477) apresenta uma provocação válida sobre este aspecto:

Nessa perspectiva, o que escutamos quando ouvimos sobre os estereótipos relativos à passividade e à cordialidade de brasileiros e brasileiras? O que escutamos quando ouvimos discursos referentes à transição pacífica ocorrida em cenas históricas nacionais? As possibilidades se abrem se pensarmos nas modulações subjetivas como articuladas a modos de subjetivação coletivos, ou seja, a configuração psíquica se articula a práticas e discursos que atravessam determinados espaços e tempo e configuram subjetividades que tanto se assujeitam quanto resistem aos mandatos dos ideais identitários.

Essa conjuntura possibilita problematizar como os discursos e as práticas em torno das violências no território nacional edificam um modo de subjetivação que articula a proeminência desse esquema de passividade e aversão à agressividade, mesmo que a realidade apresente acontecimentos históricos e cenas cotidianas de embate à diferença. Nessa via, a identificação com essa representação de povo ordeiro fabrica um sentimento de identidade, ou seja, uma ideia de nacionalidade que engendra uma norma coletiva singularizada como identidade individual. Isso revela como o cenário brasileiro é constituído por tramas que encaminham movimentos tanto

de adesão e sujeição desse modelo ordeiro massificante, como também à episódios de contestação e rupturas em relação às configurações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essas formações, em última instância, dizem respeito às modalidades de subjetivar esse diagrama.

Diante disso, cabe pensar como esse diagrama, advindo da concepção mitológica sobre a realidade brasileira, permanece em cena na contemporaneidade. Segundo Chauí (2003, p. 49), a existência de mecanismos que o sustentam faz com que “o mito da não-violência [permaneça] porque graças a ele admite-se a existência empírica da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la”. A manutenção da negação se mantém, em grande parte, pelos aparelhos de comunicação e mídia social, mas também por aparelhos ideológicos legais, os quais proliferam um discurso alinhado a uma gramática e semântica próprias que oculta a violência real. Em vias sensacionalistas, esses discursos camuflam o fato de que a violência faz parte da constituição subjetiva brasileira, oferecendo o esfacelamento da ética e do democrático como “fraqueza da sociedade civil, debilidade das instituições” (Chauí, 2003, p. 50).

Esses aspectos constituem a produção da própria sociedade brasileira, a qual sustenta a existência de dois grupos: aqueles que portam a violência e aqueles que são impotentes em combatê-la. Ambos os grupos estão atravessados por dois marcadores – a discussão sobre a ética e a operacionalidade de mecanismos ideológicos de conservação do mito. Segundo Chauí (2003), na realidade brasileira a operacionalidade dos mecanismos da exclusão, da distinção, do jurídico, do sociológico e da inversão do real suscitam camadas à maneira como as violências vêm se capilarizando ao longo do tempo e a como tem acontecido os modos de subjetivar.

A título de conhecimento, para a autora, o primeiro mecanismo denominado exclusão “produz a diferença entre um nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos”, isto é, afirma a distinção em dois grupos, em que “eles” não fazem parte do “nós” brasileiros ordeiros e cordiais (Chauí, 2003, pp. 50-51). O segundo mecanismo chamado de distinção coloca a violência em caráter acidental, visto que os brasileiros são essencialmente não violentos. O terceiro diz respeito ao campo jurídico e, sobremaneira, à criminalização das violências. No entanto, a população que sofrerá com o combate em nome do “bem” pelos agentes da segurança – via de regra, os policiais –, em geral, é composta pela população pobre, negra,

periférica e de rua. Esse mecanismo sustenta a exclusão e a divisão de um “nós” e um “eles” e, sobretudo, revela quem são os sujeitos que compõem o bloco “eles”, denegando a violência que é praticada na realidade brasileira. O quarto mecanismo aborda o fenômeno migratório, evidenciando que as migrações fomentam um fenômeno da anomia, o que possibilita atribuir a violência aos pobres e desadaptados, como se eles não pertencessem à sociedade nacional, bem como possibilita entender a situação violenta como temporária ou ocasional. Por fim, no quinto mecanismo, chamado de inversão do real, produz-se uma artimanha que mascara os hábitos, valores e práticas violentas como se assim não fossem – como exemplo temos o machismo, a homofobia, o racismo e o sexismo.

Importante destacar, que a diagramação desses mecanismos também se sustenta pela manutenção das desigualdades políticas, econômicas e sociais, por práticas de apagamento da alteridade que não esteja nos prismas defendidos pela ciência hegemônica e, sobretudo, pelo desinvestimento de políticas de memória que visem colocar em contexto as marcas dos processos de escravidão, da colonização e da ditadura para que essas histórias não se repitam. Isso revela uma estética para o fenômeno da violência no Brasil e, fundamentalmente, evidencia como a violência é uma linha que organiza o tecido brasileiro em relações de poder naturalizadas, banalizadas.

De acordo com Chauí (2003, p. 52), “essa naturalização conserva a mitologia da não-violência, com a qual se brada pelo ‘retorno à ética’”, ou seja, a expropriação das violências como constituídas por tramas do Estado naturaliza os modos de viver e subjetivar na própria violência. Nessa via, o discurso do retorno à ética se expande em amplo território e atua de modo a escamotear uma implicação coletiva e intersubjetiva com a mudança da realidade, pois desloca o problema para o plano individual e o retira da cena concreta da materialidade política e econômica (Chauí, 2003, 2019).

Nisso, o apelo pela volta à ética convoca a prevalência de um modelo administrativo e moralizante das relações, das organizações e da sociedade, fazendo com que, quem tem essa ética seja dotado de uma capacidade – uma competência específica. No entanto, essa construção esvazia o debate sobre a ética, pois está assolada por uma ideologia que prima pela meritocracia, por um regime econômico privado e configura uma liberdade também privada. Dessa forma, como aborda Chauí (2003, p. 47), “a ética como ideologia é duplamente perversa”, pois despolitiza a

violência, reduzindo o presente a um tempo imediato, sem história, memória, sem possibilidade de transformação e, ainda, desinveste as políticas que frutifiquem modos de existir mais críticos, fluxos de molecularidades.

Portanto, a partir de Souza (2018), compreendo que o processo de subjetivação no Brasil sustenta uma referência identitária que tanto busca a hegemonia como busca estabelecer uma ordem social. Esse ordenamento, segundo a autora, manifesta a força das “elites que dominam a cena econômica e cultural” e, sobretudo, do sistema liberal colocado no tecido social (Idem, p. 471). A autora ainda destaca que a própria história oficial e hegemônica contada, por vezes, nega os ideais postos em episódios como revoltas populares, passeatas, mobilizações e movimentos sociais que questionam o *status quo* relativo às desigualdades e reivindicam direitos sociais. Isso denota como a sociedade brasileira é diagramada por um jogo de forças que procura manter uma imagem do(a) brasileiro(a) como aquele(a) que se entende e deseja o lugar da cordialidade e da pacificidade, apesar da cena brasileira ser outra e conter manifestações que questionam o *status* vigente. Sobremaneira, essa face da história oficial revela como as estratégias de dominação do Estado capturam a subjetividade em sistemas de inércia e docilidade frente ao mito.

Nesse sentido, o assujeitamento ao mito da cordialidade brasileira se perpetua pela discursividade moralista e econômica, a qual regula a negação da ação transformadora na vida cotidiana e, sobretudo, continua presente por endossar também um aspecto constitutivo das relações de poder no plano social. Dessa forma, as pragmáticas capitalista, empresarial e econômica erigidas nos estados modernos forjam e mantêm os diagramas sobre o mito da não violência, da imagem da cordialidade brasileira e, sobretudo, de imagens também destinadas a quem será o “sujeito ético”, o “sujeito político” e o “sujeito de direito”. Nessa trama carregada de uma tradição histórica e simbólica, encontraremos “subjetividades que tanto se assujeitam quanto resistem aos mandatos dos ideais identitários” (Souza, 2018, p. 477). Assim, para trabalhar esse aspecto do poder nas modalidades de resistência e assujeitamento, recorro a Foucault em vista de pensar como esse jogo de forças envolve relações de poder que estão imbricadas no campo social (2006b).

A genealogia de Foucault (2006b) evidenciou como as relações na sociedade moderna criaram formas de objetificação dos modos de vida a partir de novos estatutos de verdade sobre o corpo, o seu comportamento e suas aptidões. As estratégias de controle que surgem nesse íterim levaram Foucault (2006b) a

tematizar o poder como uma ação que ocorre entre os sujeitos, entre instituições e nas relações de governo. Segundo o autor, o poder tem “forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (Foucault, 2006b, p.161).

A leitura sobre o poder de Foucault (2006b) não segue um prisma moral, a ponto de considerá-lo bom ou ruim. Sua ênfase propõe a visada do poder como relação e, nesse ponto, como um conjunto de ações e de forças presentes no tecido social que constituem relações de poder que arrebatam a vida em sociedade. Nessa perspectiva, poder também é força e, como Deleuze (1991) acentuará, a força se dá em conjunto, age sobre outras forças, e, nesse sentido, o que se cria é um campo de forças e de poderes. Desse modo, as relações de poder evidenciam que o atributo do poder é um maquinismo que se desloca da existência exclusiva posta nos aparelhos institucionais e governamentais para alojar-se, também, no sujeito; para produzir modos de vida (Santos, 2016).

Desse modo, o poder assume diferentes funcionamentos que partem tanto para acontecimentos que envolvem as relações agressivas e destrutivas do sujeito consigo mesmo e com o outro como também podem assumir caráter totalizante, de embate, de violência, de governança do outro, de enfrentamento e, fundamentalmente, de resistência. Nessa perspectiva, a noção desse conceito em Foucault (2006b) alude ao reconhecimento de que o plano social é configurado por maquinismos que capturam e aparelham os modos de subjetivação em contornos de sujeição e resistência ao instituído. Foucault (2006b, p. 285), ainda, salienta a necessidade de:

[...] distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades – jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros – e os estados de dominação, que são o que geralmente se chama de poder. (Foucault, 2006b, p. 285).

Portanto, essa leitura em Foucault (2006b) implementa uma gramatura para as análises sobre a violência, fazendo-a ser percebida como uma resposta e, em certos casos, uma estratégia de poder utilizada nas modalidades subjetivas. Arrisco elaborar

que o poder, quando se une aos saberes instituintes de verdade, calcados na ciência moderna hegemônica, produz diagramas sociais mais atrelados às relações de poder totalizantes do que de enfrentamento e crítica. Nesse quesito, o poder se capilariza como relações de dominação que fortalecem à naturalização das ações e acontecimentos de acordo com os mandatos identitários e legitimam as violências no interior das trocas sociais. Esses poderes revelam, sobremaneira, a ferocidade do modelo de dominação e colonização que se perpetua na história brasileira e a necessidade de desassossegá-lo.

Nessa frente, trabalhei o conceito de violência diante da carga semântica que ele alcança no tecido social, recorrendo a autoras como Chauí (2003, 2019) e Souza (2018) em decorrência da análise sobre esse fenômeno e seus processos no Brasil e, sobretudo, a dialoguei com Foucault (2006b) por acreditar que a sua vertente endossa a análise de como as relações de poder capilarizadas no plano social direcionam os processos de subjetivar aliados ou em contraposição ao estatuto hegemônico. Ainda assim, a partir das opções teórico-metodológicas inspiradas na filosofia de Deleuze e Guattari (2010) utilizadas nesta dissertação, considero frutífera a possibilidade de dar outros contornos para o conceito da violência.

Para isso conversei com o filósofo Gilles Deleuze (2009), o qual, ainda que não tenha se debruçado em como o fenômeno da violência aciona formas de destruição da alteridade, apresenta uma consideração pertinente para analisar a ocorrência de procedimentos e processos nas relações da imanência e na produção de subjetividades. Deleuze (2009), portanto, foi um expoente que em suas produções questionou a operacionalização do pensamento moderno como representante da verdade. Para o autor, o pensamento que visa à verdade, edificando uma imagem ideal para as relações e para a própria forma de pensar apenas sustenta um modelo, o qual denominou de *reconhecimento*. Esse modelo, na perspectiva do autor, tende a afirmar “que conhecer é, na verdade, reconhecer, sendo que este reconhecimento dos objetos e do mundo em geral exige um uso congruente das faculdades, em que cada uma delas transmite às outras uma identidade do objeto a ser conhecido ou reconhecido” (Mauricio & Manguiera, 2011, p. 293). Dessa forma, o pensamento representaria uma constante busca ao idêntico, à máxima platônica de que devemos recorrer às verdadeiras ideias, encontrar os atributos que levem à primada essência.

Deleuze (2009) acrescentará que esse modelo, em última instância, quer colar uma imagem moral ao pensamento, pois esse modelo defende que a gênese do

pensar é o exercício do reconhecer. Como afirmam os pesquisadores Eduardo Mauricio e Mauricio Mangueira (2011, p. 295), “a reconhecimento é somente uma das ocupações do pensamento, mas não significa que esta seja sua principal tarefa”, pois, para Deleuze (2009), o pensamento é constituído de uma potência criadora. A potência, segundo Deleuze e Guattari (1997), remete a um “exercício de criação e produção”, a uma ação que traça outras expedições quando escapa dos poderes massificadores que diminuem a sua capacidade de agir (Hur, 2018, p. 29). Diante disso, se o ato de pensar está ligado à ação de criação, o que desencadeia esse movimento? Para Deleuze (2009), o ato de pensar é gerado por uma força, por um encontro que o força e o transporta para novas imagens do pensamento naquele que recebe essa colisão transgressora. Na perspectiva do autor, o que aciona esse processo é a violência. Segundo Deleuze (2009, p. 203):

O que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência, é o inimigo, e nada supõe a Filosofia; tudo parte de uma misosofia. Não contemos com o pensamento para fundar a necessidade relativa do que ele pensa; contemos, ao contrário, com a contingência de um encontro com aquilo que força a pensar, a fim de erguer e estabelecer a necessidade absoluta de um ato de pensar, de uma paixão de pensar. As condições de uma verdadeira crítica e de uma verdadeira criação são as mesmas: destruição da imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio, gênese do ato de pensar no próprio pensamento.

Deleuze (2009) apresenta como a criação de outras perspectivas para o pensamento precisa de uma força capaz de violentá-lo para que tirá-lo do seu estupor. Segundo ele, o que promove essa violência é o signo, o qual “é aquilo que consegue retirar do pensamento o seu caráter abstrato, baseado nos modelos do senso comum e da reconhecimento” (Mauricio & Mangueira, 2011, p. 297). Portanto, o encontro com os signos força o pensamento a um ato de pensar disruptivo, que não direciona a ação de pensar para uma forma única, mas amplifica a sua capacidade de criar de forma singular, relativo a um aprendizado implicado. Desse modo, Mauricio e Mangueira (2011, p. 298) ressaltam que:

A criação é a forma através da qual se decifra os signos, ou seja, é a forma através da qual se aprende. E se Deleuze nos diz que o ato de pensar é a única

criação verdadeira, é porque na tarefa de interpretar os diferentes tipos de signos ninguém pode ajudar. O aprendizado é sempre particular e involuntário, por isso ele é a única criação real. Aqui não existe uma identidade a ser buscada de forma voluntária por um pensamento que tem por função principal a reconhecimento. Por meio de sua violência, os signos arruinam o modelo da reconhecimento contido no pensamento. Ao ato de pensar só resta a criação: esta se constitui agora como sina.

O trabalho que Deleuze (2009) fez sobre a violência e os signos repercute nas construções que ele realizou com Guattari. Nisso, a construção que esses autores fizeram a partir da noção do rizoma permite compreender que as forças produtoras de violências culminam no agenciamento de novas conexões para o pensamento, acionando novas molecularidades, novos platôs. Portanto, o rizoma, como uma produção que não segue uma estrutura arborescente e tem múltiplas entradas e zonas de intensidades, permite a ligação com as multiplicidades, as quais são acionadas com a força dos signos. Nesse sentido, a potência criadora, ativada pela violência do signo, permite a irrupção de um mapa singular, um *start* para um pensamento rizomático que proceda “por variação, expansão, conquista, captura, picada” (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 43).

Assim, o conceito de rizoma alude à violência como uma força capaz de incitar um modo de pensar que desenrola linhas molares e linhas moleculares, linhas de conservação e linhas de fuga. Ou seja, essa força vinda dos signos, que violenta o pensamento, opera tanto processos de reconhecimento, colocando uma predisposição ao ato de pensar, como desemboca processos de criação de outras veredas para o pensamento, produzindo devires. A violência, então amplifica a localização das capturas do pensamento a partir dos parâmetros modernos e possibilita a abertura de novos mapas.

Nessa atmosfera, a leitura sobre a violência feita por Deleuze (2009) me permitiu um trânsito particular no plano estético desenrolado nesta dissertação. Em outras palavras, os materiais encontrados produziram uma violência potencializadora de novas entradas e análises sobre a trama das infâncias na interface com o fenômeno da violência que avilta a potência do devir sobre a vida. Assim, diante das opções teórico-metodológicas, embarco no desafiador caminho de produzir outras

visadas sobre as violências na produção subjetiva, perpassando por um terreno enredado em fluxos molares e moleculares.

3 CARTOGRAFIA COMO HORIZONTE PARA FAZER MAPAS

[...] escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida.

(Deleuze, 1997, p.11)

As letras, a imaginação e o olhar curioso às coisas me são íntimos desde a infância. No movimento de crescer e ler o mundo, percebo que essa linha intensiva me lança ao encontro com as crianças e com as infâncias pela potência que vejo nelas. Assim, a partir dos encontros com alguns teóricos, percebo como as crianças criam mundos acionando devires escondidos aos olhos adultos formatados na lógica moderna. Nisso, as infâncias das crianças experimentam modos diversos de agenciar suas potências.

Diante das minhas andanças, as construções de Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1997, 2010, 2011) tornaram-se uma linguagem próxima da minha forma de relação com a vivência das infâncias das crianças. Segundo os autores, a experiência das crianças configura expedições cartográficas capazes de romper com as lógicas cronológicas, maturacionais e desenvolvimentistas que ganharam hegemonia a partir da modernidade, pois apresenta o devir como guia dos seus processos. Aqui, o devir não se define na caricatura de um “vir a ser” ancorado na premissa evolutiva requeridora de um tornar-se alguém para o futuro. Para os autores, as navegações cartográficas feitas pelas crianças indicam que há outras maneiras de subjetivar-se no momento da experiência, isto é, há outra forma de desenvolver-se, tendo como bússola as sintonias afetivas imanentes. Nisso, as experimentações das crianças às lançam em encontros reais-imaginários que as permitem inventar novas direções para dar existência às suas potências (Ceccim & Palombini, 2009).

A experiência das crianças e de suas infâncias como devir evidencia a existência de múltiplos circuitos que compõem a vida e o plano de imanência, sobretudo, indica que essa zona intensiva de criação a qual é acionada pelo devir-minoritário pode ser ativada a qualquer tempo e, então, de qualquer condição de idade (Deleuze & Guattari, 1997). Isso significa dizer que essa zona inventiva e curiosa, tal qual as crianças experimentam pelo devir, possibilita romper com a lógica linear e formal defendida pela ciência moderna e intensifica a potência de criação de toda existência que se moleculariza nesse fluxo disruptivo ao posto. Dessa forma, o que as

crianças revelam, quando acionam o devir-criança, é a realização de experiências que libertem a energia de desejo das capturas sociais para, assim, criarem mapas singulares e potentes a cada viagem (Guattari, 1985). Em outras palavras, a criação diz respeito a uma experiência existencial que foge dos saberes assujeitadores da multiplicidade pelo crivo da lógica cognoscente universal presentes nas práticas discursivas e possibilita às crianças ser “um conjunto de potências devindo” (Ceccim e Palombini, 2009, p. 308).

Envolvida nesse plano afetivo possibilitado pela trajetória do mestrado, busco, com o devir-criança proposto por Deleuze e Guattari (1997), ativar devires, acionar afetos e contatar uma mesma zona de vizinhança que independe de cronologia, mas se realiza como experiência de abertura de outras trilhas sobre as infâncias. Assim, os meus percursos (pessoais, acadêmicos e profissionais) desenharam mapas já experienciados que deixaram emergir um platô desejante: traçar os entrelaces da experiência das infâncias com os processos de violências. Aqui, registro como a violência me captura por apresentar-se como uma linha densa – como um lugar de “abrigo” da vida que imprime experiências de despotencialização da existência. Essas elaborações que acoplei ao longo dos percursos até aqui evocam as memórias vividas com as crianças da comunidade Frei Damião, rememoram os afetos e as imagens das experiências que a minha geração de crianças no Brasil teve como possibilidade e, sobretudo, me lançam nas inquietações advindas das narrativas que escutei de meus pais, tios e avós sobre as suas infâncias marcadas pelas linhas duras dos poderes.

Desse modo, adoto a cartografia como estratégia de produção de conhecimento para transitar entre os dispositivos presentes na experiência das infâncias no plano social brasileiro e trilhar as pistas que deflagrem as estratificações que escamoteiam as potências das crianças. É interessante pensar que os dispositivos marcam as regras do jogo social vivido pelas infâncias e, sobretudo, indicam os adultos como os principais reguladores dessas ordens; como conservadores dos saberes instituídos para as crianças. Frente a esse dado, a pesquisa feita buscou remexer os elementos que sustentam tais regras nos dispositivos para, assim, fazer cócegas nas lógicas que versam sobre as crianças e buscam reproduzir, quase como cópias idealizadas, os seus modos de subjetivar.

Assim, na perspectiva cartográfica, tecer o conhecimento sobre o desejado é um convite para abandonar a primazia da representação sobre a identidade e a cisão

entre objeto/realidade que outras matrizes científicas operam em suas formas de pesquisar para criar outros modos de produzir o pensamento. Na cartografia, a proposta de produção de conhecimento indica que conhecer passa por acompanhar os movimentos que produzem subjetividades no plano de imanência. Dessa forma, habitar os fluxos de um território a ser investigado proporciona chegar em coordenadas que ampliam as problematizações dos fenômenos presentes no plano social. Em cada coordenada são tecidas análises, implicações, traduções teóricas e saltos criativos sobre aquilo que remonta os fluxos interrompidos, as relações de poder e as resistências enredados nos modos de subjetivação.

Inspirada no pensamento rizomático de Deleuze e Guattari (1995a), desenrolei um plano de investigação a partir dos encontros que tive com as experiências anteriores ao mestrado, com as disciplinas cursadas, pelo contato com os colegas e a professora orientadora no grupo de supervisão, com as referências que acessei bem como com as mobilizações sentidas com as produções estéticas acessadas. Essa trilha cartográfica, me lançou na produção de um mapa singular sobre a relação entre as infâncias e as violências, ampliando os modos de acompanhar os desafios contemporâneos que perpassam a experiência das crianças brasileiras.

Além disso, o processo de cartografar remexeu um passeio pela minha experiência de infância enquanto criança, pois transitar pelos meus mapas de existência também denota como o corpo a corpo da pesquisa se fez pela implicação que tenho com os circuitos afetivos e intensivos que já trilhei. Em contato com esse plano afetivo, percebi como a promulgação da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi um acontecimento histórico no Brasil que marcou a perspectiva adotada pelo Estado brasileiro sobre “a proteção integral da criança e do adolescente” (Brasil, 1990) e, fundamentalmente, me tornou cidadã, que nasceu posteriormente aos seus sete anos de proclamação.

Em outras palavras, tomei nota sobre como o meu nascimento tem vizinhança com o nascimento do ECA e, sobremaneira, como as produções que ele inaugurou me possibilitaram acessar certas condições de vida que até os anos de 1990 não alcançavam a existência de tantas crianças e adolescentes brasileiros. Esse acontecimento, portanto, desdobrou uma implicação singular e me lançou nessa geografia interessada em “inventar pontes para fazer travessia: pontes de linguagem” (Rolnik, 2011, p. 66).

A partir dessa coordenada, percebo como o contingente de crianças nascidas em 1997 remonta à primeira geração que passou a receber ações concretas de implementação do ECA no território nacional. Diante disso, a minha geração tornou-se “filha” dessa lei e de suas ressonâncias em políticas sociais que começaram a tatear o campo de garantia de dignidade e cidadania para crianças e adolescentes no Brasil. Como mulher cis, parda, nascida em uma cidade interiorana do estado de Santa Catarina, vinda de uma família pertencente à baixa classe média e de pais adolescentes que, por vezes, não foram vistos em seu exercício de direitos enquanto crianças e adolescentes que foram, encontrei na experiência do mestrado um lugar: um campo para dar vazão a esse alargamento de possibilidades de existência oportunizado pelo ECA e, fundamentalmente, para tecer considerações que não se esqueçam das vidas infanto-juvenis brasileiras que tiveram suas potências de vida escamoteadas por linhas do Estado que não chegaram. Diante disso, ter sido uma criança que viveu os primeiros anos do ECA me convidou a problematizar o que sustenta certas expectativas e preocupações nas práticas discursivas que cercam as infâncias das crianças no Brasil contemporâneo.

Como forma de cartografar as políticas sociais compositoras da minha experiência enquanto criança, as quais foram criadas pelo Estado a partir do ECA, faço um destaque aos principais direitos recebidos em campos como o da Saúde, da Educação e do Direito. Sendo assim, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado no mesmo ano que o ECA, foi uma das políticas que recobriram a minha experiência antes mesmo do meu nascimento. Isso significa dizer que a atenção à gestante e, posteriormente, ao recém-nascido por meio do acompanhamento pré-natal e perinatal, a garantia de consultas, os exames e vacinas necessárias para a minha mãe e para a minha existência enquanto recém-nascida, na cidade de Rio do Sul – SC, foram acessos possíveis a partir dessas duas legislações (Brasil, 1990).

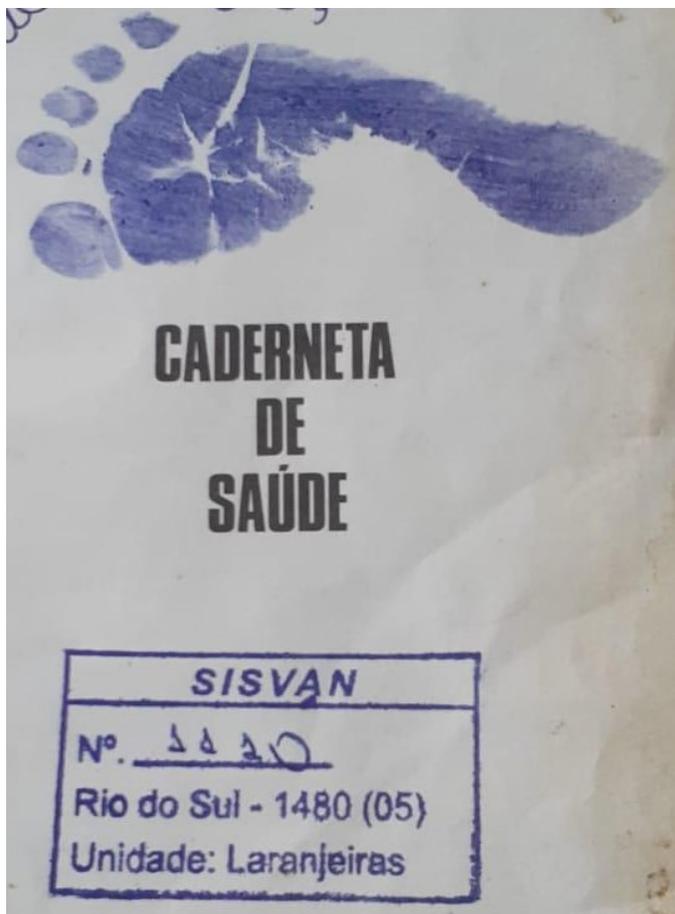
Vale evidenciar que a minha experiência de infância teve acesso ao teste do pezinho incorporado pelo SUS no ano de 1992 e que desde então tem por objetivo detectar possíveis doenças e prevenir os seus encadeamentos desde os primeiros dias de vida de uma criança. Ainda, tive a garantia de vacinas como a da Poliomielite de 1986 (campanha conhecida pelo personagem do Zé gotinha⁷) e a do Sarampo, a qual foi lançada no ano de 1997 (Ministério da Saúde, 2003 [Programa Nacional de

⁷ “O Zé Gotinha foi um personagem criado em 1986 pelo artista plástico Darlan Rosa para a campanha de vacinação contra o vírus da poliomielite realizada pelo Ministério da Saúde” (Fiocruz, 2023).

Imunizações]). Esses registros evidenciam como a primeira garantia de direito com a qual fui contemplada ao nascer foi no âmbito da saúde. Como meio de marcar esse indicativo de uma forma de acompanhamento em saúde das crianças que passaram a ser operacionalizadas com as compreensões do ECA e do SUS, apresento a Figura 4 com a imagem da folha de rosto da minha Caderneta de Saúde infantil, a qual destaca a digital do pé: a inscrição de garantia a saúde que muitas crianças de minha geração passaram a ter como compromisso do Estado:

Figura 4

Folha de rosto presente na minha Caderneta de Saúde Infantil



Nota. Acervo da pesquisadora, 2023.

Outras cenas que fazem parte da minha infância dizem respeito ao cenário da educação. Foi no acesso à escola que conheci o nome Conselho Tutelar, um órgão autônomo estabelecido pelo ECA para a garantia do cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes nos territórios municipais (Brasil, 1990). Enquanto criança, compreendia esse equipamento como um espaço que punia situações de

maus tratos, abandono e evasão escolar, justamente por conviver com outras crianças no contexto da escola que passavam por estas experiências. Esse órgão era narrado pelos adultos em tom de ameaça às crianças que enfrentavam problemas com a frequência na escola e a responsabilidade de seus pais. Assim, a educação apresentava duas vertentes, aquela que desejava disciplinar e amedrontar, mas também aquela que proporcionava ler o mundo por vias inventivas, junto de outras crianças.

Nesse ponto, a garantia de acesso à educação que recebi tinha como sustentação a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que versava sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Com essa capilaridade, no município em que nasci, tive contato com a escola desde a primeira infância a partir da categorização dos níveis da Educação Básica. Assim, para que meus pais pudessem trabalhar e eu estar em um espaço considerado seguro e formativo, eu tive acesso na primeira infância a unidades de educação infantil (antigamente chamadas de creches) e, posteriormente, as escolas municipais e estaduais que ofertavam o ensino fundamental e o ensino médio (Brasil, 1996).

Ainda, no ano de meu nascimento, organizações não governamentais criaram o canal “Disque Denúncia” como uma forma de atuar para a promoção dos direitos infanto-juvenis e a mensuração de indicadores de violências contra crianças e adolescentes. Por tornar-se um canal importante na sociedade brasileira, em janeiro de 2003, esse serviço foi assumido pelo governo federal e recebeu como nome o “Disque 100”. Essa ferramenta tem extrema importância para o mapeamento de dados e, fundamentalmente, para sistematizar canais mais acessíveis de atenção às crianças e aos adolescentes. Cabe destacar que esse dispositivo é fundamental para o reconhecimento da realidade das violências na vida infanto-juvenil, no entanto, esse veículo, desde o seu surgimento, enfrenta dificuldades com as subnotificações das denúncias que não viram estatística e que dificultam ações concretas de prevenção de violências no cotidiano dessa população.

Outro direito apontado pelo ECA foi a garantia do registro civil e da certidão de nascimento das crianças brasileiras. Na década de 1990, essa emissão era paga e apenas com a Lei Nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997 que o Estado se responsabilizou em tornar a primeira emissão de forma gratuita, garantindo este exercício de cidadania (Brasil, 1997). Na minha história, o fato de meu nascimento ocorrer no início do mês de novembro de 1997 e a legislação criar o sistema de

gratuidade um mês depois, fez com que o meu primeiro mês de vida circundasse uma espécie de “não lugar social” em termos de cidadania brasileira.

Nesse ínterim, as condições sociais de vida de meus pais não supriam a legitimação desse lugar de cidadã brasileira, pois, para tê-la, era necessário um valor monetário a ser correspondido. Essa circunstância foi, provavelmente, um elemento dificultador para que outras crianças até o final do ano de 1997 não tivessem a garantia do registro civil e habitassem esse mesmo (não) lugar social. Além disso, cabe considerar como as situações de abandono paterno, da falta de informação, da distância dos cartórios de registro civil, das desigualdades sociais e econômicas etc. amplificaram o pertencimento de crianças brasileiras nessa condição.

Importante pensar que essa legislação amplifica a garantia de registros de cidadania no Brasil e, vista a necessidade de a população de adultos terem conhecimento desse direito, tornou-se comum campanhas publicitárias impressas em cartazes ou em propagandas televisivas divulgarem esse dado. Rememoro esse ponto, pois das recordações que tenho da minha infância, lembro-me de uma campanha televisiva em específico, feita pela Emissora Globo em parceria com a Unicef que apresentava uma composição visual e musical significativa sobre esse tema. A composição estética do comercial apresentava um teatro de bonecos de dedos, com vozes de crianças que cantavam a seguinte música:

Eu tenho nome e quem não tem? Sem documentos eu não sou ninguém. Eu sou Maria, eu sou João, com certidão de nascimento, sou cidadão. Tirar a certidão de nascimento é de graça e garante benefícios para o seu filho, como escola, vacinação. É só o pai e a mãe comparecerem ao cartório mais próximo com algum documento de identidade em mãos. Seja na sua cidade ou em um município vizinho. Com certidão de nascimento, sou cidadão! (Unicef Brasil, 2023).

Um trecho final dessa propaganda demonstrava um conjunto de crianças felizes com suas certidões de nascimento em mãos, como evidencia a Figura 5 a seguir:

Figura 5

Propaganda da certidão de nascimento



Nota. Cena da propaganda divulgada nas mídias e disponível no canal de Youtube da Unicef Brasil. *Fonte.* Unicef Brasil, 2023.

Eu lembro da canção dessa propaganda até hoje, assim como tenho nítidos a figura do Zé Gotinha que incentivava a vacinação infantil. Nesse sentido, na trilha de minha infância, há linhas que contam tantas histórias sobre as crianças brasileiras de minha geração e, seguindo as intensidades que elas me convocam, reconheço a relevância dessas legislações e políticas sociais que alargaram possibilidades para as crianças brasileiras. Diante desse recorte de memórias que produzem desejo de movimentar o pensamento, percebo a importância de, também, desdobrar problematizações sobre o contorno que as jurisdições e as políticas sociais têm oferecido às crianças brasileiras na contemporaneidade.

Isso significa dizer que, no plano social brasileiro, a história do direito à infância aponta para como os dispositivos implementaram práticas e políticas de seguridade social no processo de subjetivação das crianças, demonstrando conquistas derivadas desse processo. Entretanto, a análise sobre os dispositivos também permite compreender que a realidade brasileira enfrenta movimentos democráticos atravessados por lógicas neoliberais e morais, as quais imprimem linhas duras na experiência das infâncias. Isto é, em nome de práticas discursivas de proteção, também se escorrega em práticas discursivas violentas de deslegitimação,

invisibilização e de uma negligência que perpassa a atuação do Estado. O desafio, nesse ponto, convoca a questionar como analisar essa conjuntura.

Nesse cenário, a cartografia presente nesta dissertação se fez em memória das crianças brasileiras, no reconhecimento dos avanços e complexidades das políticas sociais e, sobremaneira, se desenhou como uma composição qualitativa com base em pressupostos de autores da Psicologia Social, da Filosofia, da História, da Sociologia e das Artes para articular uma análise documental diante de um plano estético de investigação. A partir do trânsito por produções estéticas (cinematográficas, fotográficas, artísticas, literárias e jornalísticas), busquei atravessar um tema denso como – as práticas discursivas e as violências na experiência das infâncias contemporâneas – para produzir deslocamentos, arejar debates e transitar por aberturas. Como cartógrafa desse mapa, experimentei esse exercício como sensivelmente expressa Suely Rolnik (2011, p. 65-66):

O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. Este é o critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender. Aliás, “entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima – céus da transcendência -, nem embaixo – brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão.

3.1 A CARTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DESLOCAMENTO

A cartografia é uma estratégia de produção de conhecimento desenhada por Deleuze e Guattari (1995a) que se propõe a mapear um terreno. Nisso, aquele que esboça uma dada problemática se encontra atravessado por uma rede de forças, corpos, afetos e devires capazes de desenrolar outras capilaridades na implicação

que se tem com essa forma de produzir conhecimento. De acordo com Passos e Eirado (2020, p.129), quem faz cartografia “acompanha a emergência de si e do mundo” e embarca nos movimentos que envolvem a produção de saber, de poder e de subjetivação. Para isso, é fundamental conectar-se com as zonas de intensidades, os afetos, o *páthos* e, portanto, os fluxos que evidenciam as redes expansoras ou esmagadoras da vida (Rolnik, 2011).

Utilizei como perspectiva a premissa de uma estratégia de produção de conhecimento por entender que o conceito de método universal é assolado pela tradição cartesiana que impõe específicos pressupostos correlativos a uma concepção de sujeito e linguagem restrito à consciência. Dito de outro modo, apresentei a cartografia como estratégia de conhecer na academia por sua potência em romper com as concepções metodológicas hegemônicas da ciência moderna e, sobretudo, por articular outros operadores conceituais para pensar o conhecimento, o sujeito, a realidade e a linguagem, contrapondo-se aos pressupostos de substância, linearidade, continuidade e lógica formal vigentes na pesquisa. A cartografia, então, anuncia que há outras formas de conhecer.

Na perspectiva da cartografia e da Filosofia da Diferença – Esquizoanálise colocada por Deleuze e Guattari (1995a), a realidade é coletiva e por meio dos fluxos presentes nela se articula um plano de intensidades composto de linhas propulsoras de produção de conhecimento. Importante destacar que, no Brasil, este método cartográfico ganha vazão nos estudos de autores(as) como: Suely Rolnik (2011); Eduardo Passos, Regina Benevides, André do Eirado, Johnny Alvarez, Laura Pozzana, Virgínia Kastrup, Silvia Tedesco e Liliana da Escóssia (2020)⁸, Auterives Maciel (2018), Anna Paula Uziel (2018)⁹, Roberta Romagnoli (2009), entre outros. São autores e autoras que difundem as perspectivas teóricas dos autores pós-estruturalistas Deleuze e Guattari (1995ab), problematizando os ideais hegemônicos presentes nas produções científicas brasileiras e, sobretudo, nos processos de subjetivação.

Interessante destacar que alguns destes autores citados recorrem ao conceito de método para se referirem à cartografia e, diante da problematização proposta sobre a produção de conhecimento, pontuo que a utilização dessa nomenclatura também

⁸ Pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram na obra: *Pistas do método da cartografia* (2020).

⁹ As contribuições cartográficas da pesquisadora Anna Paula Uziel, encontram-se de forma mais específica, na referência: De Garay Hernández et al. (2018).

configura uma atitude estratégica e amplificadora de sua sobreposição ao referencial cartesiano. Isso revela, como o conceito de método cartográfico se faz como uma aposta de que existem múltiplas formas de produzir conhecimento. Ademais, estes autores(as) endossaram como a cartografia se refere a uma investigação como processo, o qual é construído no trabalho coletivo realizado pelo(a) pesquisador(a), os(as) participantes, os materiais e os afetos produzidos e encontrados no decorrer do próprio processo de cartografar. Os autores Barros e Kastrup (2020, p. 57), no livro *Pistas do método da cartografia*, apontam que:

a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas e nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou o fenômeno em questão se encontra conectado.

O desenho da pesquisa a partir do método da cartografia como estratégia de produção de conhecimento imprime um próprio itinerário: a processualidade. Segundo Barros e Kastrup (2020, p.73), “a processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. Essa estratégia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra”. Nessa perspectiva, habitar o território a ser cartografado diz respeito a transitar por modulações de investigação que não pretendem ser sequenciais e estanques como, por exemplo, as fases demarcadas em uma pesquisa: de coleta de dados, organização dos dados, análise de dados, discussão de dados e apresentação de resultados. As etapas realizadas no processo do caminho cartográfico se interrelacionam, movimentam-se organicamente e uma não se finda para que a outra comece. Dessa forma, essa perspectiva oferece possibilidades para lidarmos com a realidade sem a necessidade de definir e estancar *a priori* o caminho metodológico.

Nessa cartografia feita, ainda que a partir de seus títulos presentes nesse material escrito haja uma organização sistematizada em uma ideia de começo, meio e fim, o modo de construção desses momentos de pesquisa não seguiu uma linearidade e uma sucessão de etapas. Isso significa dizer que os momentos de escrita e encontro com as produções teóricas e estéticas trouxeram possibilidades de pensar os elementos que constituiriam tanto discussões pertinentes à fundamentação quanto as análises desenvolvidas.

De forma análoga e imagética, a composição da escrita cartográfica remonta a um jogo de varetas, ou seja: há em mãos um conjunto de ideias, de materiais e de encontros tidos que, ao serem lançados sobre um plano, apresentam uma disposição de variadas cores de varetas que ficam sobrepostas, afastadas, conglomeradas, expostas. Ainda que o jogo de varetas convencional tenha suas regras, nessa analogia cartográfica as regras são criadas a cada tempo do jogo.

Nesse sentido, ao elaborar sobre uma vareta ou, então, uma linha de problematização, o corpo a corpo afeta as outras que estão sobre o plano e, assim, ao desenvolver uma introdução, eu também desenvolvo filamentos possíveis para as compreensões desenroladas nas análises; ao escolher uma cor (conceito), ela se choca com as outras cores e remexe o plano de varetas postos, interferindo nos sentidos que arrebatam as fundamentações e análises. Em outras palavras, as varetas presentes no plano de investigação imprimem coordenadas criadoras de um pensamento rizomático e singular; de uma forma de relação marcada por encontros intensivos e, então, por uma outra lógica de acompanhar processos.

Por fim, evidencio que as considerações feitas sobre a estratégia da cartografia dizem respeito a definições que não se pretendem totalizantes e fechadas, pois, como defendem seus criadores, essa estratégia também remonta uma experiência que pode receber atribuições singulares por quem a vive a cada agenciamento com a multiplicidade. Pode ser recriada e inventada por quem a elege como modo de pesquisar e conhecer. Diante disso, a cartografia, possibilita abrir trilhas de investigação dos discursos e práticas associados aos contextos coletivos e singulares; dos movimentos psíquicos, históricos, econômicos e artísticos; e, então, das linhas de resistência, de poder e de fuga.

3.2 CARTOGRAFANDO UM TERRENO DE ENTRELACES: AS INFÂNCIAS E AS VIOLÊNCIAS

No corpo a corpo com os operadores conceituais, as produções encontradas e a aventura de cartografar, um sobressalto – estive aqui, corpo vibrátil¹⁰, encontrando

¹⁰ Na obra *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo* (1989), de Sueli Rolnik, reeditado em 2011; a autora elabora o conceito corpo vibrátil, o qual diz respeito à capacidade dos

canais de passagem ao desejo de mapear o terreno das infâncias brasileiras nas interfaces com as produções das violências. Para desterritorializar e reterritorializar este mapa, não utilizei de um procedimento pronto ou um protocolo pormenorizado. Os passos da cartografia feita nesta dissertação foram dados, segundo Rolnik (2011, p. 66), “em função daquilo que pede o contexto em que se encontra”, sem deixar de lado uma ética fundamental em pesquisas. Em outras palavras, a pesquisa foi tomando corpo com os encontros, pelos fluxos de elaboração, entre as paradas e nas trilhas de problematização possíveis de se tecer na imanência.

A partir desses encontros, o caminho cartográfico conduziu um estilo próprio. Um plano estético de investigação que apresenta uma trama feita em cenas, imagens e palavras que saltaram das produções cinematográficas (filmes e documentários), dos textos jornalísticos, das produções fotográficas e de desenhos presentes em literaturas que abordavam possíveis experiências vividas pelas crianças em suas diversas infâncias no Brasil. Por esta via, desenrolei uma estilística para as análises, a qual apresenta as cenas ou expressões emergidas das produções estéticas junto de minhas sínteses afetivas. Ao transitar por estes fluxos que territorializam práticas discursivas sobre as infâncias, busquei, pela palavra, analisar o modo como me afetou perceber as lógicas e racionalidades hegemônicas que sustentam tais práticas e discursos.

Denomino produções estéticas, pois aposto no caminho que permite o sensível alastrar sensações sobre planos endurecidos como os entrelaces das infâncias com as violências. Entendo, assim, a estética como um fio condutor capaz de produzir um campo de experimentação com base no encontro vivido com as produções artísticas (Deleuze, 1974). A partir de Deleuze (1974, p. 262), um estudioso sobre o campo estético, transitando por sua obra a *Lógica do Sentido*, encontro que:

A estética sofre de uma dualidade dilacerante. Designa de um lado a teoria da sensibilidade como forma da experiência possível; de outro, a teoria da arte como reflexão da experiência real. Para que os dois sentidos se juntem é preciso que as próprias condições da experiência em geral se tornem

órgãos dos sentidos de um corpo, no conjunto deles, vibrar em relação às forças do mundo. Uma proposta de não separação do corpo do mundo, mas um corpo vibrátil, que nas suas texturas sensíveis está imbricado com o plano das intensidades.

condições da experiência real; a obra de arte, de seu lado, aparece então realmente como experimentação.

Deleuze (1974) apresenta esta perspectiva com vista a superar a tradição kantiana da dualidade da estética, a qual é colocada por um lado como uma teoria do sensível e por outro como uma teoria da arte. O autor compreende que essas duas ênfases remontam as representações da experiência possível com o objeto de arte e o enquadre da sensação do belo na experiência real (Araújo, 2017). Assim, a noção de estética em Deleuze (1974) se diferencia da ideia kantiana, pois o foco que estabelece não está na representação, mas sim em como a arte mobiliza sensações no corpo e agencia um encontro que dilata uma tradução do sensível (Araújo, 2017).

Em diálogo com Deleuze (2006, 2009), transito nesse plano estético por entender que ele permite encarar as produções estéticas, selecionadas enquanto signos, como rompedoras da suposta representação do pensamento e a sua predisposição do pensar como exercício de reconhecimento. O encontro com essas produções artísticas, ou então esses signos, partindo da perspectiva deleuziana, resulta em uma violência que força a pensar. Para Deleuze (2009), os signos quebram com os modelos, a imagem *una* defendida pela *mesmidade* e direcionam para múltiplas direções produtoras de uma criação verdadeira. Segundo Mauricio e Manguiera (2011, p. 298), “as verdades atingidas pelo ato de pensar são verdades implicadas, comprometidas com um determinado mundo emissor de signos particulares”.

Isso significa dizer que o pensamento criado a partir do que os signos reverberam se referem ao modo com que cada subjetividade experimenta esse encontro. Nisso, as minhas impressões analíticas presentes nesta dissertação são singulares e, fundamentalmente, “uma verdade do tempo” (Mauricio & Manguiera, 2011, p. 299); considerando esse tempo de experimentação com o signo da arte e a cartografia como estratégia de produção de conhecimento. Interessante destacar que Deleuze (2006) cunha sua perspectiva sobre os signos em sua obra *Proust e os signos* por acreditar que eles são elementos agenciadores de multiplicidade e fragmentadores da imagem dogmática do pensamento.

Por conta dessa construção, em sua obra *Diferença e repetição* (2009), Deleuze desdobra outras conexões sobre as condições de um pensamento enquanto criação; inaugurador do ato de pensar. Nessa obra, o autor estabelece um termo

fundamental para analisar o modo como somos afetados por aquilo que nos intercepta, a saber: os intercessores. Segundo Deleuze (2009), o intercessor é um conceito que se refere ao movimento de encontrar elementos no plano de imanência que tiram o pensamento de seu estupor. Para Deleuze (2009, p. 156):

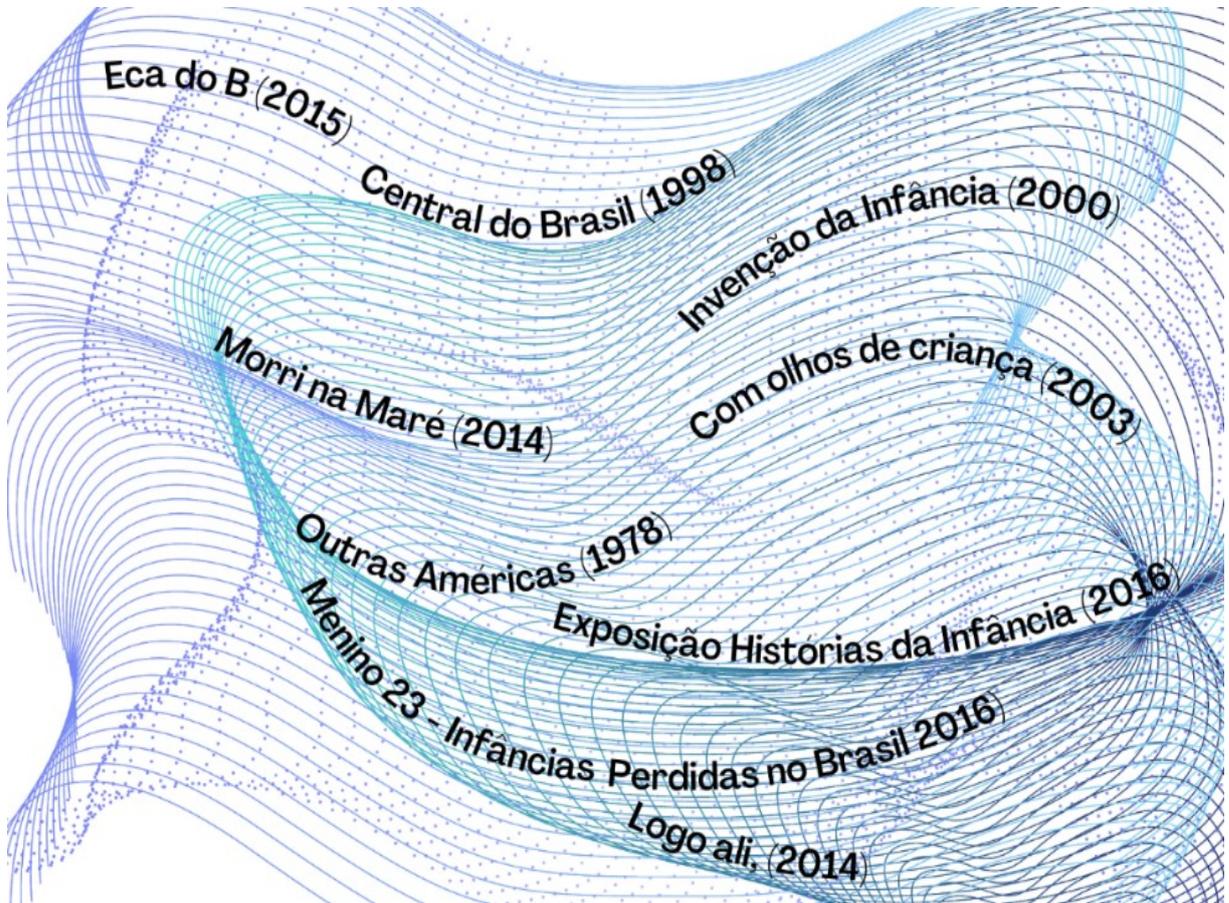
O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Podem ser pessoas - para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofo ou artistas - mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores.

Dessa forma, os intercessores direcionam múltiplas passagens para a criação. Para que a obra de Deleuze (2009) se criasse, houve artistas, escritores, literatos, músicos e outros personagens como intercessores para que ele pudesse elaborar perspectivas. Nesse sentido, apresento a seguir o conjunto de produções artísticas que possibilitaram intercessões criadoras dos caminhos acessados nessa cartografia. Ou seja, que possibilitaram a experiência do ato de pensar como criador de ideias outras sobre os diagramas que engessam racionalidades e lógicas sobre a experiência das infâncias das crianças brasileiras no contemporâneo.

Para essa dissertação, os signos e intercessores que compuseram afetos e perceptos estão presentes na Figura 6 a seguir, a qual deflagra o conjunto de produções estéticas acessadas no fluxo dessa cartografia:

Figura 6

Produções mapeadas: trânsitos de uma cartografia



Nota. Figura produzida pela pesquisadora para contemplar as obras e os movimentos do plano estético de investigação, 2023.

As produções nomeadas na Figura 6 foram os intercessores que compuseram esse plano estético de investigação cartográfica. Inicialmente, projetava encontrar produções brasileiras que elucidassem as tramas vividas pelas crianças no Brasil, quase como se buscasse evidências que representassem com fidedignidade a história das experiências das infâncias de crianças brasileiras atravessadas pelos contornos das violências. Nas pesquisas, nas conversas com colegas de mestrado, nos espaços formativos pelos quais circulei e na recordação de materiais já acessados em outros momentos, compreendi que as produções elaboradas por interlocutores internacionais que representassem outras realidades também trariam ressonâncias sobre a compreensão da figura da criança no tecido social. Isto porque, a referência teórico-metodológica a qual utilizo diz respeito a planos analíticos que ultrapassam as fronteiras, como demarcadores últimos para o exercício da cartografia.

Percebi, ainda, que o modo de relação com as produções encontradas possibilitaria o mapeamento das formas de relação que os adultos, os dispositivos e o próprio plano social estabelecem com as crianças e sua alteridade. Dessa forma, as cenas e as expressões estéticas, por vezes, não trouxeram a fala “em si” da violência, mas apresentaram realidades compartilhadas por estas infâncias que são indicativas das violências que escorregam nos fundamentos presentes nas práticas discursivas em vigor na contemporaneidade.

Assim, as produções são nomeadas em movimento na Figura 6, pois evidenciam como a composição desse plano estético perpassou vários encontros e, ainda que *a priori* não houvesse critérios de seleção fechados e definitivos, o movimento de pesquisar, acessar e lembrar materiais cinematográficos e literários que apresentassem alguma relação com as infâncias das crianças tornou-se um elemento acionador de afetos e perceptos. Portanto, a maneira como me afetavam, despertaram o interesse de localizar materiais em que a voz das crianças também estivesse presente e se fizesse ouvir. Além disso, abriram a curiosidade para acompanhar os entrelaces históricos que escapavam nessas vozes, mas, sobretudo, nas cenas que as crianças viviam em suas realidades.

Assim, esse plano estético proporcionou fazer paradas a cada produção, para que eu pudesse mergulhar na trama de afetos e, em vertigem, seguir compondo os atravessamentos possíveis de testemunhar. A cada parada, fui sacudida e anotava filamentos desses afetos em um bloco de notas. No fluxo a que a criação do pensamento me levava, embarquei em uma expedição de velocidade própria e de tradução singular. Interessante dizer que o encontro com essas obras ocorreu, também, em diferentes tempos de minha cartografia existencial, tanto em momentos durante a minha graduação em Psicologia como nesse segundo tempo do mestrado. Essas particularidades busquei versar na medida em que as suas reverberações se transformaram em entradas de análise e que estão contempladas no capítulo e subcapítulos de análise.

Fazer mapas a partir do encontro com as perspectivas de autores pós-estruturalistas potencializou o desafio de deslocar-me da imagem do pensamento representacional, o qual convoca uma lógica contemplativa e interpretativa dos intercessores, para assim navegar na imanência como devir pensadora e, então, como devir arteira. Nessa perspectiva, o encontro singular que tive com esse plano estético possibilitou a criação de um modo singular de existir nesta cartografia.

Desse modo, a cartografia desenrolou quatro ramificações, as quais tatearam as regularidades discursivas presentes nas experiências das infâncias das crianças brasileiras e que enfatizam os seguintes pontos:

- 1) As violências que atravessam as regularidades discursivas sobre as crianças e suas infâncias;
- 2) Os desdobramentos na produção de subjetividades das crianças brasileiras e de suas experiências nas suas infâncias;
- 3) A linhas de fuga acionadas por devires-minoritários;
- 4) Outros modos de escutar e transitar por esse plano: uma ética outra para os encontros?

Por estas trilhas, segui desenrolando mapas.

3.3 IDAS E VINDAS: ANÁLISES CAMBIÁVEIS

Essa cartografia se empenhou em tatear a multiplicidade desses intercessores escolhidos, buscando germinar zonas de intensidade anunciadoras de como se forjam as tramas presentes no processo de subjetivação das crianças brasileiras. Dessa forma, mapear essa rede de forças permitiu elaborar que os efeitos das práticas discursivas contemporâneas nas experiências das infâncias das crianças brasileiras têm um caráter atemporal, descontínuo e estratificado em saberes e poderes que pretendem, em última instância, universalizar. São linhas que perduram na história das crianças brasileiras e que vão autorregulando as gradações enfatizadas pelos dispositivos em suas práticas e discursos.

Assim, os endereços percorridos nessa cartografia surgiram nas vizinhanças entre o devir-criança, o devir-artista e o devir-escritor. Isso significa dizer que o devir-criança se encontra e se expande no artista e no escritor, permitindo que estes entrem “em zonas de indiscernibilidade entre o racional e o sensível”, criando possibilidades inéditas de cognição distantes da tradicional visão racional (Ceccim e Palombini, 2009, p. 309). Nisso, a experiência de criação tem a presença atemporal do devir-criança que impulsiona desafios, expedições e brincadeiras que desnaturalizem as figuras prontas. Como indicam Ceccim e Palombini (2009, p. 309), a produção do artista e do

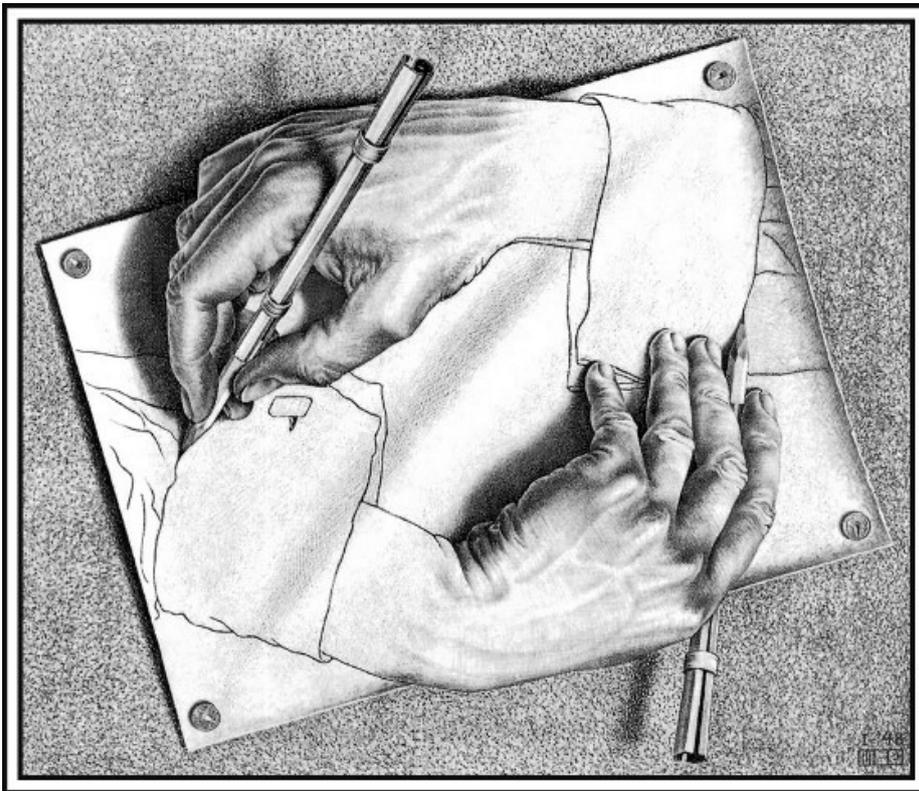
escritor, se refere a “tornar visíveis as sensações que ele mesmo experienciou”, isto é, agenciar linhas de criação por vias afetivas; anúncios de outras sensações de mundo.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari (1992), a sensação produzida pelos intercessores leva a um devir sensível e marca novas nuances nesse corpo a corpo da experiência estética. É uma zona de indiscernibilidade que, segundo os autores apresenta a arte como soberana na cocriação de afetos e perceptos que se tornam experiência reflexiva. Nesse sentido, a experiência de cartografar esse plano estético foi intensiva e o processo de escrever sobre os trânsitos foi sentida, realmente, como devir. Dito de outro modo, a cada encontro com as produções estéticas (documentários, filmes, fotografias, textos), o plano de afecção me lançava na experimentação dos diagramas que enredam as vivências das infâncias. Colocavam-me anavegar pelas sensações que as linhas endurecidas, cíclicas e de abertura acionam no plano social e, de início, me deixavam embaralhada nos afetos sentidos por alguns dias. Nesse processo de acomodar a experiência, ou então de encarar os perceptos, tive a forma escrita deste texto como recurso para criar o pensamento e costurar análises.

Dessa forma, fizeram parte da escrita tanto os afetos segmentares que encurtam as possibilidades de ação da vida e, sobretudo, capturam a atividade do pensar através de critérios dogmáticos, como também o escape do devir que agenciou linhas soltas – fez o corpo vibrar e estar imerso em várias linhas de possibilidade. Nessas linhas, o desejo guiava para perceptos que fugissem do posto e transitassem, portanto, pelo que fundamenta as práticas discursivas atuais na vivência das infâncias das crianças, para o que poderia ser anúncio sobre as suas potências. Assim, esta composição me recordou da obra de arte *Drawing Hands* (1948), do artista holandês Maurits Cornelis Escher, como mostra a Figura 7 a seguir:

Figura 7

Obra de arte "Desenhando mãos"



Nota. *Drawing Hands* - litogravura – 28.2 x 33.3 cm. Fonte. Escher, 1948.

A obra de arte de Maurits (1948) ressoa intercursos sobre o processo da cartografia com os intercessores. Uma vez que, ao passo que o devir e as sensações dilataram a multiplicidade de minha existência, essa potência criativa também acionou circuitos inventivos de tradução, de enunciação. Assim, ao escrever sobre as infâncias e as violências a partir dos encontros sentidos com os intercessores, eu também me escrevi. Aquilo que fiz também se fez em mim e me tornou outra diante do traço singular impresso. A cartografia, portanto, se fez com os afetos desenhados pela força dos encontros com as produções estéticas, bem como com a singularidade vazada em forma de perceptos. Nisso, a obra de Maurits (1948) deflagra a força desse plano estético como criador de outras estéticas.

Dessa forma, como inspirou Deleuze (2009), para fazer a intersecção entre arte, filosofia e ciência é necessário ser atingido por um campo de forças potencializador de novos pensamentos relativos à criação daquele que experiencia uma zona de sensações. Então, para fazer mapas, perpassei pela trilha do pensamento rizomático que oportunizou conexões que não pretendessem formalizar

modulações identitárias tal qual suscita o pensamento moderno, mas atravessa esses núcleos duros que se perpetuam para anunciar outras entradas, novas saídas, diferentes ênfases que foram produzidas pela força desses intercessores no plano de pesquisa.

O estilo produzido com os intercessores escolhidos tem uma ocorrência própria: são planos fluidos que se interpõem entre a estética das imagens colocadas como blocos de sensação e as suas reverberações que fazem emergir leituras históricas, políticas e culturais deste terreno de subjetivação das crianças e suas infâncias. Para traçar pontes de diálogo, utilizei operadores conceituais propostos por autores da Filosofia, da História, da Sociologia da Infância e da Psicologia, como: práticas discursivas, dispositivo, rizoma, molaridades e molecularidades, linhas de fuga, adultocentrismo, a história das crianças, entre outros derivados do processo de pesquisar.

A partir desse plano de forças, desenrolei um mapa que anuncia como as tramas das violências forjadas nas infâncias das crianças estão enredadas por linhas duras e linhas de fuga e, então, fundamentados em lógicas que se capilarizam nas práticas discursivas dos dispositivos do plano social brasileiro que se relacionam com as crianças. Importante destacar que este mapa aberto não foi feito para dar conta da complexidade imbuída nestas tramas, nem para esgotar as possibilidades de problematização destas. Esse mapa, portanto, buscou localizar as pistas que sustentam estas tramas e produzem efeitos nos modos de subjetivar das crianças brasileiras na contemporaneidade.

4 ANÁLISES DESCONTÍNUAS, EXPANSORAS...

verdade é uma criação.
(Deleuze, 1992, p. 157)

Os intercessores que compuseram os capítulos de análise dessa dissertação foram essenciais para gerar uma força capaz de tirar a imobilidade do pensamento. Cada produção artística, sentida como signo e intercessor de linhas reflexivas, provocou uma violência fundamental para criar outras imagens sobre a experiência das infâncias das crianças. Meu pensamento foi violentado pelos intercessores selecionados e, diante dessa afirmação peculiar, se faz importante problematizar o que é a violência.

A perspectiva deleuzeana (2006, 2009) apresenta uma visão disruptiva sobre a violência, especialmente por considerá-la criadora de modulações singulares. Essa noção se ancora na perspectiva de que há uma imagem comum para o pensamento difundido na modernidade, o qual Deleuze (2009) rompe ao apresentar que a forma como pensamos está ligada a um modelo de reconhecimento da imagem dogmática do pensamento. Dessa forma, romper com a conceituação da violência como aquela que avilta a vida e esvazia a ética, isto é, como uma imagem que se difunde no senso comum, uma imagem destrutiva, pode promover a possibilidade de forçar outras alíneas. Considero que essa perspectiva alude a possibilidade disruptiva da lógica moral e, sobremaneira, benevolente em que figuram os processos de reconhecimento do que é a violência, mas também não excluo a necessidade de perceber os efeitos avassaladores que a violência, a qual coisifica o outro, produz nos modos de subjetivar.

Se a violência pode não ser compreendida para além da prerrogativa moral, quais as saídas que temos quando um signo pode atacar o outro? O que é o disruptivo que ataca o outro? Como coloca Deleuze (2009), a imagem moral do pensamento estabelece seus modelos e, se somos lançados em processos de subjetivação que tendem a formatar nesse paradoxo de reconhecimento à essência – a identidade verdadeira – sobre as coisas, como não se sentir atacado com a explosão da potência criadora despertadas pelos signos? Pela desterritorialização das formas dadas que ele provoca? Pelo ímpeto à ação de outro modo de pensar?

Dessa forma, os signos geradores dessa violência disruptiva ao outro implicam em uma condição de não saber que desassossega, causa atrito e, sobretudo, afetos diversos por não encontrar os modelos aos quais recorrer. Colocar em perspectiva essa visão deleuziana permite perceber que essa violência que irrompe, promove efeitos desorganizadores do posto e, sobretudo, estimula a experiência de uma criação verdadeira a partir da potência incutida no ato de pensar. Essa violência tem caráter ativo, pois sua disseminação busca combater os modelos representacionais hegemônicos, apresentando outras saídas. A violência, nessa perspectiva, é uma força que move o pensamento.

Em contrapartida, cabe pensar a violência que ataca o outro e a ordem social de maneira a capturar suas potências criadoras. Essa forma de ataque também pode ser colocada em diálogo com a proposta da imagem do pensamento de Deleuze (2006, 2009), pois ela indica como a lógica no sentido moral é operacionalizada pelas prerrogativas do Estado que massificam o pensamento e o sujeito. A entrada que faço, então, diz respeito à possibilidade de analisar a rede de forças que perpassa o plano de imanência pela proposta da ética vitalista de Deleuze, superando a matriz moral moderna. Essa vertente aciona a problematização de como a ação gerada pelos signos age na modalidade subjetiva, isto é, se potencializa ou despotencializa as capacidades da existência de criar mapas; se investe em seus modos de agir e se subjetivar como singular, ou encurta suas possibilidades pelas amarras hegemônicas que impõe.

Dessa forma, a violência será um analisador que repercute tanto na ação dos intercessores que expandem o ato de pensar sobre as infâncias das crianças contemporâneas, como também um elemento que deflagra as relações de poder que estão em jogo nas práticas discursivas dos dispositivos presentes na geografia das infâncias.

4.1 VIOLÊNCIAS QUE AGENCIAM E APRISIONAM FLUXOS DE EXISTÊNCIA

Na tentativa de perpassar a geografia experiencial das infâncias das crianças, encontro a trama das violências em duas dimensões: aquela que diz respeito às práticas violentas que resultam em atos criminosos envolvendo lesões corporais,

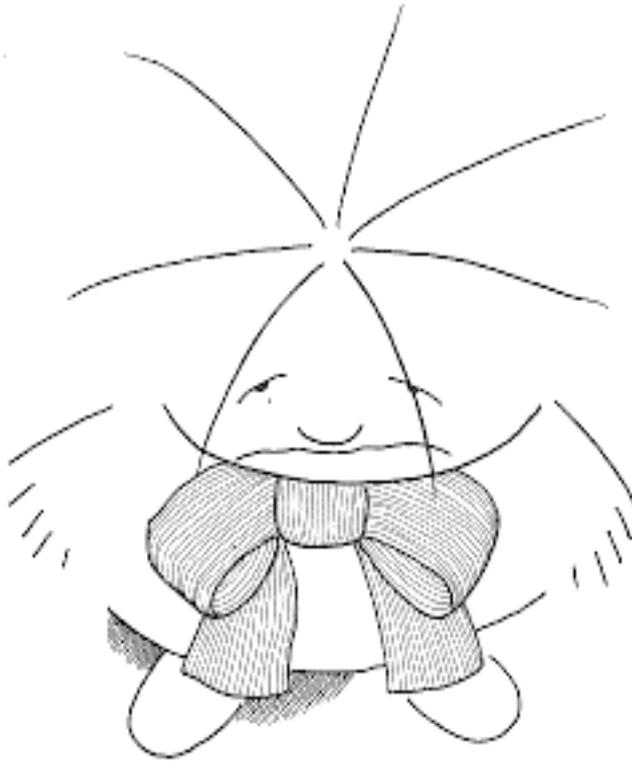
maus tratos, exploração e abandono¹¹, como também aquela presente de forma sutil no interior das práticas discursivas em torno dos dispositivos de seguridade social para com as crianças brasileiras. Em outras palavras, é possível encontrar aquela que vira índice e aquela que se camufla em práticas de atenção à infância. Arrisco problematizar que as práticas de violência que degradam materialmente a existência das crianças podem, em certa medida, ser sustentadas por lógicas e racionalidades de cuidado operantes nas práticas discursivas que permeiam os dispositivos.

Isso significa dizer que as violências deflagram, fundamentalmente, as regularidades que são defendidas no curso histórico, político, estético e cultural do contexto ocidental e, também brasileiro, sobre a vida das crianças. Ou seja, as regularidades também demarcam os pressupostos defendidos por aqueles que fizeram essa história, contaram enredos sobre ela e empreenderam modos de se relacionar com as crianças. Nesse sentido, tenho como aposta que grande parte das lógicas e racionalidades em curso nas práticas discursivas operantes no processo de subjetivação das crianças são feitas por saberes sistematizados pelos adultos e tais saberes também produzem violências. Uma violência travestida de boas intenções. Trago essa elaboração, especialmente, pelas sensações arrebatadoras sentidas com a obra de Francesco Tonucci (2003), a qual apresento na Figura 8 adiante:

¹¹ É possível encontrar dados atuais sobre as violências no documento elaborado pela parceria entre Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação José Luiz Egydio Setúbal, chamado: Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021)

Figura 8

A criança vista de cima pelo adulto



A criança: aquela que é sempre vista de cima

Nota. Desenho retirado do livro *Com olhos de criança*. Fonte: Tonucci, 2003, p. 06.

Essa imagem presente no livro *Com olhos de criança* de Francesco Tonucci (2003), um escritor italiano, foi apresentada por um professor em um curso de formação, que ao falar sobre os processos de constituição subjetiva referia-se de forma crítica a como as crianças estão submetidas a modos de governança de suas infâncias (Resende, 2015). Ao abrir a imagem, um susto, um solavanco por constatar o quão concreta é essa experiência sentida na história das crianças. Naquilo que ressoa, constato como essa produção artística convida a transitar por uma das racionalidades centrais que recaem nas experiências das infâncias das crianças: ser subordinada ao contorno adulto. Sobretudo, ela desdobra a questão primária da existência das crianças no tecido social, a saber: estar designada aos indicativos adultos sobre como deve ser e estar.

Nos materiais históricos que apresentam registros sobre a história das crianças, teremos a condição social delas definida, prioritariamente, pelo outro – o adulto e o Estado. São estes que, no curso histórico, se preocuparam com os índices de mortalidade, se aproveitaram de sua força de trabalho ou operacionalizaram uma doutrina disciplinar de seu intelecto e de seu comportamento. Essa presença do adulto e do Estado, ao mesmo tempo que se faz ausência em diversas cenas das infâncias brasileiras, implementa saberes e práticas que colocam as crianças nessa direção inferiorizada, visada de cima como provoca Tonucci (2003). Dessa forma, Cavalcante (2021, p. 201) enfatiza como a fidelização da modernidade no tecido histórico e social faz com que a “sociedade estruturada dentro de um ponto de vista ocidental olha através da criança para um modelo de adulto idealisticamente”.

Essa produção desenrola uma lógica adultocêntrica para com as infâncias, a qual define um modo de relação entre adultos e as crianças que sistematiza aqueles que sabem em contraponto aos que ainda não sabem; aqueles que prospectam um futuro para com aqueles que devem realizar esse futuro. Portanto, aqueles que estabelecem as leis e aqueles que devem a obediência. Segundo os estudos da Sociologia da Infância, o critério definidor da lógica adultocêntrica, como preponderante na compreensão do sujeito criança, foram as diferenças geracionais e etárias defendidas em caráter hierárquico.

De acordo com a psicóloga Zuleica Pretto (2015, p. 26), o adultocentrismo atua a partir da “hipervalorização da imaturidade biológica, na negação das heterogeneidades, na concepção de que a criança é socialmente incompetente, culturalmente ignorante e moralmente irresponsável”. Assim, para dar conta da preparação desse sujeito que ainda não é, mas já tem um futuro destinado, diversos adultos dentro de suas áreas do conhecimento e competências destinaram suas conclusões.

Isso significa dizer que a lógica adultocêntrica é balizadora de diversas racionalidades que comandam um modo de se relacionar com as crianças. Essa lógica se autorregula na história e nas práticas discursivas que dependem preocupações e expectativas nos dispositivos familiares, sanitários, assistenciais, educacionais, legais, culturais e outros que foram se formando. Sobretudo, o fato de as crianças continuarem a serem vistas de cima alimenta a representação do adulto nessa relação, isto é, aquele que pode submeter as crianças às suas vontades e concepções de bem. A figura 8, nesse sentido, evidencia como os modos de relação

com as crianças seguem adultocentrados, posto que, desde o nascimento, a maneira como o plano social se relaciona com elas está amparada em racionalidades maturacionais, lineares e desenvolvimentistas que as colocam numa posição de incompletude e inferioridade diante das condições evolutivas do adulto (Pretto, 2015).

Importante destacar que as correntes biológicas, médicas, psicológicas, pedagógicas surgidas na modernidade difundiram diversas práticas discursivas que pretendiam cuidar das crianças, pois esta representava o símbolo de esperança da humanidade. Assim, o ápice do desenvolvimento desembocaria nesse sujeito adulto que passou pelo momento da infância que o preparou. Uma representação linear que teve as noções de disciplina, tutela e formação moral como racionalidades preponderantes para que a lógica adulta pautada na concepção de razão se sustentasse. Isso aponta para como as crianças, desde o nascimento, começam a apreender o mundo e a se desenvolverem a partir de um modelo de sociedade que defende a razão, a previsibilidade, a linearidade e a obediência a um superior.

Dessa forma, a partir da leitura em Deleuze (2009), há de se considerar que, de partida, o modo de relação que se tem com as crianças é de um cuidado camuflado de práticas discursivas violentas da capacidade criadora delas. Ou seja, de suas maneiras de apropriar o mundo de modo ativo, com maior fluidez para inventar outra estética do viver. Posto que, o modo como a sociedade organiza essa geografia é pautada no modelo dogmático de reconhecimento que interrompe certos fluxos do devir e da criação (Deleuze, 2009).

Essa problematização feita não pretende desqualificar a necessidade de práticas de cuidado relativas às questões básicas de subsistência e de educação das crianças, mas, também, considero relevante analisar como acontecem e quais são as pretensões que estão em jogo com as perspectivas que se realizam nas práticas discursivas dos dispositivos, especialmente pela prioridade que definem: uma racionalidade científica, costurada pelas teorias do desenvolvimento maturacional humano e de tutela da infância. Como destaca Foucault (2004), a modernidade foi o sustentáculo para os modos de governo do corpo; da vida. Não à toa, o autor cunha o conceito de biopolítica para analisar o movimento que as disciplinas do corpo fizeram para regulação do poder sobre a vida da população. O autor evidenciou como o interesse estava em manter corpos sãos e dóceis para a produção das cidades, para o seguimento da ordem do capital vigente, para a vida do trabalho e do consumo.

Nessa perspectiva, o corpo das crianças também entra em discussão e a experiência de suas infâncias passaram a receber os procedimentos que visavam o controle, a manutenção cognitiva e o aperfeiçoamento fisiológico. Nesse aspecto, a vida das crianças entra em pauta, pois o prisma adultocêntrico defendido pretendia a formação de uma série de práticas e de discursos que seguissem o mesmo objetivo: prepará-las para a vida adulta, seguindo os critérios da junção da biologia com a política a qual define, em último grau, quem está para viver e quem pode se deixar morrer (Foucault, 2004).

Como produção da modernidade, veremos a sistematização de uma rede de forças a qual pretendeu universalizar os modos de relação para com as crianças, independente das diferenças sociais, históricas e culturais que constituem suas realidades. Essa pretensão universalizante estabeleceu apenas um lugar para a experiência das infâncias das crianças: a de incapazes e dependentes de um outro – o adulto e, posteriormente, o Estado.

Diante desse mapa, é possível perceber que a lógica adultocêntrica que se autorregula junto de outras construções sociais como a ideologia neoliberal, os poderes do Estado, a relação do racismo, os processos coloniais, criou esses contornos de atenção à vida das crianças como uma leitura de cuidado. Nisso, as ocorrências ligadas à história das crianças no Ocidente evidenciam algumas linhas que constituíram a densidade da racionalidade maturacional etária como uma forma de acompanhar o cuidado para com elas. Assim, analisando o “sentimento de infância” cunhado por Ariès (1981) percebo que o movimento de atenção às crianças evidencia um adulto que se beneficia com o sentimento de apego destinado a ela. No livro *A história social da criança e da família* de Ariès (1981, p. 101), há uma passagem que diz: “De agora em diante, porém, as pessoas não hesitariam mais em admitir o prazer provocado pelas maneiras das crianças pequenas, o prazer que sentiam em ‘paparicá-las’”. Esse indicativo permite fabular como os adultos passam a ocupar esse lugar central na vida das crianças e o primeiro ponto revela o prazer sentido com esses pequenos seres que ali estavam sob a sua guarda.

Segundo Ariès (1981, p. 105), o fortalecimento das famílias como uma instituição social, ao passo que percebia as suas crianças, também as apreendiam como “brinquedos encantadores”, como sujeitos subordinados ao olhar adulto. Diante disso, é no contexto familiar que as crianças passam a ser queridas e amadas e, será em outro lugar que elas serão vistas como criaturas frágeis que precisam ser

preservadas e disciplinadas. Assim, essa segunda camada evidencia “o interesse psicológico e da preocupação moral” dos adultos moralistas e educadores atuantes na cena social em meados do século XVII (Ariès, 1981, p. 104).

Esses personagens vistos como os eclesiásticos e os homens da lei estabeleceram um segundo sentimento para com a infância, o de formá-las para “a disciplina e a racionalidade dos costumes” (Idem, p. 105). Sensibilizados com a negligência que por séculos assolou a existência das crianças, compreendiam-na, agora, como criaturas de “Deus” que mereciam ser preservadas e honradas como “homens racionais”. Não obstante, entra em cena o papel formativo e pedagógico que esse sentimento alastra ao longo dos tempos.

A partir do sentimento da infância indicado por Ariès (1981), observo que a percepção do adulto sobre as crianças vai costurando suas possibilidades de existência. Os adultos as cercam em diversas dimensões da vida, presentificando-se como os familiares, os educadores, os adultos da lei, os adultos da medicina e outros, contribuindo nos modos de subjetivar das crianças a partir dos dispositivos que também passam a ocupar.

Tendo como base a lógica adultocêntrica, é possível considerar que esses dispositivos operam estratificando as crianças em condições específicas, isto é, como aquelas que precisam dos cuidados parentais nos moldes já pré-estabelecidos como o correto; como aquelas que precisam aprender, pois não possuem uma consciência formada; aquelas que precisam seguir as regras morais de convivência e, sobremaneira, aquelas que devem atingir as fases de crescimento para, enfim, participar da cena social.

Esse cenário alude a questionar qual a ótica de cuidado que alcança as crianças e, fundamentalmente, quais os efeitos que ela ressoa em suas modulações subjetivas? Ainda que este cuidado busque estabelecer uma maquinaria de estímulos para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, quais as outras potencialidades e capacidades que não são contempladas nesse modo de cuidar? O que em favor dessas práticas discursivas presentes nos dispositivos que cuidam das crianças (famílias, escolas, igreja, espaços de saúde, casas da lei) se deflagra como estratégia de controle populacional e territorialização de um mesmo modo de subjetivar?

Certamente, sedimentou-se um governo das crianças pautado na biopolítica de seus corpos (Foucault, 2004; Resende, 2015) que tem atuado para a conservação do

ideal hegemônico da obediência e do controle dos excessos que escapam das infâncias. Isso aponta para como o pressuposto da razão, advindo da ciência moderna, também colou as crianças nessa representação de que não estão aptas para deliberarem sobre si e sobre a realidade.

Sobretudo, mesmo que estejam em preparação de suas capacidades mentais e racionais, as crianças, ainda, ficam sujeitas ao modelo posto pelo outro (adulto) do que seriam as decisões racionais pertinentes à sua vida e à organização social. Assim, em vista de problematizar esse cuidado pautado na lógica adultocêntrica incidente nos dispositivos que atendem as crianças, outra imagem do autor Tonucci (2003) me afeta com sensações movediças, como apresento na Figura 9 a seguir:

Figura 9

Cabideiro de crianças



(1976) A creche não é um cabideiro

Nota. Desenho retirado do livro *Com olhos de criança*. Fonte: Tonucci, 2003, p. 38.

Essa figura que apresenta crianças “encabidadas” depreende a sensação da universalidade que, por vezes, as práticas discursivas presentes nos dispositivos atuantes no processo de subjetivar das crianças seguem como pressuposto. Nesse sentido, os dispositivos pedagógicos, biomédicos, jurídicos e psicológicos que são forjados no bojo da sociedade moderna contribuíram na sustentação da lógica adulta como definidora de quem podem ser as crianças. Sobretudo, na trama das práticas discursivas seguidoras dessa lógica, fundamentou-se a naturalização da infância como uma fase da vida incontestável e, sobremaneira, enredada nos mecanismos biopolíticos que podem investir em políticas de vida ou de morte para as suas existências.

Diante disso, essa linha segmentar tornou a infância a-histórica, isto é, desimplicada de seus processos históricos, políticos e sociais e de sua constituição atravessada por contornos de desamparo. Por consequência, os dispositivos pedagógicos assumiram ideologias dominantes da idade moderna no ocidente, especialmente as pautadas no ideal racional, no neoliberalismo, na premissa cristã, na necessidade de corrigir e disciplinar o comportamento socialmente aceito e na força da escolarização como formadora de sujeitos capazes de utilizar suas faculdades mentais superiores (Gallo, 2019). Essa necessidade naturalizante da infância, pautada no pressuposto moderno da linearidade e da substância, evidencia como a concepção sobre a infância também diagrama uma infantilização das crianças no seio dos dispositivos pedagógicos.

Segundo Gallo (2019), os dispositivos pedagógicos, enredados nos jogos de poder, produziram saberes estratégicos para as infâncias, os quais conformam as crianças a vivê-la a partir de definições, novamente dadas por adultos. Assim, esses saberes atuam na vertigem de “encabidar”, como provocava Tonucci (2003). Dessa forma, “encabidando” as infâncias em saberes reguladores da vida das crianças, qual a potência criadora que elas podem acessar nos espaços educacionais? Ademais, o que podem as crianças nos espaços e demais dispositivos alocados para o seu cuidado e formação? A lógica da razão como fundante da noção de sujeito universal será sempre a baliza para o contato e a relação com as crianças? Como participar da construção das experiências das infâncias por outras vias que não a posta pela lógica desenvolvimentista, cognitivista e moralizante?

Certa vez, em um encontro do grupo de supervisão em que conversávamos sobre os rumos dessa dissertação, uma colega compartilhou sua impressão sobre a

presença das violências na vida das crianças e apontou para como a criança e a vivência de sua infância têm uma socialização na violência. De imediato, fui surpreendida com a força dessa consideração e, em eco, continuei com esta questão borbulhando: “como é socializar na violência?”. A partir dessa pergunta, encontro no livro de Tonucci (2003) outra imagem que alarga as pistas da provocação lançada pela colega Mônica, a qual apresento na Figura 10 a seguir:

Figura 10

A socialização das crianças no meio dos adultos



Nota. Desenho retirado do livro *Com olhos de criança*. Fonte: Tonucci, 2003, p. 30.

A imagem transmuta a sensação da criança olhando para o alto e para o adulto e seu possível estado de confusão em fazer parte desse mundo. Nessa relação, o adulto assume o lugar da referência, daquele que ensina e que mostra os gestos, as

linguagens e o comportamento ideal para subjetivar-se. O desenho de Tonucci (2003) evoca a problematizar como o processo de socialização das crianças é perpassado por situações que a violentam, tanto no sentido deleuziano, isto é, com as forças dos signos que as levam a criar expedições de descoberta do mundo e de aprender novos modos de leitura com as experiências e afetos do caminho (Deleuze, 2009), como no sentido de que as práticas discursivas empreendidas se tornam violentas por pretenderem a captura das crianças como sujeitos – ainda – sem razão. Esse segundo movimento, portanto, acaba segmentando as possibilidades das crianças em vias pré-definidas de socialização e de desenvolvimento, como se devesse apreender o modelo ideal de humano, ou seja, o sujeito universal cognoscente.

A violência como um analisador dos modos de relação com as crianças, enfim, estoura a bolha da lógica adultocêntrica por evidenciar que as regularidades postas nas práticas discursivas operantes nos diversos dispositivos que lidam com as crianças têm afirmado um mesmo lugar em que elas podem estar: abaixo do adulto; tomando-o como referência. A sutileza dessa violência se espalha na geografia das infâncias, posto que em nome do cuidado e da preocupação está uma série de racionalidades pautadas na ciência moderna hegemônica, binária, colonial que formata relações de poder a partir dos saberes maturacionais, pedagógicos, psicologizantes e jurídicos, os quais ficam sujeitos a assumirem a função de violar as outras formas das crianças traçarem os seus modos de subjetivar na infância.

Como provoca Tonucci (2003) no desenho apresentado na Figura 7, “a criança: aquela que é sempre vista de cima”, assim permanece pelo interesse moderno e adultos de universalizar uma imagem de criança. De dominar a sua geografia existencial empreendendo suas próprias regras. Portanto, de territorializar uma única história; de configurar uma linha segmentar que pouco permite brechas para a inventividade da vida e a presença das diferenças. E, na história do mundo, sabemos que as tramas de dominação do devir também configuram violências.

Diante disso, cabe problematizar como ocorrem os processos de entrada das crianças na sociedade brasileira, como elas têm sido escutadas, vistas e consideradas diante das realidades que enfrentam. Talvez as considerações para estas perguntas necessitem de outras formas analíticas que não as convencionais e tradicionais difundidas pelos teoremas da biopolítica e do governo das crianças. Certamente, acionar outras ênfases evidencia possíveis rumos que os dispositivos podem tomar

em seus modos de relação para com as infâncias na contemporaneidade. Ou seja, é preciso trilhar novos caminhos!

4.2 DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS: NOTAS DAS MOLARIDADES E MOLECULARIDADES

Como apontado, a lógica adultocêntrica mina a geografia das infâncias de molaridades prescritivas, hierárquicas e disciplinares. Essa versão, fundamentalmente, conta a história de que as crianças devem viver de acordo com as fases de um desenvolvimento. Diante disso, navegando pelas molecularidades, encontro nas autoras Ceccim e Palombini (2009, p. 308), a partir de suas compreensões sobre os teoremas de Deleuze e Guattari (1997), outra perspectiva para quem podem, também, ser as crianças:

A criança não existe só pela faixa etária, ser criança é aceitar a aventura de se compor com as aprendizagens, deixar seu corpo descobrir experiências, explorar ambientes, percursos e emoções. Ser criança é aceitar a ousadia das viagens nômades, a coragem de se transportar para diferentes universos incessantemente, ao sabor de suas experiências cognitivas e afetivas, para extrair conhecimentos e vivências intensivas, reencontrando real e imaginário.

Essa noção sobre as crianças rompe com as prescrições maturacionais cognitivistas e lança a possibilidade de encará-la como existência em devir que foge dos regimes de filiação do tempo cronológico. Por seu turno, a qualidade atemporal do devir presente na experiência das crianças convida a acionar uma zona de vizinhança para produzir fissuras nas normativas que versam sobre a vida. Ou seja, para abrir molecularidades diante das práticas discursivas que tramam a programação das crianças e as suas vivências de infância. De acordo com Deleuze e Guattari (1997, p. 92),

“uma” criança coexiste conosco, numa zona de vizinhança ou num bloco de devir, numa linha de desterritorialização que nos arrasta a ambos –

contrariamente à criança que fomos, da qual nos lembramos ou que fantasiávamos, à criança molar da qual o adulto é o futuro.

Nesse sentido, o que tenho problematizado refere-se a como as crianças, na contemporaneidade, possuem suas existências coladas às práticas discursivas adultocêntricas, as quais, engendradas nas matrizes cognitivistas e cognoscentes modernas, legitimam esse modo de relação como estatuto de verdade. Isso significa dizer que a imagem das crianças que conhecemos e nos relacionamos, isto é, a imagem operante no senso comum, nasce e cresce interpelada no regime de tempo linear e molar (Kastrup, 2000; Ceccim & Palombini, 2009).

Implicando as virtualidades do tempo *bergsoniano*, no qual se inspiram Deleuze e Guattari (1997), é possível acessar outra entrada para analisar a “criança”. Como suscitam os autores, se as crianças existem enquanto devir, como habitantes de uma zona de vizinhança entre a criança e o adulto, há também outras formas de cognição, isto é, uma cognição em devir “bifurcada e inventiva” que não reapresenta a mesma imagem moral do pensamento (Kastrup, 2000, p. 377). Assim, essas crianças inventivas, que tem seus modos de desenvolvimento ancorados nas experiências que traçam, convocam outras tessituras sobre como conhecemos a realidade, a linguagem e produzimos subjetividades singulares que não estejam fixadas no modelo racional cognitivista.

Como dito, é outra leitura, outro modo de acompanhar as modalidades subjetivas no plano de imanência. No entanto, como pensar a operacionalidade dessa linha de fuga na geografia das infâncias brasileiras se a sociedade pouco questiona a dimensão das crianças socializarem na violência? Nesse sentido, esse eixo analítico busca problematizar como tem acontecido a entrada das crianças na sociedade brasileira na contemporaneidade, e, para isso, o movimento de recorrer às imagens da história das crianças brasileiras foi uma postura necessária para expandir a leitura das regularidades do presente.

Para costurar essa análise, encontro na exposição *Histórias da Infância*, realizada no Museu de Arte de São Paulo (MASP), na cidade de São Paulo, no ano de 2016, um conjunto de 200 obras de arte que reúnem de pinturas até fotografias que retratam as crianças brasileiras. Essa exposição foi feita com a curadoria de Adriano Pedrosa, Fernando Oliva e, especialmente, a historiadora Lilia Schwarcz, com a intenção de dialogar sobre diversos fenômenos da cena brasileira. Durante o

período em que essa exposição esteve aberta, variados visitantes puderam contemplar os elementos que compõem a história das crianças brasileiras. Uma visita em particular, publicada no site Jornalismo Júnior (2016), me capturou. Apresento a seguir na Figura 11:

Figura 11

Crianças acompanhando a exposição Histórias da Infância no museu (2016)



Nota. Fotografia e matéria feita por Bárbara Reis, presente no site Jornalismo Júnior.
Fonte. Reis, 2016.

A Figura 11 mostra a exposição de duas pinturas e uma fotografia em uma parede branca, as quais estão sendo observadas por um grupo de crianças que estão ali, aparentemente, por conta de uma visita escolar. No movimento das crianças, também se faz figura a representação posta nas imagens que as cercam. As obras ressoam a história das crianças, demarcando tanto aquelas pintadas como “brinquedos encantadores” e miniadultos que pairavam as recônditas experiências das crianças de uma classe privilegiada entre a Idade Média e Moderna no Ocidente, e no Brasil Colônia e Império (Àries, 1981; Del Priore, 1999/2021), como também a

captura fotográfica das crianças que retratam a realidade das periferias na contemporaneidade, em seus trânsitos pela cidade, a qual se encontra na fotografia à direita posta na Figura 11.

A imagem permite acompanhar a pintura de Renoir denominada *Rosa e Azul* (1881), evidenciando duas meninas bem-vestidas que posam para um retrato no berço de sua residência e uma fotografia de Bárbara Wagner (2005) da série *Brasília Teimosa*, apresentando dois meninos negros da periferia recifense aproveitando um dia de sol nas praias pernambucanas. É interessante pensar que essas obras de arte, lado a lado, sobressaltam as tramas das desigualdades sociais, políticas, econômicas e estéticas que figuram a história das crianças brasileiras. Sendo vistas por outras crianças uniformizadas de seus endereços escolares, sou atravessada pela curiosidade de dialogar com a história descontínua presente nessas obras, nessa cena em particular, na tentativa de percorrer os estratos e multiplicidades presentes nesse plano de forças.

A principal linha que me invade é o reconhecimento dessas crianças como sujeitos no plano social brasileiro, visto que o tensionamento de que socializam na violência endereça a necessidade de mapear as práticas impressas pelos dispositivos que atenderam as infâncias e lançaram tratativas para diminuir a força das relações de poder que desinvestissem em suas vidas. Dessa forma, essa imagem ressoa a possibilidade de transitar o modo como tem se configurado a compreensão sobre as crianças no Brasil.

Tomei conhecimento dessa exposição sobre as *Histórias da Infância* a partir da sugestão de uma colega no percurso de mestrado, a qual salientava as produções sobre a história e a infância da historiadora Lilia Schwarcz como referências interessantes de serem conhecidas. Tinha conhecimento da importante participação dessa expoente em termos de suas significativas considerações sobre a história nacional e, no processo de pesquisar e encontrar com essa exposição organizada por ela, me surpreendi com a riqueza histórica apresentada na curadoria das obras de arte que compuseram essa exposição. Ao pesquisar sobre as obras e a disposição em que foram colocadas no MASP, alinho a problematização: quem são as crianças brasileiras? Como elas entram na sociedade brasileira?

Certamente a trajetória das crianças brasileiras, como enfatiza Del Priore (1999/2021) em sua obra *História das crianças no Brasil*, mostra as enormes distâncias entre aquilo que pautam as definições de organizações internacionais e

governamentais e o cotidiano em que estão inseridas. A autora salienta que ao longo do tempo forjaram-se tramas de uma imagem ideal da criança – feliz e organizada nos moldes de proteção e disciplina, mas a realidade atual continua evidenciando o quanto as suas experiências são perpetradas por aquela violência que se materializa no corpo e produz marcas subjetivas (abuso infantil, mortalidade, trabalho infantil, tráfico de drogas, maus tratos). Violências que remontam as memórias da processualidade histórica das experiências infanto-juvenis no Brasil.

Essas contradições compartilham os diagramas violentos que, também, forjaram a história brasileira. Nesse ponto, Del Priore (1999/2021, p. 12) destaca como as estratificações presentes na história das crianças também perpassam “a dicotomia dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, [que] gerou outras impressionantes distorções que estão até hoje presentes”. Em outras palavras, a marca da colonização, da escravidão e do neoliberalismo econômico assumido pelo Estado colocam a história do Brasil e a história das crianças sobre os efeitos das desigualdades, das injustiças, das relações de poder e, sobremaneira, das relações de dominação.

Em diálogo com Del Priore (1999/2021), o historiador Cavalcante (2021, p. 199) enfatiza que frente à realidade brasileira conservadora que tem permeado o contemporâneo na atualidade, as questões sociais em torno das vivências das infâncias das crianças estão submetidas à insensibilidade e à invisibilidade. De acordo com o autor se fazem necessárias investigações históricas que pautem “a condição dos meninos e das meninas que vivem em situação de rua, as ainda altas taxas de mortalidade infantil e de vulnerabilidade alimentar a que são submetidas crianças e adolescentes” (Cavalcante, 2021, p. 1999). Ou seja, a criança contemporânea continua enredada em violências de subsistência, mas, sobretudo, segue sendo inferiorizada e definida pelas preocupações de governo do adulto e dos sistemas de governança do Estado.

Essa reflexão de Cavalcante (2021) alude a problematizar como os dispositivos, no curso histórico, tem lido as condições que perpassam a experiência das infâncias brasileiras e, sobretudo, o que se tem feito a partir dessas constatações. Para tecer essa reflexão, encontro a produção cinematográfica como uma dimensão que também força o pensamento a criar outras imagens sobre o diagrama das crianças brasileiras. Cabe destacar que a maneira de passear pelo cinema foi inspirada nas considerações de Deleuze (1985), o qual se contrapõe às noções

engessadas e engessadoras sobre a vida, lançadas por algumas apreensões sobre o cinema e enfatiza que os cineastas não pensam a partir de conceitos, mas sim de imagens; imagens em movimento. Nisso, as imagens banhadas em uma concepção de tempo virtual se organizam efetivamente em três formações: imagens-ação, imagens-afecção e imagens-percepção. Essas três modalidades criam uma dimensão da experiência cinematográfica singular e escoam, pelas sensações, maneiras distintas de afetar-se com as imagens-conceitos. De habitar um plano móvel e criar traduções singulares (Deleuze, 1985).

Diante disso, as cenas dos documentários assistidos demarcaram no corpo a corpo desta cartografia a composição de uma experiência de análise sensível a partir dos blocos de movimento que me afetaram. O cinema, nesse ponto, foi um acionador de zonas intensivas e impulsionadoras da reunião de analisadores que evidenciam a tendência molar impressa na história das crianças brasileiras. Nisso, o documentário *A Invenção da Infância* (Schmiedt, 2000), lançado no ano de 2000, com roteiro de Liliana Sulzbach e produção executiva da obra por ela juntamente de Monica Schmiedt e que está disponível na plataforma CurtaDoc (2023), apresenta cenas das múltiplas infâncias presentes no Brasil contemporâneo.

A partir do documentário é possível perceber como as vivências das crianças configuram diversas experiências de infância e, sobretudo, se constituem diante das condições sociais e de cenários distintos do plano brasileiro. Dessa forma, essa produção permitiu acessar cenas dessas infâncias brasileiras, as quais estão submetidas nos abismos e limites dos contornos modernos que vem definindo como deve ser a “infância” das crianças. Pois, como apresenta o documentário:

Ao inventar a infância, a modernidade cria a idade de ouro de cada indivíduo. Fase em que a vida será perfeita, protegida e tranquila antes de ser tomada pelas exigências do trabalho. Época ideal de nossas vidas em que ser criança é não ter qualquer outro compromisso que vá além do gozo simples de sua inocência (CurtaDoc, 14 min, 05 segs., 2023; Schmiedt, 2000).

Diferentemente da noção defendida pela modernidade e que é incorporada como racionalidade presente nas práticas dos dispositivos e, especialmente, nos discursos jurídicos que teceram convenções internacionais e nacionais sobre o direito das crianças à infância, a realidade brasileira tem possibilitado outras experiências de

infância para as crianças. Nesse sentido, o documentário, apresenta como os retratos das infâncias brasileiras, para além dos ideais modernos, perpassam a vivência de uma fase nem sempre tranquila, nem tanto lúdica e inocente, com a presença dos espaços e afazeres que buscam formá-las para a condição de cidadãos para o futuro. Essa produção, ainda, apresenta como a infância é marcada pela exigência de responsabilidades e de uma maturidade cognitiva e social para viver certas situações, as quais, se seguíssemos à risca o viés desenvolvimentista, elas não teriam condições plenas para realizar e lidar. Nisso, para quais crianças brasileiras essas regras são validadas?

Além disso, as cenas expostas no documentário fazem questionar: ser criança significa ter infância? Essa infância pintada de forma idealizada? Como proposição, a cena final da produção apresenta a afirmação: “Ser criança não significa ter infância” (CurtaDoc, 22 min 35 segs., 2023; Schmiedt, 2000). Fazem essa constatação em decorrência das narrativas das crianças falando sobre suas vivências e as cenas que costuram as realidades presentes nas infâncias contemporâneas no Brasil.

Assim, o documentário deixa essa provocação pelas condições da exigência do mundo profissionalizante do adulto, da precariedade das políticas de saúde e habitação, da exploração do trabalho infantil e, sobretudo, das condições de insegurança alimentar e sanitária e de agendas sem respiro a que são sujeitas crianças brasileiras. Uma provocação que reverbera, como o ideal adulto sedimenta a experiência das crianças e as fazem viver uma experiência de infância contornada pelo paradigma adulto a depender das condições sociais que enfrenta. Na Figura 12 a seguir, por exemplo, é possível acompanhar o registro de crianças trabalhando na Pedreira em Santa Luz, no estado da Bahia, a qual denota sobre a presença das rotinas de trabalho na experiência da criança brasileira:

Figura 12

Cena 1: “Eu acho que eu trabalho porque não tem jeito mesmo”



Nota. Cena presente no documentário *Invenção da Infância*, 08 min 35 segs., CurtaDoc, 2023. *Fonte.* Schmiedt, 2000.

A cena em movimento é atravessada pela fala de um dos meninos que destaca: “Eu acho que eu trabalho porque não tem jeito mesmo, tem que trabalhar mesmo” (CurtaDoc, 08 min 26 segs., 2023; Schmiedt, 2000). A feição do menino, como a figura anterior demonstra, suscita problematizar este enredo colocado para essas crianças que pertencem às camadas populares do Brasil: o trabalho como uma atividade que dá lugar às crianças brasileiras desde a experiência de suas infâncias. O documentário ainda apresenta o contraponto entre as classes sociais no Brasil e evidencia que ao passo que as crianças cerceadas pelas desigualdades sociais vivem as condições da exigência do trabalho pela força física desde cedo, aquelas que

vivenciam condições de vida mais robustas pela condição econômica têm suas agendas preenchidas pelos afazeres escolares, esportivos e culturais que também são trabalho.

Essa última realidade evidencia como a exigência de formação das crianças e de qualificação de suas capacidades também é alimentada pelo fundamento do sujeito cognoscente e, especificamente, pela idealização de adulto que começa a ser gestado na infância. Em ambas as circunstâncias é possível ver corpos cansados, feições abatidas, histórias atravessadas pelas lógicas neoliberais, adultocêntricas e de gênero que invadem a experiência das infâncias desde os seus primeiros passos no mundo na história brasileira.

As cenas das crianças que trabalham desde pequenas, para além das contradições postas sobre as discussões contemporâneas referentes ao trabalho infantil, provocam a pensar como o plano social brasileiro encara esse histórico que tendeu a capturar a condição de existência das crianças como uma força de trabalho que estivesse em favor do crescimento e desenvolvimento da nação. O documentário provoca a pensar as cartografias existenciais tecidas pelas crianças brasileiras, sobretudo, convoca a transitar pelos modos jurídicos e legais que foram compreendendo as crianças também como sujeitos de direitos. Trago essa ênfase por compreender que as infâncias retratadas no documentário remetem às histórias de crianças brasileiras que possuem o aporte de legislações como a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a Convenção dos Direitos da Criança de 1989 e, possivelmente, as primeiras entradas organizativas do ECA no cenário brasileiro da década de 1990.

Nesse sentido, a história brasileira, diante da mobilização popular, empreende linhas molecularizadas para que as crianças sejam compreendidas em seu direito à dignidade humana, no entanto, como provoca o documentário, assegurar esse direito à infância não garante que a possibilidade de viver o momento dela seja garantida, isto é, recobrando a fidelização de direitos básicos à existência para todas as crianças brasileiras mediante a sua pluralidade social. Isso significa questionar: como as crianças contornadas pelo ECA tem amplitude de gozar dessa “infância” prometida nos documentos e jurisdições? Quais as crianças contempladas pelo ECA? Como os dispositivos compreendem os limites de seus alcances e a tendência que possuem em transitar por planos molares, ainda que anseiem molecularidades?

Importante problematizar, a partir dessa provocação sobre a experiência de infância apresentada no documentário, a relevância de não cairmos em caminhos generalizadores. Isto significa dizer que, os dispositivos na tentativa de apurar os direitos das crianças e de sistematizar práticas de proteção e cuidado às suas infâncias, também tendem a confabular o que “deve” ser a “infância” e, tal vivência, por vezes, assume prismas romantizados e com ideais universais calcados em perspectivas binárias (certo/errado; bom/ruim; o melhor/o pior). Sobretudo, resvalam nessa premissa a entendendo como um movimento molecular, ou seja, que enfrenta os planos endurecidos e as violências.

Nesse sentido, a problematização que faço, reside em considerar como esse movimento contornado com as premissas de cuidado, podem escorregar em uma infantilização das crianças e de suas experiências de infância. Podem, novamente, idealizar a experiência da infância como uma fase, um momento de plenitude de direitos garantidos e de uma passividade da criança em agir no mundo. Esse aspecto abordado, em último caso, aponta para o desafiador exercício de análise dos modos de relação com as crianças e suas infâncias e da necessidade de tencioná-los nas práticas discursivas tramadas nos dispositivos que fazem parte dessa geografia das infâncias. Desse modo, cabe pensar que os fluxos de molaridades e molecularidades são movimentos contínuos no plano social brasileiro e desdobram diferentes experiências para as crianças.

Colocando sobre análise os dispositivos que atendem as crianças e empreendem essas linhas molecularizadas em termos de amparo de direitos às suas infâncias, veremos que até a formalização e sistematização do ECA em larga escala nacional foram os dispositivos religiosos assistencialistas e, sobretudo, pedagógicos que tatearam outras perspectivas para as infâncias, tanto na esfera de conservação da integridade dessa vida mediante os índices de mortalidade, quanto da aposta na educação que leva ao conhecimento necessário para ser outro e não o mesmo submetido em condições econômicas mais fragilizadas.

Essa reflexão se cria a partir da cena apresentada na Figura 13 disposta a seguir, a qual registra a caminhada, do menino, de sua casa até a escola. A criança carrega em suas mãos o caderno e leva consigo o desejo de avistar outros horizontes com o conhecimento que pode adquirir no contexto escolar. Ainda que a qualidade da imagem não apresente com nitidez o recorte desse caminho, a Figura 13 tenta evidenciar como o dispositivo pedagógico se capilariza enquanto um espaço que visa

aproximar as crianças do ideal adulto, pois esta precisa saber ler e escrever para “ser alguém”, bem como é um espaço que promove um lugar para as crianças expandirem a capacidade de tramar outras trilhas para as suas existências:

Figura 13

Cena 2: “Estudar muito para aprender a ler e a escrever e sair daqui”



Nota. Cena presente no documentário *Invenção da Infância*, 2 min 30 segs., CurtaDoc, 2023. *Fonte.* Schmiedt, 2000.

A partir da imagem e da linha de reflexão que traçava, encontro na própria cena a narrativa da criança apresentando as idealizações postas pelo adulto sobre os processos de educação. Assim, a chegada do menino na escola acompanha a sua narrativa, o qual expressa: “O que eu acho que eu posso fazer é depois de grande não trabalhar por aqui. Estudar muito para aprender a ler e a escrever e sair daqui para outro lugar” (CurtaDoc, 12 min 48 segs., 2023; Schmiedt, 2000). Esse discurso da criança evoca a dimensão das práticas pedagógicas como aquelas que também instigam a abertura de outras formas de ler o mundo, de desbravar os caminhos que esse campo oferece como possibilidade de experimentação. Entretanto, também revela a promessa que as lógicas modernas, calcadas em premissas da cognição e

consciência, contam às infâncias: a escola como um espaço de passagem para uma vida plena enquanto adulto. Resende (2018) enfatiza que o Governo das Infâncias opera em diferentes frentes para tomar e domar o seu corpo, comportamento, intelecto e capacidades, e as infâncias brasileiras também sofreram os efeitos dessa governança. Assim, ainda que passem a ser reconhecidas pelas jurisdições, as práticas discursivas no interior dos dispositivos presentes na geografia histórica das infâncias têm regulado, em última medida, modos de governar as potências de ação infantis.

Nesse sentido, cabe pensar como os dispositivos educacionais tornaram-se, na história das crianças brasileiras, um dos principais espaços que às receberam e que contribuíram com a consolidação de sua entrada na sociedade brasileira como sujeitos que tem direito à educação, à alimentação, à socialização e ao cuidado. Assim, os contextos educacionais, ainda, que marquem essa história com as cargas formativas-formatadoras retroalimentadoras das racionalidades maturacionais e lineares advindas da lógica adultocêntrica, também não deixaram de abrir outros caminhos de cuidado e atenção à criança, pois, à medida que foi um dispositivo que se capilarizou em amplo território nacional ela também foi palco de explosão de linhas de fuga da criança. A cenas que se sucedem a partir desta apresentada na Figura 13 evidenciam os sons, os movimentos, as trocas que o lugar da escola, também favorece. Isso significa apostar que ali, nesse espaço, as crianças, também, podem pertencer de outro modo; podem ocupar um terreno em que habitam as possibilidades molares e moleculares dessa experiência em suas infâncias.

Dessa forma, os dispositivos educacionais e pedagógicos são espaços importantes para molecularizar a compreensão desses movimentos plurais em torno das experiências das infâncias, pois como palco que reúne as crianças, podem encontrar terreno fértil para analisar como as condições para viver essa experiência de infância são influenciadas pela relação entre marcadores como raça/etnia, gênero e classe social e os próprios atravessamentos políticos, históricos e culturais. Nessa perspectiva, cabe ainda assinalar como as molaridades que territorializam os espaços de circulação das crianças, imprimindo abismos sociais como os apresentados pelo documentário, têm uma linha edificante: a lógica neoliberal. Essa vertente, também alinhada a outras lógicas mencionadas, vem fundamentando diversas normativas em geral feitas pela elite brasileira que organizou e organiza o Estado e difunde pressupostos marcadamente biopolíticos nas práticas discursivas presentes nos

diversos dispositivos que ensaiam suas formas de compreender as crianças ao longo do processo de consolidação da República e da Democracia brasileira (Del Priore, 1999/2021).

Diante disso, é interessante pensar que, na sociedade brasileira, o neoliberalismo se estratifica fragilizando direitos políticos, econômicos e sociais que foram sendo postos e conquistados por meio das lutas sociais (Chauí, 2019). Além disso, os autores Safatle, Silva Jr. e Dunker (2019) evidenciam que o neoliberalismo, ligado aos processos democráticos, também gesta e é responsável pelos sofrimentos de ordem subjetiva que são vivenciados pelas(os) brasileiras(os). Essa constatação, portanto, anuncia a face perversa do capitalismo e desenrola uma prática democrática que exclui “sem danos aparentes, a ideia de vínculo entre justiça social e igualdade socioeconômica” (Chauí, 2019, p. 12).

Dessa maneira, as cenas apresentadas pelo documentário *A invenção da Infância* (Schmiedt, 2000) evidenciam como as crianças brasileiras têm suas condições de existência capturadas pelos diagramas neoliberais. Nessa perspectiva, no curso histórico, a lógica neoliberal aliada aos discursos que fundamentaram o ideal do brasileiro, organizou ações de aproveitamento da capacidade física das crianças, camufladas com a moral benevolente de que o valor do trabalho se constitui como o caminho do bem. Retomo essa perspectiva histórica e demarco a hegemonia da lógica neoliberal, antes de focar a atenção sobre as legislações que ampliaram as possibilidades de cidadania e dignidade para a vivência das infâncias das crianças, pois o documentário *Menino 23 – Infâncias perdidas no Brasil* (Franca, 2016), ressoou a força que as premissas defendidas pela elite brasileira de um tempo histórico repercutem na geografia das infâncias até hoje e produzem efeitos nos modos de subjetivar das crianças brasileiras.

Tais efeitos são sentidos na pele de quem vive e, assistir esse documentário me envolveu no afeto de revolta e de indignação pelas cenas que arrebatam a força das relações neoliberais e, especialmente, do racismo que fazem parte da história das crianças brasileiras e são escancaradas nessa produção cinematográfica. Fundamentalmente, esse documentário possibilitou analisar a entrada das crianças negras na sociedade brasileira, apresentando um retrato de histórias que fizeram parte de suas experiências na década de 1930 e que ressoa resquícios das práticas discursivas empreendidas na sociedade da época até os dias de hoje.

Esse documentário, dirigido por Belisário Franca, encontrado na plataforma de *streaming* Globoplay, é produto da tese de doutorado feita pelo historiador brasileiro Sidney Aguilar Filho¹² a qual retrata pistas do que aconteceu com cerca de 50 meninos negros retirados do orfanato Romão de Matos Duarte, na capital do Rio de Janeiro, e levados para a cidade de Campina do Monte Alegre no interior do estado de São Paulo por uma família assumidamente regida pelas premissas nazistas. No documentário, Sidney entrevista um desses meninos – o menino codificado como 23, o qual viveu uma condição de isolamento e escravidão na Fazenda Santa Albertina, pertencente a Osvaldo Rocha Miranda.

Na entrevista expressa no documentário, seu Aloísio Silva, agora um senhor de aproximadamente 90 anos, demonstra certa resistência em acessar as memórias dessa época de sua infância pelas marcas de dor e revolta que retomam nas virtualidades do tempo. No entanto, o contato com os documentos apresentados pelo pesquisador evocou a trilha que ele, enquanto uma criança de 10 anos, viveu sob o comando da elite integralista e nazista da época, defensora do pensamento eugenista e da superioridade branca. A história de sua experiência de infância evidencia as diversas violências que perfizeram o seu caminho e das experiências de tantos outros meninos que estavam naquele orfanato. Uma das cenas iniciais do documentário, juntamente da fala de Aloísio, me invade; me leva a sentir todo o percurso de mapeamento das infâncias que me dediquei na vivência do mestrado, como apresento na Figura 14 a seguir:

12 A tese de doutorado historiador brasileiro Sidney Aguilar Filho, intitulada *Educação, autoritarismo e eugenia = exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)* inspirou a produção desse documentário *Menino 23 - Infâncias Perdidas no Brasil* e está disponível no Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. A produção cinematográfica ganhou na categoria de “Melhor Longa-Metragem Documentário” na edição de 2017 do Prêmio do Cinema Brasileiro e a tese de doutorado recebeu menção honrosa no “Prêmio Capes de Tese 2012” da área de Educação.

Figura 14*Aloísio e sua infância*

Nota. Cena presente no documentário *Menino 23 – Infâncias perdidas no Brasil*, 09 min 16 segs. a 09 min 21 segs. *Fonte.* Franca, 2016.

A narrativa sobre a infância de Aloísio ter sido roubada, demarca, como certas crianças brasileiras não chegaram a viver essa experiência como defendeu e defende o discurso moderno hegemônico de proteção e desenvolvimento do “período” das infâncias. Como certas crianças foram condicionadas a certas tratativas que às coisificavam, às tornavam objeto para o outro. Assim, a cena, com toda a intensidade que ela carrega, evoca a problematização de como a entrada das crianças negras na sociedade brasileira é marcada por profundas violências revestidas da anuência das lógicas até então referidas. Diante disso, a história de Aloísio é um registro de

sobrevivência frente os diagramas de lógicas, como: a colonial, a neoliberal, a eugenista, a nazista, a racista e adultocêntrica que margeiam a história das crianças negras no Brasil da década de 1930 e que produzem efeitos na própria história brasileira na contemporaneidade. Isso significa dizer que a história das crianças negras e, sobremaneira, das populações originárias e tradicionais do Brasil é perpassada por lógicas recheadas de racionalidades de dominação, inferiorização, objetificação e ações de desamparo.

Racionalidades que se fundamentaram com a proliferação dos estudos sobre a raça cunhados em matrizes biologizantes e hierarquizantes, produzidos entre os séculos XIX e XX e que empreenderam relações de poder entre brancos e negros repercutindo na história mundial e, fundamentalmente, na história brasileira (Hall, 2015). A produção dessas relações de poder racistas, coloniais e neoliberais marca a geografia existencial de tantas infâncias e, sobretudo, produz efeitos de enfrentamento ou denegação desses rastros nas práticas discursivas dos dispositivos que se relacionam com os diversos marcadores sociais compositores das diversas experiências das crianças no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, a história destes 50 meninos evidencia como a elite brasileira, além de sustentar o critério hierárquico geracional, edificou relações de poder pautadas no crivo hierarquizante da raça e, sobretudo, operacionalizou um maquinismo que buscou territorializar premissas culturais, estéticas, intelectuais no plano social brasileiro que objetivava produzir uma subjetividade ideal. Ou seja, hegemonicamente pautada na figura ideal do homem branco, europeu, hétero, falante da língua portuguesa e seguidor da moral cristã (Sousa & Souza, 2022)¹³. Essa construção de Brasil, pautada na relação do racismo e adultocentrismo, distingue a população de crianças que tiveram a suas experiências de infâncias minimamente preservadas e asseguradas nas suas condições de subsistência e, aquelas que tiveram, desde cedo, as marcas do trabalho, da exploração, da desqualificação e da violação de suas existências a partir do fundamento de dominação de seus corpos.

¹³ O artigo denominado *Tramas do racismo e das violências na infância brasileira: a obra de arte "Amnésia"*, é uma publicação resultante da participação do evento "multidão de Minorias" o qual ocorreu em agosto de 2022 e foi publicado no periódico Tempo Psicanalítico. A partir de uma obra de arte – Amnésia – do artista Flávio Cerqueira, construiu-se problematizações sobre como as relações de poder vestidas como racismo tramam linhas que ora despotencializam e potencializam a vida e, sobretudo, as linhas de fuga que o devir-minoritário da criança negra apresenta como sopro de vida.

Essa linha reflexiva se ergue, então, para demarcar a relevância de uma leitura interseccional das experiências das infâncias das crianças brasileiras, posto que a marca da dominação pelo trabalho, abandono, descaso, idealização, romantização e responsabilização estão amalgamadas na construção das práticas discursivas dos dispositivos de atenção às crianças no Brasil. Diante disso, essas infâncias perdidas, alertadas pelo documentário, que pouco são lembradas pelos dispositivos contemporâneos deflagram como as condições de vida das crianças brasileiras são diferenciadas quando colocamos sob análise os marcadores sociais como raça/etnia, classe social, gênero, região e geração.

Desse modo, os documentários *A invenção da infância* (Schmiedt, 2000) e *Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil* (Franca, 2016) produzem reflexões sobre as passagens que foram vivenciadas por algumas crianças brasileiras ao longo do tempo, mas, sobremaneira, como esses dados costumam mandamentos atrelados às mesmas lógicas para a relação com as infâncias contemporâneas. E, assim, perpetuam uma trama de socialização da criança na realidade a partir de fundamentos violentos.

Esse levantamento analítico evidencia que, fundamentalmente, essas linhas históricas não são lineares e, ainda que avanços tenham sido empreendidos, essas lógicas neoliberais, raciais, coloniais e adultocêntricas deflagram modos de encontro e relação para com as crianças nos dispositivos contemporâneos. Além disso, assim como essas histórias atravessadas pelas violências foram escamoteadas no curso histórico do Brasil, no contexto presente, seria possível afirmar que as histórias atuais são amplamente escutadas, investigadas e recobertas de sensibilidade e visibilidade pelo Estado? No cenário atual, quem suporta saber sobre as violências que assolam as experiências das infâncias brasileiras? Sobretudo, estas violências são analisadas por uma ótica interseccional e histórica? Como são escutadas essas histórias contemporâneas que atualizam as relações de poder postas ao longo do tempo? E, então, quem está disposto a dialogar com essas lógicas que, por vezes, direcionam vieses nos processos de interação e decisão nos dispositivos presentes na geografia das infâncias brasileiras?

Mediante estes questionamentos, pontuo que o reconhecimento da cidadania da criança no Brasil, de uma forma mais expressiva, tem como marco fundamental o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Essa legislação nasce a partir de mobilizações populares amplificadas no plano social e

marcam um furo no processo histórico brasileiro, anunciando fluxos de molecularidades produzidas pela responsabilidade do Estado para as vivências infanto-juvenis. Nesse sentido, a partir da legislação a figura da criança passa a ser compreendida como “a pessoa até doze anos de idade incompletos” (Brasil, 1990) que, em tese, será amparada por esta jurisdição e pela própria Constituição da República Federativa do Brasil que a reconhece como sujeito de direitos e a legitima em estatuto de humanidade pela busca da garantia de direitos fundamentais. Como o artigo 4º posto no ECA aponta:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Esse cenário permite considerar que o ECA inaugura, no Brasil, a imagem da criança como aquela que terá incondicionalmente seus direitos protegidos em todas as instâncias de sua vida. Moleculariza essas amarras até então encurtadoras das potencialidades e das existências infantis pelas lógicas vigentes. No entanto, como provocam as cenas de ambos os documentários apresentados anteriormente, a geografia das infâncias tende a estar perfurada por dispositivos e políticas atravessados pela lógica do capital, da colonização e da lei do adulto.

Isso significa dizer que as infâncias estão sujeitas a um Estado que diante das tramas de exploração e colonização de seu povo, opera investindo na vida da criança, traçando políticas públicas e dispositivos que visam a qualidade da sua saúde, educação, lazer e moradia para cumprir com suas jurisdições. Mas também, empreende práticas discursivas atravessadas por estas lógicas que, denegam a sua implicação nos índices de violências, desconsideram a volta do país ao mapa da fome, invisibilizam as discrepâncias educacionais que a pandemia acentuou, negligenciam as experiências infantis que se aproximam da vivência do adulto (trabalho infantil, a exigência do rendimento escolar frente ao fracasso escolar, a objetificação de seus corpos etc.) e, sobremaneira, não legitimam suas vozes que aparecem nos dispositivos que as encontram por estarem enredados, também, em um núcleo duro: à saber: a lógica do sujeito universal cognoscente.

Nessa perspectiva, compreendo que as duas vertentes exemplificadas anunciam tanto as molecularidades na experiência da infância a partir da consideração de sua alteridade e da interseccionalidade de suas histórias enquanto marco legal, bem como os fluxos molares que reatualizam as práticas discursivas pautadas nesse *modos operandi* das lógicas (adultocêntricas, neoliberais, coloniais, raciais e universais) até então apresentadas que acabam, por fim, encurtando as condições de certas crianças viverem experiências de infâncias, desfrutando de direitos acionadores do devir e de suas capacidades de agência na *polis*. Isto é, de uma experiência que às tornem cidadãs e cidadãos brasileiras(os) de fato. Em última instância, esses fluxos evidenciam as capturas dos dispositivos pelos discursos modernos, bem como a necessidade de se tecer uma legislação que contemple a realidade fatidicamente brasileira e potencialize as vivências de todas as crianças.

Assumir essa responsabilidade não é tarefa fácil. Tanto os dispositivos como o próprio Estado, na maioria das vezes, estão enrolados em um movimento de eximir-se da atuação sobre as questões das violências, da exclusão e da opressão das crianças. Sobretudo o Estado brasileiro, ao invés de investir nas políticas sociais que suas jurisdições defendem sobre o combate e o enfrentamento às violências nas infâncias, por vezes cai na malha de privatizar ou congelar o que deveria ser garantido como direito constitucional. Principalmente, mecaniza e burocratiza as práticas discursivas de atenção às crianças sem pautar o exercício de problematização crítica sobre a realidade que as violências e, também outros fenômenos sociais, deflagram.

Dialogando com Gomes et al. (2019, p. 56), reafirmo o lugar paradoxal do Estado brasileiro “que é, a um só tempo, a instituição criada para proteger os cidadãos das violações de direitos e muitas vezes o perpetrador dessas mesmas violações”. Esse Estado que no seu caráter constitucional visa ser de “bem-estar social”, apresenta uma realidade que sedimenta políticas sociais de combate às violências denegadas e produzidas por ele e que poderiam ser enfrentadas e transformadas por outras vias (Chauí, 2003, 2019). Mas, quem está interessado em desterritorializar esse plano, conservado em linhas segmentares hegemônicas? É interesse da referência hegemônica que pauta os modos de governo perder a sua força de ação na vida das crianças? Na vida da população brasileira?

Em vista disso, considero que o ECA se faz importante para sedimentar a proposta de uma imagem de infância sustentável a todas as crianças, mas é necessário tensionar como as crianças são acolhidas em suas possibilidades de

criação e exploração dos modos de aprender e agir, sobremaneira, dos modos de estar enquanto devir; devindo potências. Além disso, é fundamental avaliar se o estatuto de proteção ao melhor interesse da criança, como defende a jurisdição atual, se realiza a todas as crianças. Posto que os dados estatísticos deflagram números alarmantes sobre as violências contra as crianças. Segundo Raciunas e O'Kuinghttons (2021), até maio de 2021, no contexto da pandemia e do isolamento social que enfrentamos enquanto sociedade brasileira, foram registrados no Disque 100 – o canal de denúncias de violação dos direitos humanos, “aproximadamente 35 mil casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes”. Nesses casos, como foram garantidas a proteção às crianças? Quem foram as crianças, a partir da visada interseccional, que sofreram essas violências? O que foi e pode ser feito para combater estes índices?

A partir dessa leitura histórica, cabe pensar que o lugar que as crianças negras, pobres e pertencentes aos povos originários e tradicionais do Brasil ocupam nas práticas discursivas dos dispositivos que as recebem, por vezes, retroalimenta um imaginário de desqualificação, de marginalização e vigilância de suas experiências de infância e, sobretudo, às enredam em condições de controle pelo Estado. Ao retomar a fotografia de Wagner (2005), da série *Brasília Teimosa*, presente na exposição *Histórias da Infância* (2016) e que está disposta ao lado do quadro do artista Renoir (1881) como apresentado na Figura 11, percebo como as práticas discursivas contemporâneas permanecem contornando certas crianças e infâncias em condições de julgamentos morais de suas condutas na cena social e, acabam, sustentando um lugar de marginalidade. Isso aponta para como as infâncias daqueles meninos fotografados na praia da periferia de Pernambuco é tomada pela racionalidade de vigiar e punir os seus comportamentos, “potencialmente”, desordeiros e rebeldes. Isso indica, para como as infâncias negras e pobres, no Brasil, são recobertas de uma vista grossa do Estado e de seus agentes da segurança que não necessariamente se realizam na figura da polícia.

Essa lógica, presente nos modos de governar as políticas sociais para as infâncias e as adolescências brasileiras traz as racionalidades que criminalizaram as crianças de rua e os libertos desde o Brasil oitocentista (Rizzini e Pilloti, 2011). Uma lógica, pautada pela hegemonia do saber-poder jurídico que atravessa o tempo e depreende contornos na vida das crianças de periferia até os dias de hoje. Entretanto, há de se pensar que tais ações das crianças e jovens brasileiros de periferia, lidas

como desordeiras, apresentam as suas formas de resistência aos mandatos hegemônicos que regem a nação. Dessa forma, como traduzir as resistências como denúncias das condições desiguais que assolam o plano social brasileiro desde a sua colonização e continuam produzindo efeitos na vida das infâncias brasileiras?

Além disso, cabe destacar como esse traço histórico que se atualiza nas vivências dos meninos e meninas de periferia na contemporaneidade provoca a necessidade de questionar o modo como ECA empreendido na década de 1990 tem encorpado a garantia de direitos dessas infâncias no Brasil atual. Assim, a partir do encontro com a matéria feita pela jornalista Eliane Brum (2015) que foi divulgada no Portal Geledés, me deparo com o apontamento da escritora sobre a existência de outro ECA no cotidiano das crianças negras e periféricas do Brasil contemporâneo, a saber: o *Eca do B*. Segundo a autora, “as crianças negras e pobres do Brasil só são achadas por bala perdida porque não sabem ler o verdadeiro Estatuto da Criança e do Adolescente”.

A provocação de Brum (2015) faz questionar quais as crianças que possuem seus direitos assegurados e suas vidas protegidas e, fundamentalmente, como o Estado investe em políticas que potencializam as existências e as modalidades de transformação social das populações pobres, periféricas e marginalizadas do nosso país. Assim, a autora aborda o *Eca do B*, pois entende que esta é “a lei não escrita, mas entranhada no sistema e assumida pelos polícias e por parte da população, a lei fora da lei que rege a prática cotidiana do país”. Recordo-me da primeira vez que li essa reportagem, para uma aula de Psicologia Social da minha graduação em Psicologia, e do soco no estômago que ela produziu ao dar-me conta de como as vidas negras estão atravessadas por medidas corretivas, punitivistas e pautadas na relação de poder do racismo, desde a vivência da infância.

Segundo Rizzini e Pilloti (2011), a prática de vigia e punição das infâncias periféricas e de rua demarca a legitimidade da relação de poder do racismo e da criminalização da pobreza que atuam nos subterrâneos dos diagramas das violências no Brasil. Nesse sentido, cabe pensar como o Estado segmenta lógicas biopolíticas nas práticas discursivas presentes nas infâncias e, então, “deixa viver e faz morrer” a partir desse modo de governo que sedimenta (Foucault, 2006b).

A partir disso, cabe questionar: Quais as infâncias são estimuladas pelos dispositivos em suas potências de existência? Quais são tomadas como infâncias perdidas? Por exemplo, quais infâncias foram escutadas e vistas quando houve um

aumento de notificação de violências domésticas no período da pandemia? Além disso, como os dispositivos estabelecem, enfim, práticas de garantia ao melhor interesse das diversas crianças e suas múltiplas infâncias? Assim, a matéria jornalística *Eca do B* (Brum, 2015) manifesta como a jurisdição oficial escamoteia realidades violentas, ou melhor, se aliena nas lógicas adultocêntricas, coloniais, neoliberais, racistas e biopolíticas, empreendendo práticas discursivas nomeadas como cuidado, mas que escorregam na seleção e limite dos alcances que estas têm na realidade de todas as crianças do país.

Outra produção cinematográfica que denota sobre a discussão das violências nas periferias é o minidocumentário chamado *Morri na Maré* (Naudascher & Vanier, 2014). Essa produção foi realizada por dois jornalistas franceses – Marie Naudascher e Patrick Vanier – a partir de financiamento coletivo, e evidencia como as crianças moradoras da Favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, contam e elaboram sobre as cenas de violências da realidade em que vivem. A produção enfoca as narrativas e os desenhos que as crianças expressam sobre os efeitos das violências que sentem e foi uma produção que possibilitou analisar as estórias que as crianças contam sobre as violências que acontecem em suas realidades cotidianas. O documentário, de saída, denota para como as crianças percebem a realidade em que vivem e sentem os contornos das violências em suas vivências.

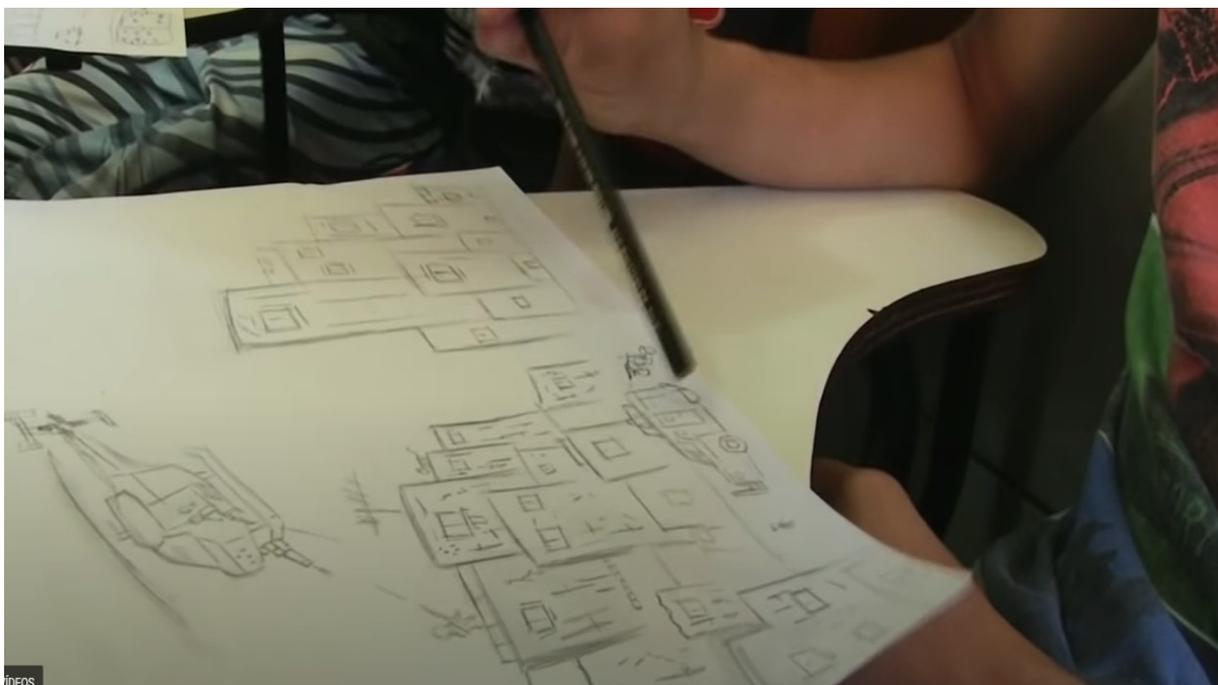
Nessa linha, o documentário evidencia como as crianças além de perceberem, tem muito a dizer sobre o que experienciam, posto que, falam sobre o que as afligem e rodeiam. Isso aponta para como os dispositivos que se relacionam com as crianças às escutam? Como consideram suas vivências atravessadas pelas violências? Importante pensar a legitimação das experiências das infâncias precisa passar por ações que dignifiquem suas agências enquanto sujeitos e cidadãos, tanto pelos dispositivos como pelo Estado.

Portanto, as cenas dessa produção demonstram como as crianças dessa localidade estão imersas na realidade que as circundam e expressam sentir medo, revelam os modos de atenção aos sinais das violências que perpassam a comunidade em que vivem e, sobretudo, destacam o modo como circulam por esse plano criminalizado pelas medidas policiais para dar conta dos impasses e sustos que experienciam com o embate entre polícia e o tráfico. Esse minidocumentário aponta para as trilhas afetivas e inventivas que criam para singularizarem as suas experiências na realidade das periferias brasileiras. Dessa forma, a Figura 15 a seguir

evidencia o retrato de uma das crianças, participantes do documentário, a qual desenha e conta sobre os enredos da violência existentes em sua infância:

Figura 15

As experiências das infâncias da Favela da Maré



Nota. Cena presente no Mini Doc *Morri na Maré*, 10 min 14 segs. *Fonte.* Naudascher & Vanier, 2014.

A estética do desenho denota uma infância que está no meio dos enfrentamentos do Estado para com os moradores considerados criminosos; está no meio das balas perdidas. Nisso, a experiência dessas infâncias faz questionar o alcance das prerrogativas defendidas pela jurisdição de direitos da criança, posto que o ideal de segurança e proteção defendidos pelo Estado tem perspectivas de tratamento diferenciadas no contexto da Favela da Maré em destaque, mas também em outras realidades de periferia do Brasil.

Assim, há de se pensar quem é o público que merece a segurança? E qual o tipo de segurança que o Estado e sua maquinaria policial defende? Ainda, há de se considerar como se escutam e se compreendem os registros das crianças? Afinal de contas, os discursos que desconsideram as experiências das violências como parte da vida de certas crianças brasileiras, por fim, servem, novamente, para firmar na geografia das infâncias a lei das lógicas e racionalidades de inferiorização e desqualificação das crianças.

Nisso, a matéria jornalística *Eca do B* (Brum, 2015) e as cenas do documentário *Morri na Maré* (Naudascher & Vanier, 2014) salientam como a situação atual da experiência da infância da criança no Brasil, na intersecção com marcadores como raça, gênero, classe social e regionalidade demonstram que seus direitos são herdeiros das lógicas neoliberais, coloniais, racistas e adultocêntricas que estão enraizadas na história do Brasil. Dessa forma, a situação atual das crianças é amalgamada na história brasileira e repercute na maneira como o Estado e seus dispositivos as compreendem. Via de regra, este continua sustentando as práticas discursivas ensimesmadas no julgamento da capacidade racional e intelectual das crianças; na delegação dos pressupostos adultos para definir suas experiências de infância e, sobretudo, alimentando uma biopolítica dos seus corpos.

Como assinala a professora Esther Maria de Magalhães Arantes (2022, p. 15-16), é inegável a relevância do ECA enquanto jurisdição que baliza quais pressupostos os dispositivos devem seguir para encaminhar as práticas de garantia do direito às infâncias das crianças. Entretanto, a autora sinaliza que as dificuldades de cumprimento dos direitos da criança também perpassam a ausência do Estado, pois evidencia que:

já no início da década de 1990, o Brasil diminuiu consideravelmente os gastos com as políticas sociais básicas, inviabilizando, na prática, o cumprimento da legislação. Naquela conjuntura, onde os recursos para a garantia dos direitos sociais não foram priorizados ante às exigências de controle fiscal, cresceu o número de pessoas favoráveis ao rebaixamento da idade penal, divulgando-se insistentemente, como causa do aumento da violência, uma suposta impunidade proporcionada pelo Estatuto, e criando na população uma indiferença face à situação de milhares de jovens pobres.

Esse ponto trazido por Arantes (2022) destaca como as crianças brasileiras são colocadas como, potencialmente, conhecidas a partir das legislações e dos dispositivos. No entanto, há de se considerar que fechá-la nas estruturas da normatização universal não tem articulado maneiras de conhecer suas realidades e, especialmente, não amplia as formas de avaliar suas necessidades. O esfacelamento do democrático vivido no Brasil nesses últimos 4 anos de um governo de extrema-direita que fez cortes exaustivos em investimentos de políticas sociais, também produz

efeitos nas práticas defendidas pela democracia brasileira atual. Assim, ainda que outra frente de atuação tenha entrado na governança do país a partir das eleições de 2022, o enfrentamento aos obstáculos que limitam a chegada até as crianças alude a uma estrada longa, mas necessária de ser trilhada. E as picadas que possam molecularizar as práticas discursivas dos dispositivos também perpassam por analisar o próprio fenômeno das violências, isto é, pelo exercício de problematizar como se tem lido esse conceito e esses acontecimentos pelo Estado Brasileiro e por seus dispositivos, justamente, para que se repense as práticas que seguem na perspectiva de denegar e naturalizar essa realidade das violências na experiência das infâncias (Chauí, 2003, 2019).

Diante disso, cabe pensar que as tramas das violências que materializam marcas na entrada das crianças na cena brasileira e, portanto, na geografia de suas infâncias, são produções dessas lógicas que fundamentam as práticas discursivas em torno da imagem da criança. Essa violência, sobretudo, revela como o Estado também é responsável na manutenção de uma linha dura, que engessa a experiência das crianças brasileiras em mecanismos de dominação, disciplina e regulação de sua agência. Dessa forma, diante dos diagramas modernos, fica a questão de como é possível subverter o discurso hegemônico e seguir o fio provocativo das autoras Ceccim e Palombini (2009) sobre a existência de outras vertentes de crescimento e de desenvolvimento para as crianças; vertentes menos arborescentes, que pensem outras formas de cognição.

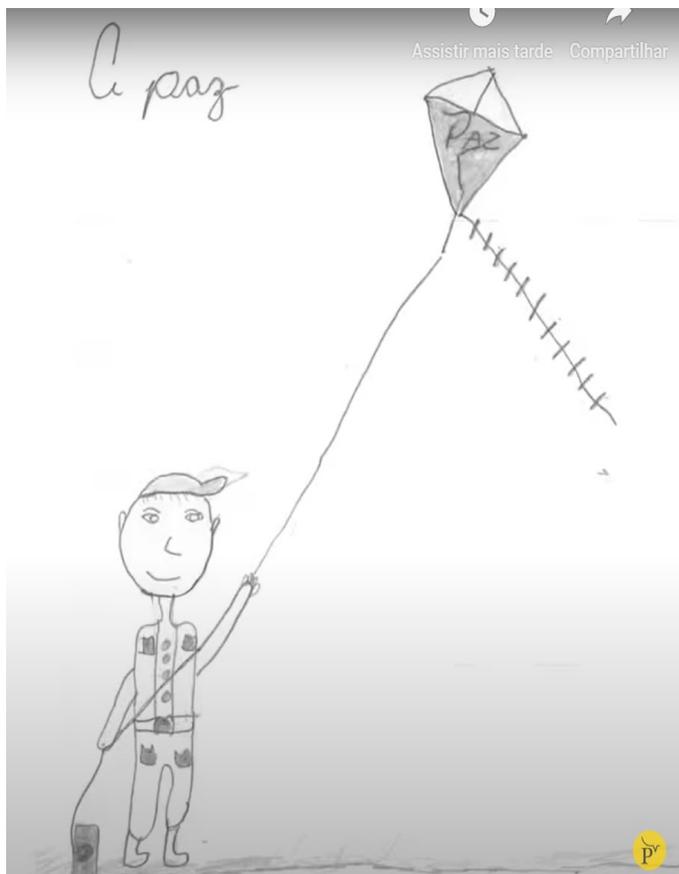
Além disso, essa construção feita busca apontar, como já salientava Cavalcante (2021), a necessidade de reconhecermos as amarras das lógicas adultocêntricas presentes na história das crianças para poder pensar outras referências para as infâncias brasileiras, pois, romper com esse paradigma é um desafio. Assim, superar a lógica adultocêntrica que se amalgama nas lógicas coloniais, racistas, biopolíticas e neoliberais é paradoxal e complexo. Mas as molecularidades presentes em certas práticas dos dispositivos que têm investido em outros modos de subjetivação das crianças mostram que o caminho de desterritorialização desse plano endurecido está pelas brechas, pela micropolítica, por habitar o movimento das molaridades e molecularidades (Foucault, 2006b).

As brechas capilarizam as forças de fora, ativam devires minoritários e anunciam que um Estado que invista em suas crianças, proporcionando um crescimento não como direção e sentido para torná-las adultos funcionais e racionais,

mas sim articulando condições para “invenções de direções e sentidos” (Ceccim e Palombini, 2009, p. 308), pode abrir outras formas de pensamento e, fundamentalmente, criar outras realidades para a geografia existencial das infâncias. Esse debate deflagra a força sentida pela cena final do documentário *Morri na Maré* (Naudascher & Vanier, 2014) a qual apresento na Figura 16 a seguir e que anuncia uma pipa se erguendo como expressão das linhas de fuga das crianças:

Figura 16

Cena final: a pipa que escapa



Nota. Cena presente no Mini Doc *Morri na Maré*, 15 min 53 segs. *Fonte.* Naudascher & Vanier, 2014.

Esse desenho que evidencia a criança soltando pipa, deflagra a capacidade da criança de descobrir maneiras singulares para dar vazão ao desejo e para viver o plano imanente. Essa cena ressoa em como a criança cria uma própria estética com as linhas intensivas que aciona, ou seja, encontrando as potências no caminho, vivendo experiências e aprendendo com as expedições em trânsito, ainda que trilhando por linhas duras. Nesse ponto, para que a pipa se erga no céu, isto é, para

que uma criança viva a experiência de sua infância como expansão, é preciso que ela tenha garantidas as condições de realidade.

Isso significa dizer que só é possível fazer pipa se houver a garantia dos recursos básicos necessários e, só é possível soltá-la se houver modos de relação que não engessem as potências de criar outras estéticas para a vida. Desse modo, para viver essa experiência, é preciso de linha, de materiais, de espaços, de liberdade, de criação e da fuga das premissas que enquadram o devir da criança como um “transformar-se em adultos”. A partir disso, avaliando os recursos simbólicos, materiais e discursivos proporcionados às crianças pelo Estado, será que as linhas têm sido suficientes para soltar e liberar a vida de forma amparada? Será que essa linha do Estado potencializa todas as experiências das crianças brasileiras? Quais pipas temos encontrado e legitimado nessa geografia das infâncias? E, por fim, como temos nos relacionado com a multiplicidade das pipas? Será que tendemos a submetê-las em condições de hierarquia frente a discernimento do adulto?

A tentativa de análise feita nesse subcapítulo, buscou perpassar os afetos sentidos pelas produções estéticas e ampliar perceptos sobre o modo como a criança tem sido vista e como ela é compreendida no plano social brasileiro. Esse plano percorrido denota como as lógicas que se capilarizam nessa geografia das infâncias empreendem uma necessária análise da experiência de infância e de ser criança que socializa na violência. Tematizar esse ponto e a condição social da criança no Brasil no interior dos dispositivos, possivelmente, produzirá novas alíneas nessa trama.

4.3 ATIVAR DEVIRES MINORITÁRIOS, APOSTAR NAS LINHAS DE FUGA

As análises postas a partir do plano estético das produções artísticas anunciam as lógicas que fundamentam as regularidades discursivas presentes nos dispositivos que leem e traduzem as crianças. Elas formatam a experiência das infâncias em desenhos já conhecidos, em terras dominadas. No entanto, para além das capturas da potência criativa das crianças feitas na territorialização empreendida pelas ênfases modernas e hegemônicas, cabe também perspectivar o que escapa. Ou seja, como as crianças escapam das redes de poder que as fixam no lugar de não saber, de impotência e de tutela?

Se a cartografia convida o pensamento rizomático, cabe lembrar que nesse processo são as linhas que agenciam lugares de intensidade ou aprisionam o devir nos estatutos de verdade. Nisso, o pensamento que produz conhecimento precisa superar o familiar e propor vazão nessas linhas. Assim, nessa rede de linhas, constituem-se tanto aquelas territorializadoras e estratificadoras de uma representação e identidade, como também aquelas que fogem e, na picada que desatam, desterritorializam um plano.

São movimentos que coexistem e, em eterno vaivém, explodem movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Isso significa dizer que ao passo que as lógicas adultocêntricas, coloniais, racistas, neoliberais, biopolíticas tendem a estratificar os devires intensivos da criança, estes também escorrem por entre as margens e criam os seus próprios itinerários. De acordo com Deleuze e Guattari (1996) as linhas de fuga se criam em meio às linhas segmentares, elas explodem delas, assim, evidenciam que “uma linha de fuga, mesmo que começando por um minúsculo riacho, sempre [que corre] entre os segmentos, [escapa] de sua centralização, [furta] à sua totalização” (Idem, 1996, p, 94, complementos da autora).

Nessa perspectiva, esse eixo busca percorrer os fluxos que podem anunciar as resistências frente aos regimes de *mesmidade* que defendem as lógicas hegemônicas e, fundamentalmente, o pensamento marcado pela reconhecimento. Para isso, o passeio que fiz pelas obras do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado me lançou no encontro com a coletânea de fotografias sobre as capturas que fez em suas viagens pela América Latina entre os anos de 1977 e 1984, enfocando retratos das populações indígenas pertencentes a diversas regiões, incluindo o Brasil. São 48 fotografias em preto e branco compiladas na obra *Outras Américas* (Salgado, 1985) e uma delas apresento na Figura 17 a seguir:

Figura 17

A menina e a maçã do amor – Guatemala 1978



Nota. Fotografia presente na obra *Outras Américas* de Sebastião Salgado, 1985.

Fonte. Imagem disponível no Blog Virtual Arte no caos, 2018.

O retrato, como flecha, me captura pela cena: a menina que lambe a maçã do amor; a reação de surpresa que faz, provavelmente pela visada da câmera fotográfica e, atrás dela, dentro da casa pela janelinha, há um adulto que vigia a saída da criança; confere se as maçãs estão seguindo o destino da venda, mas também confia nesse ímpeto disruptivo que a criança produz em seu trajeto. Esse adulto por detrás pode demarcar a ambivalência das linhas territorializadoras e desterritorializadoras do devir-criança experimentado por essa infância.

Em outras palavras, a figura do adulto não se constitui unicamente enraizada na lógica adultocêntrica, há também brechas moleculares que ele experimenta quando ativa essa zona de vizinhança entre devires. Importante destacar que a história das crianças remonta um pensamento arborizado nas práticas discursivas dos adultos, pois, nas relações entre forças, escorregam nas racionalidades desejosas de controle do desenvolvimento cognitivo e moral; de disciplina e vigilância e de

fechamento da criança em uma estrutura molar. Entretanto, o adulto também pode ser aquele que observa os fluxos intensivos das crianças, aquele que vê a lambida na maçã e acompanha estas expedições que a criança traça para se desenvolver.

Nesse sentido, a criança, que inventa outras respostas para os parâmetros esperados, produz fissuras e deflagra a existência de múltiplas maneiras para fazer mapas subjetivos enquanto liberdade e potência. De acordo com Deleuze (1997, p. 73), “a criança não para de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente”, ou seja, essa capacidade de explorar, certamente, se fez e faz presente nas histórias de diversas crianças brasileiras, nas cenas de suas infâncias; das nossas. Dado que, ainda que sigam o estabelecido, elas também manifestam o desconforto; criam suas estratégias de resistência e afirmam que a experiência da infância nem sempre precisa seguir os parâmetros adultos, feitos por adultos e suas lógicas que tendem a sugar a multiplicidade e a diferença.

Assim, a cena expressa na Figura 18, a seguir, deflagra a fala de um dos meninos que participaram do documentário *Invenção da Infância* (Schmiedt, 2000), a qual aponta para estas outras visadas sobre a posição da criança no plano social brasileiro:

Figura 18

“Eu acho que eu sou criança ainda”



Nota. Cena presente no documentário *Invenção da Infância*, 21 min 55 segs., CurtaDoc, 2023. *Fonte.* Schmiedt, 2000.

Durante a cena, o menino, ao verbalizar “Eu acho que eu não cheguei ainda na idade de ser adulto. Não, eu acho que eu sou criança ainda” (Curta Doc, 2023, 21 min 58 segs.), revela a força segmentar das linhas que molarizam a vida da criança em uma vivência enquanto adulto; no entanto, um adulto menor. As cenas de trabalho, de rotinas exaustivas para a profissionalização, da responsabilização pelo fracasso ou mérito escolar, da patologização e da medicalização da vida, retomam as lógicas que governam a representação do adulto ideal: aquele que sabe, que é responsável, que tem a Medicina ao seu favor e que produz. A fala dessa criança, portanto, é um lampejo de resistência por denunciar que a experiência enquanto criança não deve repetir o estilo adulto.

As crianças, em geral, na rebeldia, nos fluxos de espontaneidade e na circulação pelos espaços produzem fissuras; elas evidenciam os centros de poder molares, os enlaces entre saberes e poderes (Deleuze & Guattari, 1996; Foucault, 2006b). Sua fluidez desassossega os regimes de governo sobre elas e desestabiliza as formas adultas centradas no eixo moderno. Nisso, há de se problematizar como os

adultos, engessados nas lógicas desenvolvimentistas e moralizantes, tolhem as trilhas curiosas das crianças e as cerceiam na necessidade de evoluir esse comportamento, considerado inoperante, para aquele socialmente aceito, isto é, que controle o *páthos* e execute a razão por meio das faculdades mentais e processos cognitivos.

Aliás, esse movimento que visa um plano de organização estrutural e molar evidencia a incapacidade dos adultos de, na maior parte das vezes, acompanharem um devir involutivo e minoritário, de seguir as trilhas desencadeadas pela multiplicidade do mapa aberto pelas crianças. De perceber as crianças como aquelas que conduzem os agenciamentos de forma outra, por estarem imersas em um plano de composição (Kastrup, 2000). Nesse fluxo, a escultura do artista plástico brasileiro Flávio Cerqueira, intitulada *Logo ali* (2014), deflagra esse lugar que a criança também pode ocupar: criadora da sua experimentação no plano de imanência.

Figura 19

Logo ali



Nota. Escultura Bronze, madeira, tecido e corda. 49 x 20 x 50 cm. *Fonte.* Cerqueira, Foto: Romulo Fialdini, 2014.

Segundo Kastrup (2000, p. 377), o plano imanente de composição dos processos de subjetivação e singularização que versam Deleuze e Guattari (1997) “não é habitado por formas, mas por forças, linhas, partículas, em movimento, que estão aquém das formas existentes e visíveis e, ao mesmo tempo, constituem as condições de criação destas formas, sejam elas sujeitos e objetos”. Isso significa dizer que no processo de subjetivação das crianças habitam as linhas desejantes de pautar o desenvolvimento em uma estrutura cognoscente e aquelas que indicam que a cognição não é o único caminho de crescimento. Também, esse processo é feito por formas que são criadas a partir das redes de experimentação, inventando para além das formas existentes outras velocidades para a singularidade das crianças e que dissolvem a ideia de evolução do crescimento dessa forma criança-molar. Por assim involuir, a própria imanência é capaz de ativar os devires.

Nesse sentido, na perspectiva de Deleuze e Guattari (1997), convida o adulto e as práticas discursivas dos dispositivos a fazerem uma distinção importante sobre a ideia de criança, a saber: “a criança molar é uma configuração visível, traduzível por certos comportamentos e traços distintivos” (Kastrup, 2000, p. 378). Assim, a imagem da criança molar, tende a ser conformada para corresponder a um plano organizado, estratificado – comum ao modelo moderno e ao ordenamento social. Entretanto, a mesma criança molarizada, pode molecularizar-se quando aciona devires que lhe proporcionam transbordar outras subjetividades, outras formas de habitar o plano social a partir de expedições e, então, outras maneiras de cognição da realidade que se dão por acoplamentos afetivos-inventivos.

Ou seja, a criança que lambe a maçã do amor, aquela que quer ser criança no seu próprio ritmo, que é desejosa de aventuras e segue rotas transgressoras às regras prontas para o seu desenvolvimento está, em última instância, revolucionando a vida e se liberando da universalidade. Assim, a impaciência, a coragem e a vontade de experimentar, de circular, de tatear e de expressar que as crianças apresentam, desembocam em um movimento de molecularização de seus modos de subjetivar. Deflagram um movimento de recusa às linhas que remontam modelos dogmáticos do pensamento, premissas de “dever ser” cunhadas pelo crivo adulto. Essas viscosidades, evidenciam como as crianças se orientam por vias desejantes de invenção e, se subjetivam lançando-se a partir das trilhas inaugurais que experimentam, estéticas próprias que criam. Desse modo, as crianças estão,

continuamente, exercitando o movimento de liberar fluxos moleculares diante das molaridades presentes no plano social.

Essa vertente me recorda do filme brasileiro *Central do Brasil*, dirigido por Walter Salles (1998), escrito por João Emanuel Carneiro e Marcos Bernstein, o qual foi indicado ao Oscar na categoria de melhor filme estrangeiro no ano de 1999 e que além de ser aclamado pela indústria cultural, apresenta um enredo protagonizado pela personagem Dora (Fernanda Montenegro), uma professora aposentada que escreve cartas na Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, para complementar a renda e por uma criança que deseja encontrar seu pai.

Na história fílmica, a personagem, amargurada com as discrepâncias sociais em que está inserida, apresenta uma forma rígida, engessada nos automatismos postos pelos poderes neoliberais. Nesse lugar, conhece Josué (Vinícius de Oliveira), uma criança que, órfão de mãe, quer traçar uma viagem até o encontro com o pai desconhecido, no nordeste do Brasil. O enredo do filme transforma esse trágico encontro de Dora e Josué – da criança com o adulto – em uma expedição molecular. O filme também permite outras entradas, como o retrato que faz dos abismos sociais que a passagem entre o eixo sudeste-nordeste deflagra em suas paisagens e personagens; o cenário do analfabetismo no Brasil e, sobretudo, as vivências do abandono paterno que se faz realidade no Brasil contemporâneo.

Diante disso, a relação entre Dora e Josué promove o encontro com a capacidade inventiva e involutiva do devir-criança para adultos e crianças. Isso significa dizer que o devir involutivo é aquele que segue contra a racionalidade transcendente do desenvolvimento pormenorizado em sucessões contínuas e homogêneas; torna todos o mesmo. Nessa linha, a ativação desse devir é uma “forma de evolução que se faz entre heterogêneos”, fazendo com que na imanência ele lance mão às composições que multiplicam potências e singularidades sem a necessidade de hierarquias (Deleuze & Guattari, 1997, p. 19).

Nessa perspectiva, os autores Deleuze e Guattari (1997) destacam que o devir-criança coexiste em uma temporalidade virtual, pois está presente no adulto, assim como na criança. O devir-criança rompe com as matrizes temporais lineares e hierárquicas para estabelecer diversas camadas de tempo; diversos fluxos de platôs. Dessa forma, o devir-criança faz parte de um mesmo bloco de devir que se aciona por zonas de vizinhança, por circuitos afetivos que convidam a traçar outras rotas.

Assim, a personagem Dora, interpretada pela célebre Fernanda Montenegro, quando aceita a proposta de acompanhar a criança até o encontro com o pai, é interpelada, na imanência que compartilham, a desassossegar as suas representações dogmáticas e a questionar as suas verdades. É instigada pelo plano dos afetos a enveredar no desconhecido, encarar suas imposições e impermanências. Assim, a criança, isto é, o devir-criança de Josué que se manifesta esperançoso e desejoso do trajeto de descobrir um caminho de encontro com o pai, alimenta o descarrilhamento de linhas de fuga na existência de Dora.

Diante disso, a expedição leva a chegada em figuras familiares da criança e remonta as viscosidades alargadas nesse encontro entre alteridades criança-adulto. Essa trilha que fizeram apresenta como as potências entreabrem novos fluxos de desejo quando ambos explodem fugas do instituído, quando ambos habitam o desconhecido e são confrontados a criar a própria existência. Assim, a cena, na Figura 20 a seguir, evidencia os efeitos subjetivos e singulares que os fluxos moleculares apresentam como experiência:

Figura 20

Aqui estamos! Para onde vamos?



Nota. Cenas do Filme Central do Brasil, 1h 44 min. *Fonte.* Salles, 1998; *Imagem.* Disponível no Blog Virtual Cultura genial; Aidar, 2023.

Essa expedição feita por Dora e Josué evidencia que o devir, na ordem do minoritário, se ativa em trânsito, sentindo a vertigem. É a explosão de uma linha de fuga que abre caminho para a potencialização da vida, para o contato com a diferença. Dessa forma, a história de Josué, uma criança marcada pelo abandono paterno, ainda

que lido pelos pressupostos hegemônicos, repercute uma existência que resiste ao passo que insiste na inventividade, na busca pela dissolução das negações, pela iniciativa em despertar outros mapas. Na cena presente na Figura 20, Dora e Josué seguem por outras trilhas, não juntos de modo físico, mas sim na virtualidade que esse encontro produziu em ambos e na memória que poderá ser acessada ao olhar o monóculo com a foto que tiraram juntos.

Nisso, as linhas que explodem e molecularizam um plano de existência abrem novos mapas de experimentação, implicam novas saídas para as capturas modernas molarizadas. Nesse sentido, o devir não é transcendência ou transformação, mas um modo de implicar a potência criativa e inventar a vida na imanência, no momento da experimentação. Assim, esse trajeto cartográfico que a figura de Josué destaca no filme pode ser lido com a seguinte colocação de Kastrup (2000, 379):

a criança cartógrafa acessa um meio que transborda o mundo dos objetos. Este é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos, que configuram uma multiplicidade movente, instável, sempre longe do equilíbrio, uma espécie de matéria fluida. O mapa que a criança traça, e que configura seu método ou programa de ação, confunde-se então com este meio em movimento que ela explora. O mapa do movimento é por isto mapa em movimento. Suas regras são locais e temporárias e seu meio de ação composto de variações materiais invisíveis, inapreensíveis pelas estruturas históricas e pela representação. Estão no meio do mundo, constituindo o fluxo que corre entre as formas, que transborda dos objetos e das formas conhecidas.

Diante disso, o percurso cartográfico da criança no filme deflagra as surpresas que se pode experienciar quando colocamos em suspenso as lógicas preponderantemente adultocêntricas, modernas e hegemônicas que invadem a experiência das infâncias, mas também dos adultos. É uma dupla surpresa, pois como a personagem Dora apresenta, é possível ser a adulta que embarca nas trilhas singulares da criança e acompanha o seu modo de desbravar o plano – desbravando junto.

Esse modo de relação permite que a própria surpresa também desloque as matrizes que sustentam as verdades desse adulto que vive a experiência, pois como

o filme apresenta, a personagem Dora se desloca com a relação que tece com Josué. Desse modo, Dora nos convida a perceber que acompanhar a molecularização da existência de criança de Josué a leva a descobrir outros modos de se subjetivar. Portanto, nos aponta para como molecularizar os modos de relação com as crianças permitem habitar e romper as amarras postas. E, é no desafiador exercício de tecer outros modos de relação com a criança, que os devires direcionam novas práticas discursivas, outras subjetividades.

Assim, ao seguir com o devir intempestivo da criança, é possível desterritorializar as próprias segmentariedades e reconhecer as lógicas universalizantes e violentas que tem feito parte dos modos de relação com as crianças na contemporaneidade. É possível, então, movimentar a imanência desestabilizando as hierarquias entre crianças e adultos que vem sendo defendidas pelo pressuposto do sujeito universal cognoscente que só alcança a razão na vida adulta e no controle dos afetos. Dessa forma, Dora evidencia como a ativação do devir-minoritário proporciona acessar a multiplicidade que a vida – nos moldes adultos modernos também pode e, nisso, lançar-se outra – singular – nas cenas conhecidas da sua própria existência. Fundamentalmente, o que a produção estética irrompe é a potencialidade de traçar outras visadas para como a violência se realiza nas experiências das infâncias e, talvez, um caminho seja fazer mapas ativadores de devires que levem a outros modos de pensar e agir com elas.

Assim, habitar um bloco de devir, em especial do devir-criança, potencializa modos de subjetivação singulares. É um movimento que amplifica experimentações a qualquer tempo e geração. E, nesse sentido, acompanhar as crianças nessa empreitada, diante dos cânones universais sobre a imagem da criança e de sua infância, se faz como um desafio. No entanto, não deixa de ser um exercício, uma experimentação, uma aposta na contracorrente. Desse modo, trago essa reflexão, pois admitir as crianças em suas potências e permitir-se navegar com elas em suas expedições exige outra lógica de funcionamento; exige o reconhecimento de outros modos de produzir o pensamento e de produzir modos de subjetivar. Exige quebrar com as linhas duras adultocêntricas.

Como provocam Deleuze e Guattari (1995a, 1995b), é preciso fazer rizoma, fugir das árvores. Para isso, é necessário habitar o meio e encontrar as zonas de intensidade que aumentam a multiplicidade; é necessário fazer isso com as crianças. Dessa forma, deixo como imperativo à ação, a seguinte colocação dos autores: “Não

é fácil perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para a direita ou inversamente: tentem e verão que tudo muda” (Deleuze & Guattari, 1995b, p. 16). Nessa perspectiva, tudo muda se, ao invés da busca pela homogeneidade, assumirmos a rota das heterogeneidades. Tudo muda se as relações de forças no plano social brasileiro investirem em redes de poder que enfraqueçam a aliança do saber científico moderno com as massivas formas hierárquicas e cognoscentes de relação com a alteridade. Tudo muda, mas será que é interesse do plano social brasileiro e, sobretudo, dos dispositivos que nele se configuram incendiar as linhas segmentares e tramar novos mapas para os processos de subjetivação das infâncias?

4.4 AS ZONAS DE INTENSIDADES, OUTROS MODOS DE ENCONTRO COM AS INFÂNCIAS

Diante dos novos passeios feitos na cartografia, fiquei me questionando quais as saídas frente à presença agigantada das lógicas que têm fundamentado as práticas discursivas presentes nas experiências das infâncias. No sentido de ampliar o que dá para fazer na interface com as violências que foram figurando entre os analisadores levantados. Sobretudo, fiquei me perguntando como fugir das premissas binárias de razão/desrazão, bem/mal, bom/ruim, vulnerável/protegido, investimento/desinvestimento que, por vezes, são mobilizadas para a avaliação das situações relacionadas às crianças.

Nesse sentido, até então busquei desenrolar reflexões e problematizações que pudessem deflagrar como as infâncias contemporâneas estão enredadas em técnicas de normalização dos modos de subjetivar a partir da predominância das lógicas modernas, coloniais, racistas, adultocêntricas, neoliberais que se apresentam nos saberes jurídicos e científicos (Foucault, 2006b). Posto que esse panorama organizado imprime linhas que investem na vida das crianças a partir de critérios morais. Nesse sentido, ao mesmo tempo que esses saberes presentes nos dispositivos buscam proteger as infâncias, deixam escapar as lógicas que imprimem práticas discursivas com base em ideais adultos, universais, biopolíticos, dominadores de suas existências e, sobretudo, que criminalizam a pobreza e as infâncias que

circulam no plano social brasileiro, pautando um regime primado no capital e na idealização do adulto.

Esse cenário me leva a pensar que essas linhas baseadas nas lógicas mencionadas estão continuamente chocando-se; digladiam para coroar quem tomará a superioridade da verdade nas práticas que chegam na vida das crianças e marcam suas histórias. Nesse jogo de forças e poderes, a legislação e as políticas sociais que deveriam recobrir todas as infâncias se enfraquecem e, ao mesmo tempo que os dispositivos de maneira independente anunciem intenções disruptivas, o diagrama de poderes do Estado torna essas infâncias enfraquecidas pelos mandatos de verdade, pelas tensões do plano político democrático.

Diante disso, percebo que a sociedade se preocupa com as violências sutis e avassaladoras da vida da criança e, também, percebo que há uma tentativa de libertar-se dos poderes que engessam alguns processos. No entanto, cabe pensar como tem se operacionalizado esse tipo de análise nas práticas diárias dos dispositivos. E isso também inclui a Psicologia. Assim, frente ao histórico das violências que perpassam a historiografia das crianças brasileiras, o ímpeto inicial que o plano social brasileiro revela é o de identificar as violências e de proteger as crianças. Medidas super necessárias, válidas e que implementam condições de cuidado dessas histórias que vivem essas cenas. Entretanto, cabe problematizar as repetições e, para isso, enveredo na proposta de uma análise ética vitalista que empreende a tessitura de Deleuze (2002) sobre suas leituras em Espinosa e Foucault.

Compreendo que as análises que os dispositivos têm feito ainda resvalam nos ideais morais modernos. Desse modo, escorregar nessa seara evidencia como as infâncias são governadas por critérios de uma biopolítica à brasileira. Esse molde institucionalizado, quiçá, tem camuflado outras modulações violentas e, sobretudo, tem esvaziado o debate de questões centrais para o enfrentamento às violências na geografia das infâncias.

Dessa forma, aposto na análise ética vitalista, pois esta pode alastrar saídas aos binarismos e modos de assujeitamento da criança. De saída, cabe dizer que a ética em Deleuze (2002) é uma estética da existência a qual permite fazer da vida uma obra de arte. Para chegar nessa possibilidade estética, Deleuze (2002) apresenta como o pensamento moral é dualista, pois ao dividir o sujeito em duas substâncias, isto é, em mente e corpo, estabeleceu condições para que essa cisão criasse modos hierárquicos de avaliação da vida. A máxima dessa hierarquia operacionalizou ao

longo do tempo a prevalência da mente sobre o corpo. Não à toa a modernidade utiliza do discurso da racionalidade imbricada na mente, pois busca sustentar esse fundamento hierárquico e, portanto, moralizar as subjetividades (Deleuze, 2002).

A partir desse paradigma, teremos uma avaliação sobre os modos de vida da criança que a coloca como o sujeito que não tem pleno controle de sua mente e de seu corpo, isto é, não tem condições de empreender a razão de maneira autônoma. Por consequência, sendo dependente de outro, só se subjetiva pelas coordenadas que ele dita. E os juízos que são defendidos são baseados em valores transcendentais que ditam o certo e o errado.

Inspirado nas ideias de Espinosa, Deleuze (2002) apresenta uma ética que compreenderá a mente e o corpo de forma paralela e sem hierarquias. Nisso, o autor destaca que corpo e mente compartilham uma mesma identidade e assumem diferenças de regime, pois a potência da mente a leva a produzir ideias e a potência do corpo a produzir afetos. Mas isso não significa dizer que esses regimes operam separadamente ou que são submetidos a valores diferenciados. Há uma simultaneidade que leva uma postura ética preocupada com as potências e não com o dever defendido na perspectiva moral.

Segundo Deleuze (2002), o corpo como organismo e intensidades está sujeito às potências e às impotências. No entanto, essa análise não recai em uma relação de bem e ou mal, pois esta vertente de relação define uma dualidade como forma de produzir um parecer universal que recaia sobre todos os sujeitos. Para o autor, essa vertente analítica de valores opostos é feita por um sistema moral operacionalizado no tecido social, ou seja, um sistema que busca definir regras coercitivas que tornam possível governar. Assim, para Deleuze (2002), essas potências do corpo são aumentadas ou diminuídas de acordo com bons encontros ou maus encontros. Por encontros que podem potencializar ou despotencializar a vida. Nessa entrada, quais as práticas discursivas presentes nos dispositivos que, ao encontrar as crianças, potencializam ou despotencializam as suas vidas? E que façam essa análise de uma forma singular, de acordo com o que pode esse corpo diante dos agenciamentos que faz nas esferas de sua cartografia existencial.

A ética em Deleuze (2002), ao contrário de estabelecer regimes de proibição ou permissão, almeja uma avaliação sobre a arte dos encontros. Isso significa outra proposta, a qual investe em regras facultativas e variáveis para analisar como a vida em seu processo de subjetivação e singularização tem aumentado a sua potência em

criar uma estética da existência. Essa vertente de Deleuze (2002) é inspirada em Foucault (2006b) na tomada ética que este autor faz sobre as relações de poder e saber. Para Foucault (2006b), a maneira de libertar-se dos poderes que coagem os modos de subjetivação, convoca uma crítica sobre si, ou seja, uma artesanaria que produz a vida como obra de arte.

Nesse sentido, a regra de análise não faz a potencialização e a despotencialização recair no bom e no mau, como no prisma moderno. A proposta de Deleuze (2002) apresenta que a potencialização torna possível a leitura de quais fluxos lançam a subjetividade em singularizações heterogêneas, moleculares e criativas e, em contrapartida, a despotencialização deflagra os fluxos interrompidos, as linhas molares que assim estão por capturarem a potência de agir em prismas hegemônicos.

Dessa forma, a avaliação ética está preocupada em analisar os agenciamentos que ocorrem na geografia dos afetos. Ou seja, está interessada em analisar como cada modo de subjetivar tem sido potencializado para criar uma vida como obra de arte, a partir de experimentações prudentes que são tecidas no plano de imanência. Nesse ponto, a proposta de Deleuze (2002) é arteira e transgressora, pois coloca a pensar como poderíamos avaliar as experiências das infâncias das crianças, que estão enredadas em encontros com as violências, de forma singular.

Nessa perspectiva, cabe pensar que as linhas morais e éticas perpassam os diversos modos de subjetivar, elas entram em plano de coexistência. Dessa forma, o desafio de operar a avaliação ética vitalista de Deleuze (2002) pode começar analisando como os encontros que as crianças possuem com os dispositivos psicossociais, pedagógicos, jurídicos, familiares, religiosos, entre outros, multiplicam a potência de suas vidas. Portanto, questionando: como esses encontros podem superar os efeitos morais hegemônicos que desejam compartimentar a criança nos preceitos lineares, cognoscentes e de inferioridade? Essa análise que apresento como possibilidade, desdobra uma análise ética singular que também complexifique uma avaliação dos atravessamentos históricos, culturais, estéticos, sociais, econômicos e interseccionais que produzem diferentes modos de subjetivação para as crianças e suas infâncias no Brasil contemporâneo.

Essa empreitada pode estabelecer um movimento de atualização do modo como os dispositivos operacionalizam as jurisdições vigentes no plano social brasileiro, posto que é necessário pensar as práticas discursivas que se alinham com

a garantia de dignidade, cidadania e direitos fundamentais e se colocam como potencializadoras de todas as existências das crianças e de suas infâncias. Em outras palavras, a análise pela ética pode arejar as práticas discursivas dos dispositivos, implicando-as nessa problematização, isto é, fazendo-as questionar quais os efeitos que produzem nos modos de subjetivar das crianças brasileiras quando seguem os mandatos universalizantes e hegemônicos e quais as alíneas que promovem quando resgatam as molecularidades, discutindo sobre as lógicas que fundamentam suas práticas.

Na possibilidade de molecularizar as práticas discursivas presentes na geografia das infâncias, talvez as linhas que explodem podem abrir outros modos de relação e, então, outras formas de escuta e de relação que podem ser possíveis de oferecer para as crianças. Uma escuta e relação pautada pela ética. Essa consideração, portanto, não cabe apenas nas práticas da Psicologia que predominantemente, oferecem espaços de escuta às crianças, pois se faz como proposta a ser articulada e desenrolada nos diversos âmbitos do tecido social. Isto é, nas diversas áreas do conhecimento, nas diferentes formas de pesquisar sobre as infâncias das crianças e, então, nos múltiplos modos de se relacionar com elas.

A aposta que faço, é a de que essa escuta possa transitar pelos ditos e não ditos das violências nas experiências das infâncias, reunindo analisadores capazes de despotencializar as relações de poder que massificam a criança e a impedem de apresentar suas próprias potências e leituras de realidade. Uma escuta-resistência!

Talvez, este seja um desafio analítico possível de ser começado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FECHAMENTOS PROVISÓRIOS, LINHAS DESEJANTES DE ESCAPE

A primeira coisa que nos diz uma obra de arte é que o mundo da liberdade é possível, e isso nos dá força para lutar contra o mundo da opressão.
(Graciliano Ramos, 2009, p. 136).

A partir do referencial teórico e metodológico baseado em perspectivas pós-estruturalistas, especialmente, nos autores pós-estruturalistas Deleuze e Guattari (1997), produzi uma cartografia, transitando por linhas endurecidas, isto é, por linhas segmentares que remontam a um plano já familiar para os estudos sobre as infâncias: o entrelace com as violências. A violência, certamente, é um fenômeno que provoca, que choca com a vida e que produz questionamentos sobre o seu alcance. Nesse sentido, a violência no entrelace com as infâncias das crianças brasileiras produz diversas inquietações e, especialmente, desconfortos.

Dessa forma, pela via do estético e do sensível, transitei pelas nuances daquilo que considero ser uma geografia existencial das infâncias, com planos compartilhados e singularidades cambiantes, na intenção de produzir uma cartografia. Esse desejo me levou a fazer mapas que desenrolassem linhas sobre as tramas das violências nas infâncias brasileiras, a fim de tensionar as premissas que têm sustentado as práticas dos dispositivos e os mecanismos que os replicam ao longo do tempo. Em outras palavras, encontrei na potência estética, através de diversas produções cinematográficas, fotográficas, literárias, jornalísticas e artísticas, um modo de habitar essa geografia e questionar as práticas discursivas que são correntes na experiência das infâncias das crianças brasileiras. Isto é, no modo como essas experiências das crianças vem sendo desenhada e representada ao longo do tempo.

A partir de outros endereços já transitados em minha trajetória acadêmica, cheguei na problemática de avistar quais são as lógicas, isto é, os fundamentos que operam nas práticas discursivas e nos dispositivos de atenção às infâncias. Chego nesse lugar pela ressonância do discurso de uma instituição acadêmica – o Comitê de Ética – que empreendeu uma forma de olhar a criança. Com isso, a pesquisa feita buscou traçar perguntas, analisar os fenômenos, relacionar discursos para que assim fosse possível perceber as regularidades que se apresentam nas práticas discursivas

presentes nos dispositivos que se capilarizam na geografia das infâncias, para apreender como a presença das violências se articula com os entraves de fenômenos como as desigualdades sociais, o racismo, as disparidades etárias e geracionais, a segregação de povos originários, a exclusão da participação das crianças e as idealizações baseadas na corrente construção do sujeito cognoscente. Assim, percebo que as violências presentes na história das crianças no Brasil configuram um plano endurecido, também, produzido pela ação do próprio Estado, ou seja, por ser um fenômeno encadeado e denegado pela ausência dele em certos contextos.

Dessa forma, essa dissertação buscou tensionar as linhas que produzem esse plano e ressoam na produção de subjetividades, sobretudo, as linhas que escapam – que transbordam outros possíveis para as infâncias das crianças brasileiras na contemporaneidade, as quais são anúncios de suas resistências. Isso significa dizer que a leitura em Deleuze e Guattari (1997) possibilitou reconhecer a existência de um pensamento predominante nos modos de subjetivar: o pensamento pautado pela dogmática moderna e que tende a buscar a *mesmidade* em perpétuo exercício de reconhecimento.

Em vista de transitar por outros modos de criar o pensamento, busquei costurar um pensamento rizomático, pois percebi que as conexões e as zonas de intensidade surgidas diante do processo de fazer mapas poderiam compor um movimento de abertura de outras potências. Para isso, encontrei nas construções deleuzeanas uma noção sobre a violência que é acionada no encontro com os intercessores, isto é, com os signos que aparecem como força e levam a tecer um ato de pensar como criação e fuga da reconhecimento. Ou seja, a partir da força advinda no encontro com os intercessores do plano estético de investigação, esta cartografia feita desembocou em uma implicação singular e atenta às possibilidades de criar o pensamento; rizomatizar os poros pelas expedições.

A partir das produções artísticas encontradas, percebo que o movimento das infâncias, ou feito para elas, evidenciam denúncias, anúncios e desejos. Assim, este plano de investigação abriu passagem para transitar pela história das crianças brasileiras e, fundamentalmente, possibilitou uma análise que tentasse escapar da exclusividade dos poderes encarnados nos dispositivos. Em outras palavras, a cartografia configurou uma forma de analisar os saberes que tendem a submeter as crianças e suas infâncias em modos de governo, anunciando tanto as lógicas que

escoam dessas tendências como apontando para o que libera o devir diante desse plano.

Nisso, percebi que a hegemonia da ciência moderna fundamentou diversas práticas de atenção e descaso para com as crianças; estabeleceu modos de relação que as considerassem como sujeito e/ou as inferiorizassem. Assim, na medida que as crianças se tornaram interesses das instituições e, assim, dos Estados modernos, as suas infâncias foram definidas e dominadas pelos novos saberes. Os saberes da Medicina, da Psicologia, da Igreja Católica, da Pedagogia etc., atravessam a geografia das infâncias das crianças com diversas tratativas que as idealizam como um adulto em processo, como receptáculos da disciplina, da tutela e das diretrizes do adulto.

Nesse sentido, busquei tatear essas vertentes que construíram lógicas territorializadoras desse terreno, como a perspectiva adulta, neoliberal, colonial, racista, biopolítica, moral, linear e moderna que tenderam e tendem a dominar essa geografia por meio da ideia de universalidade e de uma hierarquia justificável, colocando a criança como sujeito que ainda não é. Dessa forma, as infâncias também são lançadas à promessas de uma vida boa, plena, protegida, de sucesso; são lançadas nos regulamentos de controle e disciplina que desejam a homogeneidade. E essas construções, em grande medida, deflagram como em nome desses ditames, são constituídas lógicas de proteção.

Os movimentos da cartografia, enfim, levaram a analisar como as práticas discursivas em nome do cuidado, da proteção e da atenção à criança estão fundamentadas em lógicas dominadoras, inferiorizadoras, colonizadoras, disciplinarizadoras e então violentadoras de suas infâncias. Esse raciocínio não pretende magnitudes de verdade como a ciência moderna define, mas possibilita problematizar como tais práticas de cuidado escamoteiam um núcleo duro presente nas teorias científicas e nos dispositivos do plano social, a saber: a preservação da imagem ideal do sujeito cognoscente, adulto, branco, com traços europeus e, portanto, universal. Tal núcleo evidencia como as crianças estão em último grau na gradação hierárquica do sujeito cognoscente tomado pela capacidade da razão e, nessa empreitada, descarrilhar esses vagões sustentadores das lógicas modernas para as infâncias das crianças é um desafio complexo.

Diante desse ponto, ao longo do texto, busquei transitar por essas lógicas, mas também pelas linhas de fuga que destacam as resistências frente aos mecanismos de cooptação. Sobretudo, reconhecendo a importância dos marcos legais que alimentam

a existência de dispositivos e jurisdições que buscam a garantia da vida das crianças e dependem atenção sobre as práticas para com as suas infâncias. No entanto, busquei demarcar a necessidade da contínua avaliação e análise sobre os modos de encontro que esses dispositivos possuem com as crianças, pois estes, geralmente, apresentam modos de relação calcados em lógicas modernas que esvaziam a ética pelos pressupostos morais.

Isso significa dizer que o movimento de uma ética moral, por vezes, não escuta as crianças, pois escorrega na descaracterização de sua potencialidade e na desqualificação e infantilização de suas experiências singulares nas infâncias com o fundamento de defender o melhor interesse delas. Isso se faz importante dizer, fundamentalmente, pela realidade brasileira deflagrar como as violências constituem os modos de subjetivar das infâncias e, sobretudo, que as circunstâncias que mantêm o enfrentamento desse fenômeno, talvez, pouco são escutadas e analisadas. Nesse sentido, o processo de suspender os fundamentos colocados *a priori* às ações dos dispositivos auxiliam na potência de reconhecer as lógicas em vigor, rompendo com essas pretensões. Este pode ser um caminho agenciador de outros saberes, novas subjetividades, outros encontros. Para isso, as heterogeneidades são um caminho; uma trilha que leva a novas estéticas singulares.

Diante disso, trago pistas de um modo de avaliação e análise pela ética; a ética vitalista deleuziana. Essa leitura provoca a reflexão sobre as práticas que incidem nos modos de subjetivação das crianças e como estes, como encontros que são agenciados no plano de imanência, têm potencializado ou despotencializado a capacidade de multiplicar o devir; dar vazão às trilhas da existência. Ou seja, uma análise que busque molecularizar um plano social que tende a molarizar. Cabe ressaltar que essas linhas molares e moleculares, assim como os movimentos de territorialização e desterritorialização, acontecem em concomitância, em eterno vaivém, em linhas que se assossegam e criam representações; e em linhas que destoam e buscam a explosão da multiplicidade. São linhas e, fundamentalmente, fluxos que acontecem em movimento, desdobrando brechas e criando intercambialidades.

Isso significa dizer, então, que as saídas contemporâneas podem trilhar o exercício de criar modos de analisar a força das lógicas presentes nos dispositivos em torno das infâncias brasileiras habitando esse jogo, considerando tanto os fundamentos que serão comuns a todas as crianças, mas também encontrando quais

os mecanismos que estão potencializando e/ou despotencializando tais fluxos de existência. Uma análise que reconheça a importância da garantia dos direitos humanos como molecularizador da vida da criança e, quiçá, uma análise desejosa de um modo de relação que não pretenda governar as crianças, mas acompanhar como elas agenciam o devir-minoritário, o devir-criança. Como elas podem pertencer ao plano social atual, sem serem colocadas em um lugar de pequenez. E, assim, como os adultos podem ser figuram que participam desse movimento acionando essa mesma zona de vizinhança; estetizando a vida.

Essa dissertação, então, apresentou um modo de tatear e analisar, cartografando tais práticas discursivas que estão presentes na geografia das infâncias na contemporaneidade e, sobretudo, discorreu sobre algumas pistas que deflagraram a necessidade de continuar problematizando os dispositivos que se posicionam como lugares de trânsitos para as passagens das crianças. Isto é, questionando como se fundamentam determinados modos de relação, de escuta e consideração das crianças na Psicologia, na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Sociologia, na História, no Direito, na Família, nas Instituições religiosas, nas Mídias e, sobretudo, nas pesquisas com/sobre as crianças. Certamente, esta dissertação abre algumas picadas de problematização e deseja demarcar a potencialidade existente na imanência de tecer outros modos de encontro que criem linhas mais maleáveis e de fuga. Encontros que saiam da linha reta dos pressupostos modernos e abram novas perspectivas.

Como disse Manoel de Barros, “a reta é uma curva que não sonha” e, para chegar em novos parâmetros de relação, menos adultocentros, ensimesmados na hegemonia moderna e nas lógicas binárias, é preciso reunir as linhas das lógicas e racionalidades que despotencializam a sonhar outras formas de encontro com as infâncias. Esse exercício faz convergir linhas e planos que remontam a geografia das infâncias brasileiras para analisar as grandezas, dimensões e volumes que os dispositivos em suas práticas e discursos lançam. Especialmente, é um modo de acompanhar as linhas que recobrem seus modos de subjetivar e, sobretudo, de embarcar na urgente tarefa de criar encontros mais arteiros e potencializadores de agências infantis; amplificadores de trilhas que levem a estética da existência.

Certamente, esta cartografia tem um limite, uma borda para fechar seus trânsitos. Nesse ponto em que chego, desejo que as problematizações feitas acionem zonas de intensidades e multiplicidades criadoras de novas cenas para a história das

crianças e suas infâncias no Brasil. Novas formas de encontro entre os dispositivos e as experiências das crianças brasileiras. Portanto, desejo que essa dissertação participe e inspire novas perguntas saltitantes que remexam o pensamento e acionem outras tramas – novas práticas discursivas no cenário contemporâneo do Brasil

REFERÊNCIAS

- Aidar, L. (2023). *Filme Central do Brasil* (resumo e análise). Blog Virtual Cultura Genial Consultado em setembro de 2022. <https://www.culturagenial.com/filme-central-do-brasil/>.
- Aguilar Filho, S. (2011). Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364 p. *Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP*. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1616011>. Acesso em: 2 dez. 2022.
- Almeida, T. (2022). *Dia das Crianças: proteção e direitos assegurados são os melhores presentes*. Fundação Roberto Marinho. Consultado em novembro de 2021. <https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/dia-das-criancas-protecao-e-direitos-assegurados-sao-os-melhores-presentes>.
- Arantes, E. M. de. (2022). Dos livres e dos cativos – Breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil. *Serviço Social Em Debate*, 5(1). <https://doi.org/10.36704/ssd.v5i1.6346>
- Araújo, A. V. N. (2017). Deleuze e Kant: a experiência estética e a gênese do pensamento. *Perspectiva Filosófica*, vol. 44, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2017.230362>.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Arte no caos (2018). *Sebastião Salgado “Outras Américas”*. Blog virtual. Consultado em julho de 2022. <https://artenocaos.com/fotografia/sebastiao-salgado-outras-americas/>.
- Assis, S. G. D., Fonseca, T. M. D. A. D., & Ferro, V. D. S. (2018). Capítulo 3 - Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial. In Assis, S. G., Fonseca, T. M. A.; Ferro, V. S. (Org.), *Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial*. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social.
- Azevedo, S. D. R. de (2013). *Formação discursiva e discurso em Michel Foucault*. 6 (2) 2013. Recuperado de www.marilia.unesp.br/filogenese.
- Barros, M. (2015). *Menino do mato*. Manoel de Barros. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 120p.
- Brasil (1990). *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Consultado em janeiro, 2022. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266.

- Brasil (1990). *Lei 8080 de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Consultado em janeiro, 2022. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.
- Brasil (1996). *Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Consultado em janeiro, 2022. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.
- Brasil (1997). *Lei Nº 9.534, de 10 de Dezembro de 1997*. Trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania. Consultado em janeiro, 2022. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9534.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.534%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201997.&text=D%C3%A1%20nova%20reda%C3%A7%C3%A3o%20ao%20art,cidadania%3B%20e%20altera%20os%20arts.
- Brum, E. (2015). Eca do B, por Eliane Brum. *Portal Geledés*. Consultado em fevereiro de 2022. <https://www.geledes.org.br/eca-do-b-por-eliane-brum/>
- Butler, J. (2020). *Vida precária: os poderes do luto e da violência* / Judith Butler; (Lieber, A., Trad; Rodrigues, C., Revisão Técnica). (1ª ed., 1. reimp.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Cardoso, M. L. M., & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Revista Polis e Psique*, 9(3), 6-25. Recuperado em abril de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Carvalho, A. M. T. de (2001). O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), pp. 62-73.
- Cavalcante, E. B. T. (2021). O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 23, n. 42, p. 196-215. jul. / dez. 2021, e-ISSN: 2175-0742.
- Ceccim, R. B., & Palombini, A. de L. (2009). Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 301–312. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300003>.
- Cerqueira, F. (2014). *Logo ali*. Escultura em bronze, madeira, tecido e corda, 49 x 20 x 50 cm, edição de 5 + 2 PA, Foto Romulo Fialdini.

Chambouleyron, R. (1999/2021). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In *História das crianças no Brasil*. / Mary Del Priore organizadora 7. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo, Editora Contexto, p. 55.

Chauí, M. (2003). Ética, política e violência. In Camacho, T. (Org.) *Ensaio sobre a violência*. Vitória: EduUFES, pp. 39-59.

Chauí, M. (2019). O que é democracia? In Lopedote, M. L., Mayorca, D. S., Negreiros, D; Gomes, M.A; Tancredi, T. (Org.) *Corpos que sofrem: Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (pp. 82-101). São Paulo: Elefante.

CurtaDoc. *A invenção da infância*. Consultado em janeiro de 2023.
<https://curtadoc.tv/curta/inclusao/a-invencao-da-infancia/>.

De Garay Hernández, J.et al. (2018). Implicações éticas e metodológicas de uma cartografia no sistema socioeducativo: surpresas, angústias e caminhos possíveis. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 52. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.57163.

Deleuze, G. (1974). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1985). *Cinema 1: A Imagem-Movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____. (1991). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1992). *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34.

_____. (1997). *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34.

_____. (2002). *Espinosa – Filosofia Prática*. Editora Escuta.

_____. (2006). *Proust e os signos* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2009). *Diferença e repetição* São Paulo: Graal.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.

_____. (1995a). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. (Vol. 1) Guerra Neto, A., & Costa, P. C., Trad.). São Paulo: Ed. 34.

_____. (1995b) *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. (Vol. 2). São Paulo: Ed. 34.

_____. (1996) *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. (Vol. 3). São Paulo: Ed. 34.

_____. (1997). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. (Vol. 4). (Rolnik, S. Trad.). São Paulo: Ed. 34, 1997, 176p.

_____. (2010). *O que é a Filosofia?* 3.ed. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

- _____. (2011). *O Anti-Édipo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G, & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. (Ribeiro, E. A., Trad.), São Paulo: Escuta, 184p.
- Del Priore, M. (1999/2021). *História das crianças no Brasil*. / Mary Del Priore organizadora 7. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo, Editora Contexto.
- _____. (1999/2021). O cotidiano da criança livre no Brasil entre Colônia e o Império. In *História das crianças no Brasil*. / Mary Del Priore organizadora 7. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo, Editora Contexto, p. 84.
- Derrida, J. (2001). *Uma Certa Possibilidade Impossível de Dizer o Acontecido*. Séminaire de Montréal. Paris: L'Harmattan.
- Dolto, F. (1988). *Psicanálise e pediatria* (A. Cabral, trad., 4a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. (Trabalho original publicado em 1971)
- Escher, M. C. (1948). *Drawing Hands*. litogravura - 28.2 x 33.3 cm.
- Ferreira, M. S. (2015). Por uma concepção crítica de infância. *Psicologia & Sociedade*, 27 <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p394>.
- Fiocruz (2023). *Zé-gotinha*. Fundação Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde. Consultado em julho de 2032. <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/comunicacao/casa-ze-gotinha>.
- Foucault, M. (1995). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2002). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (Ramallete, R., Trad.). Petrópolis: Vozes.
- _____. (2003). *Ditos e escritos V: ética, estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2004). Sobre a história da sexualidade. In M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 243-276). Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2006a). *A hermenêutica do sujeito*. Fonseca, M. A. Muchail, S. T., Trad. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2006b). *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 22.ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Franca, B. (2016). *Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil*. Gênero: documentário, dirigido por Belisario Franca, disponível em Globoplay.
- Freud, S. (1920/1989). Além do princípio do prazer. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Fundação José Luiz Egydio Setúbal (2021). *Violência contra crianças e adolescente (2019-2021)*. Consultado em agosto de 2022. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021.pdf>
- Fundação Roberto Marinho (2023). *Dia das Crianças: proteção e direitos assegurados são os melhores presentes*. Consultado em abril de 2022. <https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/dia-das-criancas-protexao-e-direitos-assegurados-sao-os-melhores-presentes>.
- Gallo, S. (2019). Educação Infantil: do dispositivo pedagógico ao "ir junto" com as crianças. In: Anete Abramowicz; Gabriela Guarnieri de C. Tebet. (Org.). *Infância e Pós-Estruturalismo*. 2ed.São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, v. 1, p. 113-130.
- Google Maps (2023). *Bairro Brejaru*. Consultado em <https://www.google.com.br/maps/@-27.6177085,-48.6700459,3198m/data=!3m1!1e3>.
- Gomes, M. de A., Lima, A., Guerra, A. S., Corrêa, B., Nascimento, V. N. do, & Favaretto, V (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político In Lopedote, M. L. et al.; (Silvia Carone Wheatley, Rev.), *Corpos que sofrem: Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* São Paulo: Elefante.
- Guattari, F. (1985). *Revolução Molecular*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª ed..
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (2015). Raça, o significativo flutuante. *Z Cultural*, 8(2), São Paulo. Consultado em maio de 2022. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>.
- Heywood, Colin. (2004). *Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente*. Porto Alegre: Artmed.
- Hur, D. U. (2018). *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas, SP: Alínea.
- Jenks, C. (2002). Constituindo a Criança. *Educação, Sociedade e Culturas*. Porto, n. 17, p. 185-216.
- Kastrup, V. (2000). O devir-criança e a cognição contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 373–382. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000300006>.
- Kohan, W. O. (2003). *Infância: entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Kohan, W. O. (2004). A infância da educação: o conceito devir-criança. In Kohan, W. O. (Org.) *Lugares da infância: filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Kohan, W. O. (2007). *Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 173p. ISBN 9788575262641.

- Lira, P. O. & Marcos, Y. J. F. (2018). A subjetividade a partir da reflexão filosófica de Deleuze e Guattari. *Perspectiva Filosófica*, vol. 45, n. 2. DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2018.246559>.
- Maciel Junior, A. (2018). A consciência da obra de arte e o devir outro do criador. *Cosmos e Contexto*, v. 1, p. 1.
- Marques, A. C. T. L. (2017). Sociologia da Infância e Educação Infantil: à procura de um diálogo. *Educação*, 42(1), 149–162. <https://doi.org/10.5902/1984644424418>.
- Martins, C. F. V (2020). Molar e molecular: uma cartografia. *Revista Mosaicum*, Número, 32, jul./dez. 2020 - eISSN 1980-4180.
- Mauad, A. M. (1999/2021). A vida das crianças de elite durante o Império. In *História das crianças no Brasil*. / Mary Del Priore organizadora 7. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo, Editora Contexto, p. 137.
- Mauricio, E., & Mangueira, M. (2011). Imagens do pensamento em Gilles Deleuze: representação e criação. *Fractal: Revista De Psicologia*, 23(2), 291–304. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000200005>.
- Ministério da Saúde (2003). Programa Nacional de Imunizações. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília – DF. Consultado em julho de 2022. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf.
- Naudascher. M., & Vanier, P. (2014). *Morri na Maré* (documentário). Duração: 16 min.
- Nietzsche, F. (1983/2011). *Assim Falou Zaratustra*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Opas. (2023). *OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Consultado em maio de 2023.
- Painel Coronavírus. (2022). *Coronavírus Brasil*. Consultado em novembro de 2022. <https://covid.saude.gov.br/>.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH.
- Passos, E. Kastrup, V., & Escóssia, V. (Org.). (2020). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E.; Eirado, A do (2020). Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In Passos, E; Kastrup, V; & Escóssia, V. (Org.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E; Kastrup, V; & Escóssia, V. (2020). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

- Piaget, J. & Inhelder, B. (1966/2003). *A psicologia da criança*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- Pretto, Z. (2015). *Crianças no contexto de um bairro em processo de urbanização na Ilha de Santa Catarina (2010-2014)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis.
- Quinteiro, J. (2019). Educação, infância e escola: a civilização da criança. Florianópolis: *Perspectiva*, 37(3), pp. 728-747, jul./set.
- Qvortrup, J (1993). Nove teses sobre a infância como um fenômeno social. *Eurosocial Report*, n. 47, p. 11-18. (tradução de Maria Letícia Nascimento). Mimeo.
- Raciunas, C. & O'Kuinghttons, C. M (2021). Violência contra crianças aumenta durante a pandemia no Brasil. *AGMT Jornalismo PUC SP*. Consultado em: janeiro de 2022. <https://agemt.pucsp.br/noticias/violencia-contra-criancas-aumenta-durante-pandemia-no-brasil>.
- Ramos, F. P. (1999/2021). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In *História das crianças no Brasil*. / Mary Del Priore organizadora 7. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo, Editora Contexto, p. 19.
- Ramos. G. (2009). *Vidas secas*. / Graciliano Ramos; posfácio de Marilene Felinto. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record.
- Reis, B. (2016). Histórias da infância: uma experiência atemporal. 12 jun 2016, Por *Jornalismo Júnior*. Consultado em Julho de 2022. <http://jornalismojunior.com.br/historias-da-infancia-uma-experiencia-atemporal/>.
- Renoir, P. A. (1881). *Rosa e Azul*. Pintura em tela As Meninas Cahen d'Anvers, traduzido como Rosa e Azul, com 119x74 cm.
- Resende, H. (2015). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Col. Estudos Foucaultianos).
- Rizzini, I. & Pilotti, F. (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Cortez Editora.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 247p.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), v. 21, p. 166-173.
- Safate, V.; Junior, N. S. & Dunker, C (Org.) (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Editora Autêntica, 288p.
- Salgado, S. (1978). *Outras Américas*. Editora Contrejour.
- Salles, W. (1998). *Central do Brasil*. Direção: Walter Salles, SP: Europa Filmes.

- Santos, R de O. R. (2014). Nietzsche e a infância. *REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura*, v. 6 n. 1 (ISSN 1984-6576).
- Santos, P. R. (2016). A concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, v. 16, n. 28, jan./jun. 2016, p. 261-280.
- Santos, M. A. C. (1999/2021). Criança e criminalidade no início do século XIX. In *História das crianças no Brasil*. / Mary Del Priore organizadora 7. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo, Editora Contexto, p. 210.
- Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, Campinas, 26(91) ago. 2005.
- Schmiedt, M. (2000). *A invenção da Infância* (documentário). Brasil: Ministério da Cultura/Governo Federal, Idioma: português, Duração: 25min56s.
- Sousa, L. T. de, & Botega, G. P. (2021). Um documentário me disse: a vida como obra de arte das crianças de uma comunidade. *Psicologia Revista*, 30(2), 363–390. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i2p363-390>
- Sousa, L. T. & Souza, M. (2022). Tramas do racismo e das violências na infância brasileira: a obra de arte “Amnésia”. *Tempo Psicanalítico*, v. 54 n. 2. ISSN 2316-6576.
- Souza, M. de. (2018). Cenas brasileiras, violências, subjetividades. *Esboços*, v. 25, n.40. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n40p468>.
- Tonucci, F. (2003). *Com olhos de criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Unicef Brasil (2021). Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 22 de outubro de 2021. Consultado em novembro de 2021, em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>.
- _____ (2022). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Consultado em novembro de 2022, em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.
- Unicef Brasil, YouTube (2023). *Toda criança tem direito a registro civil de nascimento gratuito*. Consultado em julho de 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=fDRYHgoaPA4>
- Vygotsky L. S. (1999a). *Desenvolvimento Psicológico na Infância*, SP: Martins.
- _____ (1999b). *Formação Social da Mente*. SP: Martins Fontes.
- Vilas-Bôas, R. M. (2012). Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento. *Âmbito Jurídico: Revista 101*. Consultado em janeiro, 2022, em <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-101/compreendendo-a-crianca-como-sujeito-de-direito-a-evolucao-historica-de-um-pensamento/>.

Wagner, B. (2005). Fotografia Sem título - Brasília Teimosa, *Coleção Pirelli MASP*.

Wallon, H. (1998). *A Evolução Psicológica da Criança*. Edições 70.

Winnicott, D. (1982). *A criança e o seu mundo* (5a ed.) Rio de Janeiro: Zahar editores.

Zavaroni, D. de M. L., Viana, T. de C., & Celes, L. A. M. (2007). A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos De Psicologia* (natal), 12(1), 65–70.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100008>